



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PORTO NACIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS**

NAELANA RODRIGUES PEREIRA

**TOPONÍMIA URBANA: ESCOLAS MUNICIPAIS PALMENSES COM NOMES DE
MULHERES**

**PORTO NACIONAL, TO
2023**

Naelana Rodrigues Pereira

Toponímia Urbana: Escolas Municipais Palmenses Com Nomes De Mulheres

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT), como requisito à obtenção do grau de Mestra em Letras.

Orientador(a): Dra. Karylleila dos Santos Andrade

Porto Nacional, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

P436t Pereira, Naelana Rodrigues.
 Toponímia urbana:: escolas municipais palmenses com nomes de
 mulheres. / Naelana Rodrigues Pereira. – Porto Nacional, TO, 2023.
 114 f.

 Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins
 – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de Pós-Graduação
 (Mestrado) em Letras, 2023.
 Orientadora : Karylleila dos Santos Andrade

 1. Toponímia. 2. Gênero. 3. Escolas. 4. Palmas-TO. I. Título

CDD 469

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

NAELANA RODRIGUES PEREIRA

TOPONÍMIA URBANA: ESCOLAS MUNICIPAIS PALMENSES COM NOMES DE
MULHERES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras. Foi avaliado para a obtenção do título de
Mestra em Letras e aprovada em sua forma final pela
orientadora e Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 20/04/2023

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade (PPGLetras/UFT e PPGLLIT/UFNT)
Presidente da banca

Profa. Dra. Gleys Ially Ramos (PPGDR/UFT)
Membro Interno

Profa. Dra. Ana Cláudia Castiglioni (PPGLLIT/UFNT)
Membro Interno

Profa. Dra. Verônica Ramalho Nunes
Suplente

*Para as mulheres,
Que com graciosidade enfrentam a vida,
Que com coragem superam as tristezas,
E que em cada desafio são destemidas.*

*Para as Mulheres,
Que em cada jornada são pioneiras,
Que luta por equidade e justiça,
E que recomeça sempre que precisa.*

*Mulheres, estejam sempre de pé,
Ergam a cabeça e sigam em frente,*

Pois o mundo precisa de sua luz e fé.
(Poema “*PARA MINHA MÃE E AVÓ*”, Naelana Pereira).
AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus queridos pais, que com força e garra lutaram contra as adversidades da vida, incansavelmente, para que eu chegasse neste lugar. Como dizia Carlos Drummond de Andrade: “a luta é a mãe de todas as coisas, a força que dá sentido à vida”. Sinto-me honrada de tê-los por perto para me auxiliar nesta grande descoberta e grandioso desafio que foi esse mestrado.

Naelene, Jefti e Jeezyel, a vocês quero expressar minha imensa gratidão por todo o apoio incondicional e amor que sempre me deram, não há palavras suficientes para expressar o quanto vocês significam para mim.

Maria Theresa, Nanna, Pugas, Jefferson, Stefhane e Danielam, vocês foram minha rocha, meu ombro amigo e minha fonte de inspiração, sempre acreditando e me incentivando a seguir em frente, mesmo nos momentos mais difíceis. Obrigada por serem minha equipe de apoio, por sempre estarem à disposição.

À profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade, gostaria de expressar minha profunda gratidão por sua dedicação, apoio e orientação durante todo o processo de minha dissertação. Sua sabedoria e experiência foram fundamentais para que eu pudesse chegar ao sucesso final. Obrigado por sempre estar disponível para esclarecer minhas dúvidas e acreditar em mim, mesmo nos momentos em que eu mesma duvidei de mim. Sua dedicação ao meu crescimento acadêmico e profissional não será esquecida. De novo, muito obrigado por tudo. Eu sou muito sortuda de ter tido a oportunidade de trabalhar com você.

À banca da Qualificação, Profa. Dra. Ana Cláudia Castiglioni e a Profa. Dra. Gleys Ially Ramos, suas contribuições foram extremamente significativas para o término deste trabalho.

À Consulta Popular, minha imensa gratidão pelo apoio nesta jornada, em especial ao Vinicius, que não mediu esforço para enviar leituras e se propôs a estar presente no que precisasse.

Em especial, com muito amor, ternura e enorme respeito, agradeço a minha companheira, Ananda Krishina, que de todo este processo me acompanhou do início ao fim, sempre com muita paciência, delicadeza nas palavras e acalento nas ações. Grata sou pela beleza de sentir teu amor!

Obrigada a todos e todas, vocês foram sensacionalmente indescritíveis!!!

RESUMO

Os nomes de lugares são pontos importantes de referência para entender a língua, cultura, política e outros fatores sociais dos povos ao longo da história. Neste estudo qualitativo e bibliográfico, investigamos os topônimos femininos que nomeiam escolas em Palmas, capital do estado do Tocantins, e as condições políticas, socioculturais e de gênero que favoreceram essas designações. Adotamos o método indutivo onomasiológico de Dick (1990) e baseamos-nos em contribuições teóricas e metodológicas em Dick (1986, 1990, 1992, 1996, 1998, 2002), Seabra (2004, 2006) e Andrade (2010, 2016). No que se refere à toponímia feminina, foram abordados os trabalhos de Nader (2007), Antiqueira (2011), Silva (2013), Araújo (2013) e Ferreira (2019). Já para as conceitualização e discussão de gênero foram valoradas por Scott (1995), Butler (2003), Saffioti (2015) e hooks (2019). Dentre um corpus com 80 unidades educacionais foram identificadas 20 antropotopônimo e 01 hagiopotônimo que referenciam a nomes de mulheres. Os resultados obtidos demonstram que a nomeação de escolas com nomes femininos pode ser uma forma relevante de promover a equidade de gênero, diversidade cultural e inclusão social na toponomástica da capital tocantinense. Dessa maneira, contribui-se para a valorização da memória feminina na cidade.

Palavras-chaves: Toponímia. Gênero. Escolas. Palmas-TO.

ABSTRACT

The names of places are important points of reference for understanding the language, culture, politics and other social factors of people throughout history. The aim of this qualitative and bibliographic study was to investigate the female toponyms that name schools in Palmas, the capital of the state of Tocantins. As well as the political, sociocultural, and gender conditions that favored these designations. For this, we adopted Dick's onomasiological inductive method (1990) and relied on theoretical and methodological contributions from Dick (1986, 1990, 1992, 1996, 1998, 2002), Seabra (2004, 2006), and Andrade (2010, 2016). Regarding female toponymy, the works addressed were of Nader (2007), Antiqueira (2011), Silva (2013), Araújo (2013), and Ferreira (2019). For the conceptualization and discussion of gender were used the concepts and values of Scott (1995), Butler (2003), Saffioti (2015), and Hooks (2019). Among a corpus of 80 educational units, 20 anthrotoponyms and 01 hagiotoponym that reference women's names were identified. The results obtained demonstrate that the act of naming schools with female names can be a relevant way of promoting gender equity, cultural diversity, and social inclusion in the toponymy of Tocantins' capital. Therefore, this paper contributes to the appreciation of women's memory in the city.

Keywords: Toponymy. Gender. School. Palmas-TO.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Relação de Dissertações e Teses sobre a temática analisada.....	32
Figura 2 - Localização Geográfica atual de Palmas	49
Figura 3 - Localização das escolas municipais de Palmas	64
Gráfico 1 - Percentual de nomes femininos, masculinos e lúdicos nas escolas e CMEIs analisados	60
Gráfico 2 - Comparações entre nomes (divisão em grupos)	61
Gráfico 3 - Classificação dos nomes femininos pela fase de ensino	67
Gráfico 4 - Porcentagem das taxas das Unidades Educacionais	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Evolução da Quantidade de Publicações em Teses e Dissertações sobre o tema na base de dados CAPES	33
Quadro 2 - Ficha lexicográfico-toponímica de Andrade (2010)	51
Quadro 3 - Fichas lexicográfico-toponímica de Pereira (2016)	52
Quadro 4 - Ficha Lexicográfica-Toponímica desta Pesquisa.....	52
Quadro 5 - Taxionomia de Dick 1990	54
Quadro 6 - Taxes proposta por Dick 1990	54
Quadro 7 - Relação das escolas municipais em Palmas/TO.....	57
Quadro 8 - Movimento das nomeações	62
Quadro 9 - Classificação dos nomes femininos nas escolas do município de Palmas	65
Quadro 10 - Escola na Região Norte - Beatriz Rodrigues da Silva.....	699
Quadro 11 - Escola na Região Norte - Cora Coralina	70
Quadro 12 - Escola na Região Central - Anne Frank	71
Quadro 13 - Escola na Região Central - Olga Benário.....	733
Quadro 14 - CMEI na Região Central - Romilda Budke Guarda.....	74
Quadro 15 - Escola na Região Central - Francisca Brandão Ramalho.....	75
Quadro 16 - CMEI na Região Sul - Ana Luísa Rodrigues Valdevino	777
Quadro 17 - Escola na Região Sul - Maria Verônica Alves de Sousa.....	788
Quadro 18 - Escola na Região Sul - Eurídice Ferreira de Mello.....	80
Quadro 19 - Escola na Região Sul - Rosemir Fernandes de Sousa	81
Quadro 20 - Escola na Região Sul - Maria Júlia Amorim Soares Rodrigues.....	82
Quadro 21 - Escola na Região Sul - Margarida Lemos Gonçalves	83
Quadro 22 - Escola na Região Sul - Lúcia Sales Pereira Ramos	84
Quadro 23 - Escola na Região Sul - Santa Bárbara	85
Quadro 24 - CMEI na Região Sul - Irmã Maria Custódia de Jesus.....	87
Quadro 25 - Escola na Região Sul - Sávia Fernandes Jácome	88
Quadro 26 - Escola na Região Sul - Benedita Galvão.....	890
Quadro 27 - Escola na Região Sul - Caroline Campelo Cruz da Silva	90
Quadro 28 - Escola na Região Sul - Maria Rosa de Castro Sales	922
Quadro 29 - CMEI na Região Sul - Ana Luíza de Araújo Napunuceno	93

Quadro 30 - Escola do Campo - Sueli Pereira de Almeida Reche	94
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPP	Projeto Político Pedagógico
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DAS CIÊNCIAS DO LÉXICO AOS ESTUDOS ONOMÁSTICOS	17
2.1	O léxico	17
2.2	Lexicologia, Lexicografia e Terminologia	18
2.3	A Onomástica e seus caminhos	21
2.3.1	Questões principais da Toponomástica	22
2.4	Toponímia e o signo toponímico	24
2.4.1	A motivação toponímica	26
2.5	Considerações tópicas	28
3	ESTUDOS DO GÊNERO E TOPONÍMIA	30
3.1	Toponímia feminina no Brasil	30
3.2	Da Toponímia à Toponímia Feminina: breves conceitos e anotações sobre o tema	31
3.2.1	Toponímia: teses e dissertações no catálogo capes e evolução do número de publicações no período 1987-2023	32
3.2.2	Toponímia Feminina: estado da arte com ênfase em teses e dissertações publicadas na literatura científica brasileira	36
3.3	Reflexões acerca da Toponímia Feminina e o gênero	40
3.4	Considerações tópicas	45
4	METODOLOGIA E OS PROCEDIMENTOS	46
4.1	Abordagem metodológica	46
4.2	Técnicas de pesquisa	47
4.3	Lócus da pesquisa	48
4.3.1	História de Palmas/TO	48
4.3.2	O Estado do Tocantins	49
4.4	Análise dos dados: elaboração e modelagem de base toponímica	51
4.4.1	Elucidações sobre a taxinomia	53
5	APRESENTAÇÃO ANÁLISE DE DADOS	57
5.1	Toponímia Feminina em Palmas/TO	57
5.2	Os nomes femininos em estudo: movimento dos logradouros	62

5.3	Análises e resultados: fichas lexicográficas-toponímicas nomes femininos nas escolas de Palmas/TO	68
5.3.1	Observações sobre as fichas lexicográficas-toponímicas e perfil toponímico	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
6.1	Caminhos a se percorrer	105
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

1. INTRODUÇÃO

Uma língua carrega consigo infinitas variedades culturais dos seus falantes, pois é assim que ela se movimenta e se perpetua, conjecturando o caráter humano. Neste sentido, os vocábulos traduzem sentimentos, opiniões, ideias, conceitos, entre tantas outras significações em uma comunidade. E, por isso, é perdurável e tênue o conjunto ideológico, social e cultural quando se trata de nomeações e designações.

O léxico reuni as palavras de uma língua e serve como referencial para seu enunciador. Segundo Antunes (2012, p. 27), “o léxico de uma língua [...] pode ser visto como o amplo repertório de palavras de uma língua, ou o conjunto de itens à disposição dos falantes para atender as necessidades de comunicação”. Corroborando com esse pensamento, Biderman (1978, p. 139) diz que o léxico é: “[...] a somatória de toda a experiência acumulada de uma sociedade e do acervo da sua cultura através das idades”. Deste modo, estudar o léxico de um determinado lugar ou língua pode desencadear um aprendizado sobre a realidade de um grupo, sob a ótica cultural, histórica e sua visão de mundo.

Os seres humanos utilizam o léxico para nomear tudo que lhe rodeia e essa ação é perpassada em um processo no qual o homem propaga suas ancestralidades sociais, culturais, religiosas, políticas entre outras circunstâncias. A Onomástica é a ciência que se ocupa com os estudos históricos dos nomes próprios e dos procedimentos de designação no campo da língua. Além de depreender realidades da cosmovisão de um grupo, ela pode conhecer não apenas os fatos ocorridos em determinado lugar, mas como eles influenciaram na formação e nomeação de um local.

Com isso, a Onomástica se subdivide em duas disciplinas, tais como: toponomástica (o estudo dos nomes de lugares pelos aspectos semântico-lexicais, fonéticas, morfossintáticos e etimológico); e antroponomástica (dedicada a estudar os nomes de pessoas). O conjunto de nomes de lugares refere-se a toponímia. Tais conceitualizações foram baseadas em estudos recentes, tais como: Trapero (1999), Cabrera (2002), Seide (2013), Bastiani (2016) e Reis (2019).

Neste sentido, a proposta desta dissertação se interessa em coletar informações que subsidiem analisar, observar e descrever como ocorreram as nomeações das escolas públicas que possuam alcunhas de nomes próprios feminino, localizadas no município de Palmas. Buscar-se-á conhecer esses nomes com o intuito de compreender a representação social que a nomenclatura tem com seu o contexto de representatividade histórica, enfatizando o resgate da memória para o ensino e aprendizagem do alunado.

A problemática da proposta parte da falta de escopo bibliográficos referente à temática toponímia feminina no campo urbano do município de Palmas; o que instigou a curiosidade em fazer uma breve referência com os logradouros das unidades de ensino público na perspectiva de gênero. Dessa forma, foi possível perceber que grande parte das alcunhas designadas às instituições perpetuam a prerrogativa social do gênero masculino e o fortalecimento do patriarcado: *Qual(is) seria(m) o(s) papel(is) social(is) das mulheres nomeadas nas unidades educacionais? É possível verificar os fatores que determinaram a nomeação dessas escolas pelo seu histórico institucional?*

A conformação permeada da ideologia sexista pode revelar que os fatores motivacionais dos nomes estão intimamente ligados ao apagamento e silenciamento do gênero feminino que na conceitualização da sociedade ainda machista deve permanecer aos cuidados da casa e da família como organismo reprodutor da sociedade. Desse modo, os espaços de poder, como a política que avalia o processo de nomeação, são resguardados e fincados por homens que reverberam seus privilégios garantido assim, uma vantagem para se perpetuar.

O desenvolvimento desta pesquisa seguiu a linha de concentração de estudo já iniciado no período da graduação, do qual se fez um levantamento de possíveis motivações dos nomes destinados a escolas municipais. Diante disso, a delimitação realizada para este trabalho concentrou-se na observação das escolas municipais na cidade de Palmas, encontrando 80 unidades educacionais em funcionamento, das quais 53 instituições poderiam possivelmente adentrar como estudo na linha de pesquisa onomástica. Desse total de unidades, foram analisadas, sob a ótica da toponímia feminina, 21 topônimos suscetíveis de notas para considerar, descobrir, situar e elucidar os fatores motivacionais das nomeações dando ênfase aos pressupostos dos nomes femininos. Ressalta-se que por abordar a toponímia urbana uma escola do campo adentra a esta análise, pois se entende que ela é parte relevante da toponímia feminina do município.

Discorrer sobre a relevância desta proposta nos convida a pensar sobre a produção de conhecimento valorados na dinâmica simbólica de um lugar. Ora, se estamos freneticamente envolvidos na reprodução da prática imparcial quanto aos nomes dos espaços que frequentamos ou passamos, este estudo nos convida a refletir sobre a trajetória que se faz. Em outras palavras, aqui é feito um convite para avançar seus conhecimentos sobre a história, a memória e o lugar naquilo que se diz referente ao cenário motivador das nomeações dos espaços públicos educacionais da cidade de Palmas no Tocantins.

Dito isso, a relevância social desta pesquisa se apresenta como contribuição para a comunidade acadêmica, pois tal temática é pouco abordada em trabalhos como de mestrado e

doutorado, como poderemos averiguar mais adiante no estado da arte sobre o tema no capítulo II. Para além do fator academicista, a pesquisa destaca elementos que podem ser utilizados enquanto conhecimento histórico do município a partir de suas unidades educacionais. Neste caso, os saberes depreendem elementos interdisciplinares como aporte para disciplinas de história, geografia e português. A relevância social deste estudo pode ser comprovada pela sua intenção em elaborar um perfil toponímico das possíveis influências históricas incrustadas pela cultura e política caracterizada nos topônimos.

Diante disso, traçou-se como objetivo geral: analisar os topônimos femininos das escolas municipais de Palmas, observando as condições políticas, socioculturais e de gênero que favoreceram essas designações. Já como objetivos específicos buscar-se-á: I – identificar os nomes das escolas e selecionar as designações cuja nomenclatura possuam nomes femininos para análise; II – catalogar em fichas lexicográficas-toponímicas os dados obtidos; III – analisar as (possíveis) causas que motivaram as escolhas dos topônimos femininos para homenagear as escolas municipais na capital; e por fim, vi. discutir o lugar da memória feminina, bem como seu legado na toponímia urbana de Palmas.

Para promover discussões teóricas e metodológicas na área da toponímia, utilizamos Dick (1986, 1990, 1992, 1996, 1998, 2002), Seabra (2004, 2006) e Andrade (2010, 2016). Quanto à especificidade da toponímia feminina, serão abordados os trabalhos de: Nader (2007), Antikeira (2011), Silva (2013), Araújo (2013) e Ferreira (2019). Já para as conceitualização e discussão de gênero serão valoradas por estudiosos como: Scott (1995), Saffioti (2015) e Hooks (2019).

A classificação da metodologia foi definida pelo método onomástico indutivo, proposto por Dick (1990), apropriando-se da ficha lexicográfico-toponímica para a descrição e análise dos dados. Sob o ponto de vista da natureza da pesquisa, trata-se de uma pesquisa qualitativa, abordando o problema por meio da pesquisa exploratória descritiva.

Para as contextualizações dos dados, os procedimentos metodológicos adotados foram levantamento bibliográficos e documentais, visando situar o lócus da pesquisa e a compreensão dos dados, como: as leis de criação e as biografias.

O trabalho está organizado em 04 capítulos correlacionados. Iniciando com a Introdução na qual foi apresentado o tema proposto, a justificativa, os objetivos e as delimitações do trabalho, permitindo uma visão clara do escopo proposto.

O Capítulo primeiro discorre sobre a fundamentação teórica da ciência do léxico, vislumbrando uma revisão de literatura dos clássicos aos estudos mais recentes. Ainda salienta os estudos onomásticos diante das proposições geridas pela toponomástica.

O Capítulo segundo apresenta o estado da arte sobre os estudos da toponímia feminina no Brasil e os conceitos do viés toponímico sob a ótica do gênero, permitindo que seja possível apontar uma compreensão epistemológica do tema.

Já o Capítulo terceiro se encarrega em elucidar os enfoques metodológicos e a ordem para contextualização dos dados, expondo os instrumentos e métodos da análise, lócus e técnicas da pesquisa.

Para análise dos dados, o Capítulo quarto condiciona os resultados e discussões, salientando a toponímia feminina em Palmas e apresentando os nomes femininos em estudo a partir dos logradouros das unidades educacionais.

Por fim, são tecidas as considerações finais relacionando os objetivos identificados inicialmente com os resultados alcançados. Pontuamos sugestões de possibilidades para a continuação da pesquisa tanto dentro dos estudos onomásticos, sob o viés do gênero, como também da necessidade de se desenvolver mais pesquisa referentes aos dados, questão essa inferida das experiências adquiridas com a execução deste trabalho.

2 DAS CIÊNCIAS DO LÉXICO AOS ESTUDOS ONOMÁSTICOS

“[...] a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Birdeman (2001 p.13)

Neste capítulo, apresentamos um estudo que consiste em analisar questões relevantes no contexto dos estudos das ciências do léxico, mais precisamente, a área da lexicologia e da onomástica, abordando o papel desempenhado pelo léxico no processo de nomeação de lugares.

2.1 O léxico

Na sociedade contemporânea, a comunicação é vista como um dos fatores mais importantes na construção das relações entre as pessoas. É por meio dela que somos capazes de nos conectarmos com informações verbais e não verbais que indicam as diversas necessidades que nos rodeiam. A comunicação oral permanece, se não a mais importante, e pode ser tratada com um recurso de poder nos discursos daqueles que se veem como dominantes em alguma esfera social.

Nesse sentido, as pessoas estão sempre procurando interpretar a sua cosmovisão em uma tentativa de dominar e explicar tudo ao seu redor. Usam a linguagem para perceber as características dos elementos que as rodeiam, categorizando-as e nomeando-as para entender o mundo, a linguagem pode fornecer condições conceituais para a realidade.

Biderman (2001a, p. 27-28) afirma que “o léxico se associa ao conhecimento e o processo de nomeação de qualquer língua, o que resulta de operações perceptivas e cognitivas, sendo o lugar de conhecimento sob o rótulo sintético de palavras, ou seja, relacionado aos signos linguísticos”. Em outras palavras, o léxico de uma língua é uma coleção de nomes para diferentes objetos e animais. Ao atribuir nomes a tudo no universo, as pessoas são capazes de classificar simultaneamente tudo que deseja.

Esses comportamentos também podem ser localizados, comentados e verificados por meio do léxico. Dubois (1999, p. 364) situa o léxico como “o conjunto das unidades que formam a língua de uma comunidade”. Portanto, infere-se que o léxico pode ser definido como um agrupamento de palavras que (re) significam um espaço através das nomeações, classificações e registros de todo o conhecimento em um determinado lugar.

Assunção e Araújo (2017) afirmam que o léxico se configura em um inventário aberto quando o encaramos sob a perspectiva de suas funções gramaticais. Contudo, os paradigmas lexicais não se apresentam menos visivelmente delimitados que os paradigmas gramaticais, ao considerar o léxico no ponto de vista de funções lexicais. Nesse sentido:

O léxico e a gramática não são considerados como duas realidades indissociáveis, excetuando as diferentes motivações metodológicas, decorrentes de objetos materiais de análise distintos. Na representação das peças léxicas (...) está incluída a representação das respectivas propriedades gramaticais, morfossintáticas e argumentais, ao nível do número, do esquema e das funções temáticas dos argumentos em causa, tal como das propriedades semântico-conceituais e instrumentais que sustentam o seu funcionamento em contextos e em situações pragmáticas diversificada (ASSUNÇÃO; ARAÚJO, 2017, p. 63).

Desta forma, se torna igualmente compreensível a relação do léxico com a cultura de um povo, pois os conceitos são criados através da organização coletiva de informações, de modo que o conhecimento se registra e tem significado a partir do método cognoscitivo em ordenar dados subjetivos para o indivíduo que os utiliza.

Para Assunção e Araújo (2017, p. 63), o “léxico acolhe os traços (propriedade) que necessitam de interpretação. Exemplificando: quando um falante verbaliza uma palavra, o léxico possui traços que serão compreendidos ao nível semântico e fonológico, de modo que a compreenderá não apenas esses traços, como uma organização mais complexa”.

Segundo Guerra e Andrade (2012, p. 230), “a "Lexicologia é uma área do conhecimento que nasce no âmbito da Linguística, entrelaçando conceitos teóricos advindos de diversas subáreas da Linguística”, como no caso do léxico, concebido pelas autoras como situado numa intersecção que absorve informações oriundas de caminhos diversos, como: fonética e fonologia, semântica, morfologia, sintaxe e de situações comunicativas (pragmática).

De maneira mais simplista, o léxico pode ser caracterizado como um conjunto patrimonial de palavras em uma determinada comunidade cujas experiências humanas dinamizam suas representações culturais das quais possibilitam não só o estudo delas, mas os sentidos simbólicos e fundamentais.

2.2 Lexicologia, Lexicografia e Terminologia

Para Guerra e Andrade (2012, p. 230), a Lexicologia “se fundamenta no estudo científico do conjunto de palavras de uma determinada língua sob diversos aspectos”, se ocupando do léxico das línguas de modo completo e integrado. Ela se preocupa, nesse contexto, com a noção de palavra e fornece pistas sobre os modos de lidar no ensino do léxico.

De acordo com Souza e Xavier (2020, p. 137), Lexicologia consiste no “estudo da área da linguagem que indubitavelmente tem a possibilidade de contribuir de maneira muito positiva para a ruptura com o atual estado de crise no ensino de línguas”, de modo a contribuir com a melhoria da qualidade do ensino da língua e, em especial, de língua portuguesa.

Alves (2011) defende que a Terminologia da Lexicologia é contemplada como uma língua geral, em oposição às línguas de especialidade, possibilitando a verificação em período e em corpus determinados, processos de formação mais comuns, prefixos e sufixos mais comuns, ocorrência e concorrência entre estrangeirismos e elementos vernáculos na evolução do léxico de uma língua, e assim por diante.

Acerca da Lexicografia, Biderman (2001b) afirma que ela se relaciona com o repertório existente dentro de um idioma, atrelando-se à produção de dicionários, vocabulários e glossários. Já Welker (2004) defende que o termo Lexicografia pode ser compreendido em duas noções perspectivas, sendo a primeira, costumeiramente denominada como Lexicografia prática, aquela que designa a ciência, a técnica, a prática ou até mesmo a arte de elaboração dos dicionários; e a Lexicografia teórica, a qual é costumeiramente empregada em línguas como inglês, francês e alemão, envolvendo o estudo de problemas ligados à elaboração de dicionários, críticas aos dicionários publicados, pesquisas históricas da Lexicografia e pesquisas gerais que envolvem os usos dos dicionários.

Segundo Xavier (2011, p. 2), “a Lexicologia e a Lexicografia possuem como objeto de estudo o léxico, distinguindo-se entre si pelos fundamentos teórico-metodológicos, dentre outros aspectos”, sendo dois métodos que envolvem um mesmo tema (ou seja, o léxico).

Nesse sentido, a Lexicologia estuda o universo de todas as palavras, contemplando a estrutura, o funcionamento e as mudanças, ao passo em que a Lexicografia é tida como a técnica empregada na montagem de dicionários:

Percebe-se, assim, que as concepções e/ou finalidades de tais disciplinas não se confundem, conquanto estejam interligadas, haja vista que são vários os elementos da estruturação, do funcionamento e da mudança lexical presentes nos dicionários, tais como nas acepções, abonações, na indicação da pronúncia, assim como de sinônimos, antônimos e da etimologia das palavras. A Lexicologia, por esse prisma, fundamenta a elaboração de obras de referência, como é o caso dos dicionários, e impõe reajustes à Lexicografia à medida que suas investigações avançam. Por outro lado, a Lexicografia pode servir de embasamento aos estudos lexicais, uma vez que fixa as acepções dos signos linguísticos em estados de língua diversos e as registra de modo sistematizado, podendo ser usada como referência das normas lexicais vigentes nas mais variadas épocas. (XAVIER, 2011, p. 2).

Por fim, ainda em caráter sucinto, cumpre-se esclarecer o conceito de Terminologia. Dias (2000) trata da definição da *International Organization for Standardization* (ISO),

compreendendo Terminologia como qualquer atividade relacionada com a sistematização e a representação dos conceitos e apresentação dos termos baseados em princípios e métodos estabelecidos ou ainda em conjunto de termos que constituem conceitos de determinada área.

Para ela:

a terminologia é um conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessário para explicar o relacionamento entre conceitos e termos especializados; como prática, é um conjunto de métodos e atividades voltado para coleta, descrição, processamento e apresentação de termos; como produto, é um conjunto de termos, ou vocabulário, de uma determinada especialidade. (DIAS, 2000, p. 90).

Lara (2004) afirma que o papel da Terminologia é bem claro ao fornecer referenciais concretos que visam a interpretação de termos, bem como sua definição em cada qual dos domínios de especialidades em suas próprias terminologias. Desse ponto de vista, é válido pontuar a Terminologia como um termo da área especializada pertencente ao nível lexical da trindade, no qual, o léxico se destaca pelas comunidades humanas que se forjam como um instrumental linguístico para designar conceitos novos fazendo uso do modelo léxico-categorial herdada pela língua e pela cultura do grupo social.

De acordo com Biderman (2001c), a Terminologia é vista como um campo de estudo interdisciplinar que se preocupa com a análise e a descrição dos termos técnicos e científicos usados em diferentes áreas do conhecimento. Ela destaca que a Terminologia é essencial para a comunicação técnica e científica, pois permite que os profissionais de uma mesma área falem a mesma língua e entendam-se com clareza.

A autora também ressalta que a Terminologia é importante para a Lexicografia, que é o estudo dos dicionários e dos processos de elaboração dessas obras. Segundo Biderman, a Lexicografia deve levar em conta a Terminologia, uma vez que os termos técnicos e científicos devem ser incluídos e definidos de maneira precisa e clara nos dicionários especializados. Em síntese, a Terminologia é um campo de estudo interdisciplinar e sua relação com a lexicografia destaca a importância da padronização dos termos para a comunicação técnica e científica em diferentes áreas do conhecimento.

Desta forma, em posse destes conhecimentos, serão abordados logo mais os estudos onomásticos como caminho para uma pesquisa científica.

2.3 A Onomástica e seus caminhos

A onomástica, abordada por Ramos e Bastos (2010), integra o campo científico das ciências lexicais, mais exatamente, o da Lexicologia. Divide-se em dois ramos, sendo o primeiro a toponímia (estudo do topônimo - nome do lugar) e o segundo a antroponímia (estudo do nome pessoal).

Sua origem está associada às primeiras especulações e repercussões da Filosofia sobre os nomes. No Ocidente está correlacionada às tradições gramaticais greco-latinas, já que a distinção entre nomes comuns e próprios fora elaborada pelo primeiro gramático grego, Dionísio de Trácia.

Embora definida como um campo das ciências da linguagem, Ramos e Bastos (2010) afirmam que

a Onomástica se constrói a partir do suporte de outros campos do saber, tendo o que atualmente se chama caráter inter ou, ainda, transdisciplinar. Logo, o seu conhecimento se relaciona ao de outras áreas, sem confundir-se com eles, nem os negar. Ela assume, assim, uma perspectiva capaz de integrar métodos e um número considerável de conhecimentos de campos muito diversos de maneira direta ou vertical e indireta ou horizontal, predominando, contudo, a perspectiva linguística, com valoração, em particular, da pesquisa etimológica. (RAMOS; BASTOS, 2010, p. 87).

Embora trate de distintas abordagens em sua concentração de estudo, a Onomástica é composta pelo estudo do próprio nome que podem revelar de maneira inter e transdisciplinares aspectos cognitivos da realidade circunscrita se valendo de saberes como as disciplinas de Antropologia, História, Etnolinguística, Geografia e afins (GOMES NETA, 2016).

Carvalhinhos e Santos (2021, p. 266) afirmam que “o nome possui teoria própria que não bebe apenas na fonte linguística, mas também na Filosofia e na Lógica” de modo que os linguistas têm proposto teorias e classificações especificamente envolvendo os nomes, como no contexto da identificação de signos onomásticos prototípicos, os quais agem sempre em forma e função como nomes próprios, tendo como exemplos topônimos e antropônimos, bem como onomásticos menos ou não prototípicos, com nomes contáveis e incontáveis e orações com função onomástica.

Na visão de Carvalhinhos e Santos (2021), a onomástica nascida no Brasil foi desenvolvida a partir de estudos desenvolvidos na língua (filologia e etimologia) e na geografia (análise da nomenclatura na perspectiva geográfica), sendo reconhecida a partir das contribuições de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, sobretudo após 1990, sendo necessário reconhecer que historicamente Leite de Vasconcelos já havia proposto, ainda no

século XIX, o termo onomatologia, que se traduz como o estudo dos nomes em toponímia e antroponímia.

O percurso dos estudos onomásticos, ao longo dos séculos, está intrinsecamente relacionado ao interesse em aprofundar os nomes e suas nuances, sendo que tal interesse é contextualizado na medida da compreensão de que os nomes dos lugares possuem significados relevantes para os povos e sociedades que os ocupavam. Dick (1990) reitera que os sujeitos podem ‘batizar’ um espaço a partir de questões significativas para eles, como personalidades públicas relevantes, divindades, itens presentes naquele território (como um rio ou uma fruta), vultos, e assim por diante.

Para Dick (1990), a toponímia é considerada uma das mais relevantes atividades humanas, já que envolve a compreensão do homem acerca da sua realidade, sendo possível identificar através de estudos e pesquisas, a forma de utilização da linguagem pelo homem para atribuir significados aos lugares ocupados por ele. Nessa perspectiva, "o ato de nomear, onomasticamente, é distinto da constituição/criação da palavra, enquanto elemento do léxico e integrante do enunciado da língua" (DICK, 1998, p. 101).

Cavalcante, Santos e Santos (2018) defendem que a história dos povos está associada ao seu léxico, de modo que estudos toponímicos surgem com o intuito de levantar os topônimos e a partir de seu mapeamento compreender e desvendar um pouco mais da história linguística e sociocultural de um determinado povo.

2.3.1 Questões principais da Toponomástica

Cabe aqui delinear alguns conceitos essenciais sobre as designações a serem utilizadas no enredo referenciais deste trabalho. Para tanto, se torna indispensável situar a definição do topônimo, toponímia e a toponomástica como se vê a seguir.

A Toponomástica é a disciplina científica que estuda os nomes de lugares e os designativos geográficos. O estudo dessa área, com foco no ensino, possui um caráter inovador e propicia a integração de diferentes áreas do conhecimento. Sob uma perspectiva linguística, a Toponomástica pode estudar a etimologia, a evolução fonética, os aspectos morfosintáticos e semântico-lexicais dos nomes de lugares. Já sob o ponto de vista geográfico, ela pode fornecer informações sobre relevo, flora e fauna. A toponímia, conjunto dos topônimos, pode ser também uma fonte de informação para a pesquisa da história e da memória social, como outras áreas do conhecimento. Conforme pontuado por Dick (2007, p. 146), a Toponomástica é o estudo da motivação do topônimo, seja por meio da sua etimologia ou pelas circunstâncias que

o motiva, “estudo das origens, alterações e substituições dos nomes, estudo da forma linguística: recupera os traços e sentidos da língua fala na região, em seus substratos e adstratos”.

O International Congress of Onomastic Sciences (ICOS 2011)¹ reconheceu os termos onomásticos “Toponomástica e a Antroponomástica” enquanto designações das áreas onomásticas, assim, optamos por utilizar os termos para identificar o que tradicionalmente é descrito como Toponímia e Antroponímia.

Deste modo, é pertinente ressaltar que a Toponomástica e a Antroponomástica desenvolvem-se de modo independente, mesmo com certa aproximação, em termos funcionais, dos seus objetos de pesquisa, sendo que, a toponomástica, foco do presente estudo, concentra-se nos conjuntos de nomes dos lugares, ou, simplesmente, conjuntos dos topônimos (SEIDE, 2013).

A toponomástica se integra à onomástica como disciplina que investiga o léxico toponímico, através do estudo da motivação dos nomes próprios de lugares, se constituindo a partir de enunciados linguísticos, formados por um universo transparente significante que reflete aspectos culturais acerca de um núcleo humano existente ou preexistente.

Há relação entre os estudos onomásticos em toponomástica quanto aos aspectos linguísticos, a exemplo do léxico, compreendido como conceito vinculado ao conhecimento e ao processo de nomeação de qualquer língua, o que resulta de operações perceptivas e cognitivas, sendo o lugar de conhecimento sob o rótulo sintético de palavras, ou seja, relacionado aos signos linguísticos (BIDERMAN, 2001a).

Nesse contexto, todos os espaços do mundo o homem operacionaliza signos linguísticos que são fundamentados no entorno vivencial, estimulados pela necessidade de nomear, de diferenciar e de indicar, empregando variadas estruturas linguísticas e os léxicos, combinando motivação, convenção e identificação como produtos psíquicos da história sociopolítico-cultural de determinado povo (SEABRA, 2006).

Diante disso, dá-se ênfase às considerações apontadas por Reis (2019) quando situa a toponomástica, a toponímia e o topônimo da seguinte forma:

A Toponomástica é a disciplina científica que estuda os nomes de lugares. A toponímia, neste estudo, é o conjunto de nomes de lugares, ou seja, os topônimos. A Toponomástica estabelece o sentido de unidade diante dos diversos saberes quando se intersecciona com outras áreas do conhecimento. Desse modo, ela permite compreender os nomes de lugares sob diferentes significados, olhares e áreas de atuação. (REIS, 2019 p.01).

¹ ICOS – Disponível em: <https://icos2020.ijp.pan.pl/>. Acesso em: 20 out 2022.

Reiteramos, portanto, que a toponomástica é focada em nomes próprios de lugares, e a antroponomástica, por sua vez, é voltada para os nomes próprios de pessoas considerando todos os aspectos metodológicos e teóricos comumente atribuído a toponímia e antroponímia.

2.4 Toponímia e o signo toponímico

Ante ao exposto, é relevante aprofundar no que consiste a toponímia e naquilo que são os signos toponímicos, sempre considerando a discussão lexical presente no tema, que será aprofundada mais adiante. Pimenta da Silva (2022) compreende que o topônimo não é o lugar em si, mas sim aquilo que representa o espaço geográfico, carregando em sua estrutura semântica elementos da natureza linguística e sociocultural de *quem* o nomeou e outras particularidades, revelando assim informações sobre o ambiente.

Assim, trata-se de elemento relevante para toda a sociedade, carregando consigo marcas de localização geográfica, identidade, características da língua, cultura etc. Na visão de Gouveia (2021), a toponímia gera estudos e pesquisas aprofundados sobre os nomes dos lugares, possibilitando que as nomenclaturas sejam problematizadas e discutidas, considerando fatores como as características e atributos das regiões e os contextos sociais das populações e povos que ali se fizeram presentes.

Tais estudos, assim, permitem a identificação de vestígios histórico-socioculturais das comunidades e das características físicas do ambiente, sendo os topônimos simbólicos, fornecendo aos pesquisadores informações de valor, como a origem histórica dos povos antigos e sua localização, o fornecimento de descrições precisas para paisagens, a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, dentre outros, apontando para um amplo corpus de nomes de lugares que se referem à fauna, indicando um vasto repertório popular que designa espécies vegetais, além, é claro, de fornecer conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica e social (CORDEIRO; CARVALHO, 2020).

Isquerdo (2021) considera que o signo toponímico apresenta certas particularidades que devem ser ponderadas: em primeiro lugar, envolve nomes próprios e cuja função específica é de identificar (e não necessariamente de significar); contudo no contexto específico de topônimos, além da determinação da identidade de lugares, ocorre a análise estrutural, fornecendo elementos que podem esclarecer aspectos históricos, políticos, econômicos e socioculturais de uma religião, de modo que o papel do signo toponímico extrapola apenas o nível de identificação, servindo também como referência para o entendimento dos aspectos da realidade.

Em segundo lugar, alerta a autora que também é necessário considerar que toda nomeação costuma ser estimulada e/ou condicionada por fatores inerentes à realidade circundante do denominador. Diante disso, Isquierdo (2021) defende a aproximação e o não-afastamento do estudo do signo toponímico da questão do léxico e dos estudos que o compõem:

O signo toponímico se nos apresenta, pois, como um dos aspectos do léxico, particularmente complexo, no que se refere à sua motivação designativa. A diversidade de influências culturais na formação étnica da população, como também, as especificidades físicas de cada região tornam dificultosa toda tentativa de explicação das fontes geradoras dos nomes de lugares e de acidentes geográficos. Em vista disso, o esclarecimento da origem de determinados topônimos fica na dependência da recuperação, não raras vezes, de fatores extralinguísticos como as características geo-sócio-econômicas de uma região e, conseqüentemente, as marcas étnicas e sociais da população habitante em tal espaço físico-cultural. (ISQUERDO, 2021, p. 33).

Ainda vide os ensinamentos de Isquierdo (2021), as principais teorias que envolvem a motivação dos signos linguísticos valorizam a relação língua/cultura na explicação do processo de nomeação de elementos da realidade, de modo que, ao observar a natureza de um topônimo é possível inferir que, possivelmente, o denominador, no ato de nomear, tenha tencionado a busca de um nome que designa se, de modo mais fidedigno o possível, aquilo que o lugar representa.

Segundo Dick (2002), dentro da onomástica, o signo linguístico abrange diversas dimensões culturais vinculadas aos aspectos *etno* e sociolinguísticos, o que faz com que tal campo também adentre na dialetologia, nas variações do uso da língua em determinados períodos e de sua historiografia interna e externa. Portanto, é necessário relacionar o signo ao lugar, o vinculando com a realidade histórica da época de nomeação. No caso específico do signo toponímico, é possível acatar a noção saussuriana de arbitrariedade, uma vez que o topônimo, enquanto forma de língua, consiste em um significante animado pela substância de conteúdo, sendo marcado duplamente pelo que era arbitrário, em termos de língua, transformando-se no ato do batismo do lugar, e o que era essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar que se trata de uma das características primordiais do signo toponímico (DICK, 1992).

Ora, a *motivação* é frequentemente trabalhada pela literatura científica como um aspecto relevante para as abordagens toponímicas. Os nomes de lugares, por muitas vezes, não podem ser contemplados como meros acidentes ou como nomeados ao acaso de um modo geral, já que os que batizam os lugares irão buscar, na maioria das vezes, motivações para a designação do lugar, como: a noção de identidade de grupo, cultura, língua etc. Um lugar mais quente, por

exemplo, pode apropriar-se de uma designação que remete ao calor, ao passo em que um lugar mais isolado, que conte com pouca presença de animais e pessoas, pode fazer menção a uma designação que lembre essa noção de isolamento. A partir disso, é possível discutir e analisar a questão da motivação toponímica.

2.4.1 A motivação toponímica

Santos e Seabra (2011) defendem que existem as mais diversas motivações para as nomeações dos lugares, como aspectos geográficos marcantes, nomes de plantas e animais, pela fé e por aspectos religiosos e assim por diante. Em outro estudo, Seabra (2004) afirma que o nome do lugar conta com motivações toponímicas sobre ângulo do ambiente, físico e social, com denominações que remetem ao homem dentro do contexto antropológico no qual ele está inserido, abrangendo a força social dos espaços.

Sousa e Martins (2017, p. 2) apontam que se trata de “signos linguísticos diferenciados, ou seja, não arbitrários, por apresentarem-se oriundo de características motivacionais”, de modo que o ato de nomear um lugar (ou um espaço geográfico) é carregado de intenções, não sendo escolha casual, mas sim algo que carrega marca de seus denominadores a partir do âmago de representar características físicas do ambiente e de suas subjetividades.

Dick (1992) corrobora com tal entendimento, definindo que aquilo que poderia ser tido como arbitrário em termos da língua é transformado no ato de batismo do espaço, motivado em essência. Para Dick (1990), inclusive, é a motivação toponímica que acaba distinguindo o signo linguístico do signo toponímico, o que envolve a intenção de quem nomeia um lugar e a própria origem semântica das palavras escolhidas. Por isso, os estudos onomásticos que contam com uma abordagem enfática para a toponímia consideram as motivações de nomeação dos espaços como um dos aspectos fundamentais da análise.

Partindo dessa abordagem, constrói-se uma visão no seguinte sentido: não apenas a motivação toponímica deve ser considerada relevante para os estudos onomásticos, mas também como crucial problematizar, em torno da seguinte direção: *faria sentido investigar o nome de um lugar sem considerar a motivação?* Particularmente, a resposta é negativa. E avançamos: estudos onomásticos não buscam descobrir tão somente que o nome de um lugar está associado ao nome dado à uma instituição-rua-bairro etc., mas também a razão pela qual é dada essa denominação, a qual pode estar associada ao seu uso, pelo fato de existir uma grande quantidade de possibilidades inerentes às condições e fatores.

Não obstante, em locais que levam o nome de santos ou de divindades, a motivação aparenta ser religiosa e pode ser um indicativo da fé de povos que ocupavam tal espaço. O mesmo pode ocorrer com determinados animais, que podem ser considerados sagrados por um povo ou também com plantas medicinais utilizadas em rituais e cerimônias religiosas / sagradas e assim por diante.

Costa (2016, p. 10) buscou analisar em seu estudo a motivação toponímica na escolha de nomes de lugares de origem indígena no estado do Mato Grosso do Sul, no qual constatou o “fato de que o grande número de aldeias existentes nessa região influenciou diretamente a escolha dos topônimos, o que justifica o alto índice de nomes indígenas em nossos designativos”.

Em estudo realizado por Santos e Seabra (2011), as motivações toponímicas da Comarca do Serro Frio foram analisadas, de modo que as autoras analisaram dois mapas com registros setecentistas e oitocentistas da Capitania de Minas Gerais. Nesse estudo de caso, constataram uma participação significativa de registros topônimos de base indígena, ao passo em que há a ausência de topônimos de base africana. Dentre as motivações espaciais/geográficas/ambientais analisadas, constatou-se que a grande disponibilidade hídrica em bacias hidrográficas do rio São Francisco, Doce, Jequitinhonha e Mucuri acabam contemplando fatores para que os locais/espacos sejam nomeados.

Para Santos e Seabra (2011), é fundamental aprofundar as raízes históricas e culturais dos povos que habitaram e nomearam as regiões, considerando que as motivações toponímicas acabam sendo um reflexo da experiência humana no espaço geográfico, reforçando que as nomenclaturas não são acidentais, mas sim que podem ser explicadas pela constituição social dos povos ali.

Por isso, cada lugar deve ser analisado em caráter particular quanto ao nome por ele recebido, o que envolve não apenas o designar das cidades, mas também de pontos estratégicos dentro delas, ruas e bairros.

Santos e Silva (2019), por sua vez, buscaram a análise dos topônimos diamantinos, considerando que as motivações presentes nessa região apontam sobretudo para nomenclaturas indígenas, sendo seguidas pelas portuguesas e em menor número por latinas e germânicas, havendo ainda casos de motivações duvidosas, ou seja, que não deixam clara a origem. Consideram, outrossim, o signo toponímico como “um elemento valioso, capaz de recuperar fatos da memória de uma comunidade, bem como os valores sociais, históricos e culturais, através do estudo das designações nominativas” (SANTOS; SILVA, 2019, p. 13).

Alves de Carvalho (2022) destacam que, por meio do sistema linguístico, sobretudo de seu tesouro lexical, os indivíduos se expressam e expressam seus valores, o que também é afirmado na obra de Seabra (2004), de modo que língua e cultura são elementos indissociáveis que se relacionam com a história social de um povo.

Deste modo, em sua visão, o léxico permite transparecer o ambiente físico e social no qual os falantes de uma mesma língua se fazem presentes, privilegiando a configuração de uma realidade extralinguística e do armazenamento de todo o saber linguístico de um povo. “(...) o estudo do léxico possibilita compreender os conceitos e os eventos da vida cotidiana, uma vez que representa a área que melhor reflete a realidade linguística e sociocultural de uma comunidade” (ALVES DE CARVALHO, 2022, p. 112).

Ainda de acordo com Seabra (2006) manter ou apagar significados de topônimos ao longo da história promove uma organização informativa, reconhecendo que a referência não envolve apenas problemas de sistemática e de classificação, com relações mais complexas do que uma relação biunívoca entre a palavra e o referente, como também as questões históricas e culturais, dado que o universo dos nomes de lugares demonstram registros do passado, interesses, valores e visões de mundo de um determinado povo. Portanto, a autora julga necessário que sempre se fale em onomástica dentro dessa perspectiva considerando também a cultura, a história e a sociedade.

É necessário considerar, sobretudo em países de dimensões continentais como o Brasil, que cada local, cidade, bairro e rua poderão contar com topónimos específicos, os quais fornecem informações importantes para compreender a experiência e a organização humana naqueles espaços. Tal análise pode ser efetuada considerando diferentes elementos, incluindo a discussão léxica no campo das motivações e dos signos toponímicos.

2.5 Considerações tópicas

O capítulo teve início com uma apresentação acerca do léxico, da lexicologia, lexicografia e terminologia, distinguindo-os e trazendo os pontos de aproximação entre eles. Léxico, nesse sentido, pode ter seu papel discutido e analisado com a sintaxe como modelos que podem ser analisados e conceituados sob diferentes perspectivas e pontos de vista, inclusive no campo dos estudos onomásticos tendo como pano de fundo a abordagem da toponomástica, passando por aspectos léxicos que envolvem signos toponímicos e motivações toponímicas.

Como visto, estudos onomásticos podem ser compreendidos em duas vertentes: a toponomástica, focada no conjunto de nomes próprios de lugares; e a antroponomástica, estudo

dos nomes próprios de pessoas. Concentrou-se especificamente no âmbito da toponomástica, enfatizando os nomes dos lugares e considerando aspectos voltados às motivações toponímicas, signos toponímicos e questões linguísticas presentes no tema.

3 ESTUDOS DO GÊNERO E TOPONÍMIA

“[...] é possível trilhar caminhos para eliminar esta dualidade[...]”. Saffioti (2015, p.115)

Neste tópico, buscou-se analisar o Estado da Arte das pesquisas em toponímia feminina, dando ênfase ao volume de dissertações e teses publicadas na literatura científica nacional. Para tanto, foi realizado um levantamento de cunho bibliográfico, com o intuito de coletar e analisar o volume, a evolução e o conteúdo das obras consultadas.

Ainda neste tópico, remonta-se brevemente como as mulheres sempre estiveram em desvantagem na ocupação de lugares e posições de poder em relação aos homens, uma vez que elas foram criadas para serem mães e filhas, ao passo em que homens foram criados para serem conquistadores e desbravadores. Isso reflete, dentre outras questões, no estudo da toponímia no Brasil.

3.1 Toponímia feminina no Brasil

Considera-se toponímia a representação de um espaço geográfico, o qual carrega consigo em sua estrutura semântica características e elementos da natureza linguística, social e cultural daquele que o nomeia, sendo que, os nomes dados aos locais e espaços acabam sendo um retrato do tempo e das manifestações e fenômenos relacionados ao mesmo (PIMENTA DA SILVA, 2022). Estudos na disciplina toponomástica se concentram no contexto da nomeação dos lugares, promovendo a desconstrução e problematização dos mesmos, considerando os elementos presentes em uma região e os diferentes contextos da vivência humana que ali se fizeram presentes (GOUVEIA, 2021).

Quando se trata da toponímia feminina, é necessário considerar que as mulheres jamais ocuparam ao longo da história um verdadeiro patamar de igualdade em relação ao sexo masculino, de modo que os nomes dados aos lugares eram, em maioria esmagadora, voltados para homenagear homens que podem ter contribuído para a sociedade de sua época (ARAÚJO, 2013). Há de se considerar ainda outros problemas, como a ênfase em nomes femininos atribuídos às santas (CARVALHO, 2014) ou de mulheres que não contam com uma biografia acessível (FARIA, 2017).

Para obter e interpretar o Estado da Arte, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico, que de acordo com Sousa, Oliveira, Alves (2021, p. 65) “está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas”, ou seja, coletando informações elaboradas por outros autores com o intuito de investigar fenômenos específicos em relação ao tema selecionado pelo pesquisador.

A coleta de dados foi realizada em bases como: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES; bibliotecas de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), dentre outras, além de bases de consulta como a Scielo e o Google Scholarship.

A justificativa para esta pesquisa parte da necessidade de aprofundar o volume de publicações em toponímia feminina no contexto de diferentes regiões brasileiras no formato de teses e dissertações. O objetivo foi verificar a evolução deste campo de estudo e a quantidade de produções nos níveis de Mestrado e Doutorado disponibilizadas, em comparativo com outras publicações, sobretudo considerando a crescente produção de artigos científicos sobre o tema.

A relevância do estudo se resume também à sua originalidade, dado que em pesquisa, além de um baixo volume de publicações sobre o Estado da Arte da linha temática da toponímia feminina.

3.2 Da Toponímia à Toponímia Feminina: breves conceitos e anotações sobre o tema

Para que seja possível apresentar o Estado da Arte em pesquisas de toponímia feminina, cumpre-se a realização de uma breve apresentação sobre o tema. Em se tratando da toponímia feminina, Araújo (2013) destaca que as análises são complexas, já que a mulher nunca ocupou um concreto patamar de igualdade em relação aos homens, de modo que ao longo da história a toponímia não registrou um expressivo número de nomes femininos: as meninas e mulheres eram criadas para serem ‘mães’ e ‘esposas’, ao passo em que meninos e homens eram criados para serem desbravadores e conquistadores, o que faz com que haja uma tendência de ‘batismo’ e de preservação de nomes masculinos em detrimento de nomes femininos.

Para que pudéssemos realizar o levantamento dos dados, privilegiamos as teses e dissertações que buscaram analisar esse fenômeno sob diferentes perspectivas, já que tais materiais promovem uma análise mais extensa sobre o tema. No tópico seguinte será apresentado o Estado da Arte em toponímia.

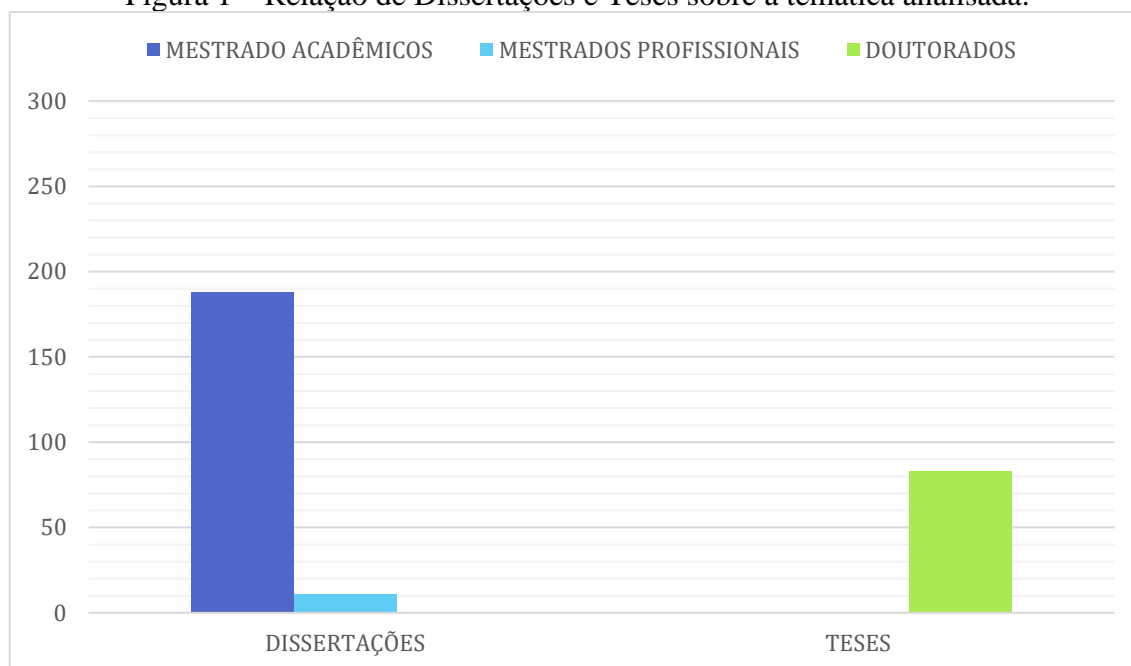
3.2.1 Toponímia: teses e dissertações no catálogo capes e evolução do número de publicações no período 1987-2023

Inicialmente, foi conduzida uma pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) usando o termo "toponímia feminina"². Isso resultou em apenas 1 resultado, que corresponde à dissertação de Mestrado intitulada "A Figura da Mulher na Toponímia Urbana do Município de Porto Nacional" (Ferreira, 2019).

Da mesma forma, ao usar o termo "toponímia urbana", foram encontrados 24 trabalhos, sendo 22 dissertações e 2 teses de doutorado. Ao pesquisar apenas o termo "toponímia", obtivemos um total de 282 resultados, dos quais 199 são dissertações, divididas em 188 Mestrados Acadêmicos e 11 Mestrados Profissionais, além de 83 teses de doutorado.

O Gráfico 1 exibe a representação do maior número de dissertações encontradas na base de dados em relação ao tema pesquisado.

Figura 1 – Relação de Dissertações e Teses sobre a temática analisada.



Fonte: Autoria própria a partir dos dados obtidos da base de dados CAPES (2023).

² Ao pesquisar em bancos de dados, como o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, é aconselhável usar aspas ao inserir dois ou mais termos na barra de pesquisa. Isso assegura que os resultados sejam precisos e correspondam exatamente à frase ou termo pesquisado, melhorando assim a qualidade dos resultados.

A base de dados CAPES permite um recurso de filtragem por data, sendo inicialmente selecionado o ano de 1987, o mais antigo, o qual conta com 01 publicação referenciada. Cumpre-se destacar que uma parcela significativa de tais estudos não podem ser acessada fisicamente, e tampouco podem ser verificadas pela internet. Contudo, a plataforma permite, para fins de comparativo com a quantidade de estudos produzidos ao longo do tempo, uma fácil visualização de estudos que trataram da temática “toponímia” ao longo do tempo. O quadro 1, a seguir, apresenta os dados extraídos:

Quadro 1 - Evolução da Quantidade de Publicações em Teses e Dissertações sobre o tema na base de dados CAPES

Ano	Quantidade de Publicações	Ano	Quantidade de Publicações
<i>1987</i>	1	<i>2010</i>	10
<i>1988</i>	1	<i>2011</i>	15
<i>1989</i>	1	<i>2012</i>	19
<i>1993</i>	1	<i>2013</i>	9
<i>1995</i>	1	<i>2014</i>	14
<i>1996</i>	2	<i>2015</i>	8
<i>1998</i>	3	<i>2016</i>	11
<i>2000</i>	7	<i>2017</i>	24
<i>2001</i>	2	<i>2018</i>	11
<i>2002</i>	1	<i>2019</i>	31
<i>2004</i>	4	<i>2020</i>	20
<i>2006</i>	8	<i>2021</i>	16
<i>2007</i>	5	<i>2022</i>	28
<i>2008</i>	11	<i>2023³</i>	9
<i>2009</i>	9		

Fonte: Autoria Própria (2023).

³ Atualizado até 10 de maio de 2023.

A partir das informações disponibilizadas no quadro 1, foi possível verificar um grande aumento do volume de teses e dissertações que abordam ou que tratam do tema. Ao compararmos o primeiro ano base, 1987, com o último ano encerrado na base de dados, 2022, constata-se um aumento superior aos 1.980% de publicações no catálogo que tratam do tema da toponímia.

O interesse de pesquisadores da área sobre os fenômenos toponímicos aumentou após o ano de 2000, com as contribuições de importantes autores sobre o tema, como Dick, estudiosa que realizou engenhosos esforços desde a década de 1980, e que nas décadas seguintes, anos 90 e 2000, apresentou a proposta de criação do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo.

É possível identificar também que a área dos estudos toponímicos vem crescendo, embora tenha ocorrido uma variação do número de teses e dissertações, mas se observa que o ano de 2019 foi um ano recorde de publicações acerca da toponímia na base de dados CAPES), a quantidade voltou a diminuir no ano seguinte, porém com um número expressivo de trabalhos armazenados. Não foi considerado para o presente estudo o ano de 2023 como referência, já que pesquisa foi realizada em maio do referido ano.

Cabe-nos apontar que o aumento nas publicações não faz menção aos marcos da luta das mulheres por igualdade e justiça no Brasil, o que não nos impede de explicitar eventos que ressaltam a luta secular das mulheres por direitos e igualdade de gênero, uma vez que tais eventos refletem a complexa história política e social do Brasil nas últimas décadas e a carência de estudos toponímicos sobre a relevância das mulheres.

Diante disso, apresentamos a seguir alguns fatos históricos passíveis de análise que poderia e ainda podem entrar nas discussões toponímica:

- A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi um marco importante na luta pela igualdade de gênero. A secretaria foi criada para coordenar e promover políticas públicas que visem a promoção dos direitos das mulheres, o enfrentamento à violência de gênero e a diminuição das desigualdades sociais e econômicas entre homens e mulheres;
- Em 2010, o Brasil fez história ao eleger sua primeira presidente mulher, Dilma Rousseff. A eleição de uma mulher para a presidência da República representou um avanço significativo para a participação política das mulheres no país, bem como para a luta pela igualdade de gênero. No entanto, o segundo mandato de Dilma Rousseff foi interrompido em 2016 por um processo de impeachment que gerou muita controvérsia. O processo político contou com a participação de

diversos atores políticos e sociais e foi permeado por muitas tensões e disputas, além da misoginia. Esse evento destacou a importância da democracia e da transparência nos processos políticos do país, assim como a necessidade de se aprofundar o debate sobre o papel das mulheres na política.

- Em 2018, o assassinato da vereadora Marielle Franco, uma defensora dos direitos humanos e das mulheres, chocou o país e gerou uma onda de mobilização e protestos em defesa da democracia e dos direitos das mulheres. A morte de Marielle Franco evidenciou a persistência da violência de gênero e do racismo no Brasil, e trouxe à tona a necessidade de se combater o discurso de ódio e a intolerância em todas as suas formas.
- As eleições de 2022 foram históricas com a eleição de mulheres trans para a Câmara de Deputados, representando um avanço na inclusão e no reconhecimento da diversidade política. Essa conquista promove a igualdade de direitos e amplia a voz das pessoas trans. A vitória eleitoral traz esperança para uma representação mais plural, refletindo as necessidades de todos, independentemente do gênero. Além disso, a eleição de mulheres trans pode impactar a toponímia urbana e feminina, promovendo uma toponímia mais inclusiva e diversa, refletindo a riqueza de experiências das mulheres trans na sociedade.

Esses eventos históricos estão interligados pela luta das mulheres por igualdade, justiça e participação política. Eles destacam a importância do engajamento cívico e da luta por direitos humanos para construir uma sociedade mais justa e inclusiva para todas e todos. Certamente, a toponímia feminina, ou seja, a prática de nomear lugares públicos em homenagem a mulheres notáveis, também está relacionada à luta das mulheres por igualdade e reconhecimento na sociedade.

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, por exemplo, contribuiu para dar mais visibilidade às questões de gênero no Brasil e promover a valorização das mulheres em diversas áreas, inclusive na toponímia. Desde então, muitas cidades brasileiras adotaram a prática de nomear ruas, praças, parques e outros lugares públicos em homenagem a mulheres notáveis da história brasileira e internacional, como a escritora Clarice Lispector, a cientista Marie Curie e a ativista Malala Yousafzai.

A eleição de Dilma Rousseff, como primeira presidente mulher do Brasil, também contribuiu para a valorização da toponímia feminina. Durante seu mandato, foram criados diversos programas e políticas públicas para incentivar a participação das mulheres na política

e em outras áreas de destaque, e muitas cidades brasileiras nomearam lugares públicos em sua homenagem.

No entanto, o assassinato de Marielle Franco, em 2018, também evidenciou a persistência da violência de gênero e do racismo no Brasil, e trouxe à tona a necessidade de se valorizar ainda mais a toponímia feminina. Após sua morte, diversas cidades brasileiras nomearam ruas e praças em sua homenagem, contribuindo para manter viva a memória da vereadora e destacar sua luta pelos direitos humanos e das mulheres.

3.2.2 Toponímia Feminina: estado da arte com ênfase em teses e dissertações publicadas na literatura científica brasileira

Serão apresentadas teses e dissertações selecionadas pela autora sobre a temática da toponímia feminina, das quais como critério serão mencionadas pela data de publicação e assunto relevante ao nosso contexto:

- a) A dissertação de mestrado denominada “*A Sutileza Da Discriminação De Gênero Na Nomenclatura Dos Logradouros Públicos. Vitória (ES). 1970–2000*” foi elaborada por Nader (2007). A autora constatou que foram dobrados os números de nomes de mulheres em logradouros públicos a partir de 1970, comparando com o período anterior, o que não expressa o fim da sub-representação feminina em relação aos homens, que ainda batizam um número maior de logradouros públicos em Vitória, tanto antes de 1970, quanto no período posterior. Ela destaca que:

Uma cidade com diminuta quantidade de nomes de mulheres inscritos em seus logradouros públicos concorre objetivamente para a reprodução da discriminação de gênero. A metade feminina da população fica obscurecida, como se não tivesse participado da construção da cidade ou, na melhor das hipóteses, como se tivesse ocupado um papel secundário na obra. A subestimação do papel da mulher é tão flagrante que Luisa Grinalda, que por quatro anos governou como donatária a Capitania do Espírito Santo, não tem sequer um logradouro em sua homenagem.¹⁴⁷ Vitória, uma cidade secular, das mais antigas do Brasil, tem boa parte da sua história entendida a partir dos nomes de homens que figuram nas placas de identificação afixadas nos logradouros; nomes eternizados como personagens que protagonizaram sua epopéia. (NADER, 2007, p. 93).

- b) A segunda dissertação de mestrado selecionada é de autoria de Araújo (2013), a qual buscou analisar e teve como título “*A representação da mulher e as questões de gênero na toponímia urbana*” da municipalidade de Caicó, localizada no Rio Grande do Norte, destacando as figuras de Mãe Quininha, de Generina Vale e de

Júlia Medeiros: para a autora a presença destes e de outros nomes na toponímia urbana de Caicó marcou e simbolizou um processo de mudanças que vinha ocorrendo no tocante às relações de gênero e aos lugares ocupados socialmente pelas mulheres.

- c) A Tese de doutorado de Carvalho (2014) como o título “*Hagiotoponímia em Minas Gerais*” da qual constatou que os nomes de ‘mulheres’ na toponímia de Minas Gerais se referem em grande parte aos nomes de santas, sobretudo da *Virgem Maria*, e não necessariamente às mulheres que tenham ocupado espaços de poder, participando social e politicamente das transformações ou contribuindo para o desenvolvimento da sociedade mineira. Ao analisar 5.649 locais, o gênero feminino representado pelos nomes de santas e mariotopônimos⁴, somou 1.848 ocorrências.
- d) Faria (2017) em sua tese de doutorado, intitulada “*Tradição e memória: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais*”, também abordou em sua pesquisa dados reveladores sobre toponímia feminina na cidade de Ponte Nova/MG. Dentre os 42 nomes femininos localizados e analisados pela autora não foi encontrado registro biográfico de 14 deles.

Faria (2017) destaca em seus estudos que

A maioria das mulheres que foram homenageadas com nomes de ruas foram donas de casa e dedicaram-se à criação de seus filhos e aos cuidados com o lar. Algumas delas, além dessas funções, exerciam grande papel voluntário na comunidade em que viviam, prestando serviços comunitários, nas Pastorais, na catequese, no grupo São Vicente de Paulo. Dentre elas, citamos Ilda Barbosa de Souza, Maria Arlinda Pereira, Glória Maria Andrade e Maria da Conceição Silva Salomé, conhecida como Dona Fiíta. É interessante notar que são poucas as mulheres que deram nomes a ruas por se destacarem socialmente enquanto funcionárias públicas municipais. Ainda assim, as que aqui podem ser mencionadas ocupavam cargos mais simples, trabalhando principalmente como faxineiras e serventes em creches e escolas: Efigênia Crispim Vicente, Edith Maria Silva e Telma Maria Albuquerque. (FARIA, 2017, p. 559).

- e) Ferreira (2019) que tem sua dissertação de mestrado, intitulada “*A figura da mulher na toponímia urbana do município de Porto Nacional (TO)*”, por sua vez, buscou a realização de uma pesquisa, mais especificamente em 441 topônimos pertencentes a 22 unidades urbanas, verificando a diversidade de motivações, dando ênfase para os topônimos que homenageiam personalidades históricas, em um total de 107. Dentre os logradouros, constatou-se um total de 94 topônimos

⁴ Carvalho (2014, p.89) apresenta em seu trabalho a taxa hierotopônimos e suas subdivisões onde descreve o termo mariotopônimos como nomes de invocações à Virgem Maria.

masculinos. Todavia, a autora alerta para outra questão: 10 topônimos femininos foram assim batizados por grau de parentesco com homens, já que não ocupavam os espaços de poder, e apenas três topônimos se referem às figuras das professoras do Colégio Sagrado Coração de Jesus, profissão tida historicamente como um cargo feminino.

- f) A tese de doutorado: “*A Toponímia em Sergipe: Descrição e Análise*”, de Santos (2019) apontou para personalidades indígenas locais que foram homenageadas. Contudo, é observado também um número maior de caciques e homens, a exemplo de *Japarutuba*, *Pacatuba*, *Gararu* e *Siriri*, tendo sido encontrado apenas uma cidade cuja toponímia remete à uma mulher indígena: Mãe *Carira*. O autor destaca que existem outras referências a serem consideradas nessa questão, como praças e ruas batizadas com o “8 de março” – fazendo menção expressa ao Dia Internacional da Mulher, o que indica o crescimento da participação feminina no processo toponímico, mas ainda sem adotar abertamente o nome de mulheres que tenham contribuído para o desenvolvimento local.

Ora, dentre as obras citadas na pesquisa, há diversos pontos de convergência, dentre os quais, destacam-se os seguintes: existência de uma predominância de nomes de homens sobre nomes de mulheres na toponímia urbana em diferentes cidades e regiões; existência irrisória de topônimos que acolham figuras femininas de grande relevância social e política; prevalência de um maior nome de ‘santas’ na toponímia brasileira; e a prevalência de nomes de mulheres que estejam mais vinculados às profissões consideradas historicamente como ‘femininas’, sobretudo envolvendo professoras.

Embora tenha sido identificado um crescimento de teses e dissertações, as quais em maior ou menor escala abordaram a toponímia feminina em diferentes contextos, a partir do fim da década de 1980, identificamos uma dificuldade em encontrar publicações de Mestrado e de Doutorado que tratassem efetivamente da questão envolvendo a toponímia feminina.

A parte esmagadora dos materiais localizados se refere aos estudos e análises toponímicas em caráter geral dentro de diferentes regiões. Foram realizadas pesquisas em bases de dados como da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), dentre outras, que contam com bibliotecas de teses e dissertações, as quais também confirmaram a escassez de publicações.

Isso indica que a base de dados CAPES reúne publicações que abordam o tópico da toponímia de um modo geral, sendo que a maior parte das publicações versam pouco sobre as

questões de gênero, por muitas vezes apenas identificando a quantidade de logradouros com nomes femininos, sem problematizar a disparidade com topônimos masculinos e tampouco verificando qual a biografia de mulheres que deram nome às ruas e praças.

Em contrapartida, as bases de dados indicam o crescimento do volume de artigos científicos e demais análises publicadas em periódicos sobre o tema em questão. Estudos mais aprofundados sobre a temática que enfatizam as questões de gênero na toponímia, deste modo, costumam ser abarcadas na forma de artigos científicos:

- Artigo 01⁵ - Rocha (2021) buscou analisar “*a pouca visibilidade da mulher na toponímia da cidade de Araçuaí-MG*”. Em seu estudo, a autora constatou que

Mesmo sendo uma cidade (Araçuaí-MG) com personalidades femininas fortes, que muitas vezes já foram chamadas de “viúvas de marido vivo” por assumirem as rédeas da casa, enquanto os maridos buscavam o sustento da família no corte de cana ou na colheita de café em outros estados, essas figuras, ainda que não tenham se mostrado invisíveis na toponímia, se tornam pouco visíveis. Feita uma análise quantitativa, verificou-se que dos 174 nomes de pessoas na toponímia urbana de Araçuaí, apenas 38, equivalente a 22%, foram nomes femininos, ao passo que 136, ou seja, 78% dos logradouros tiveram nomes masculinos (ROCHA, 2021, p. 236).

- Artigo 02⁶ - Outro artigo que aborda o tema foi publicado por Tavares e Velasco (2020). A proposta foi a análise dos “*nomes de mulheres na toponímia urbana da cidade de Dourados/MS*”. Elas constataram que existe relação entre as legislações e o fato de haver uma quantidade menor do número de logradouros femininos no município, fazendo menção ao artigo 17 da Lei Orgânica de Dourados, o qual reconhece a nomeação preferencial das vias e logradouros públicos às pessoas, datas, fatos e referências relativos à história do município. Embora tal legislação não defenda que há a preferência masculina nesse sentido, as autoras afirmam que houve um longo período da história no qual as mulheres não tinham acesso aos espaços de poder, o que faz com que os nomes de homens sejam significativamente mais comuns ao contexto da toponímia urbana.

Na visão das autoras supramencionadas, as nomenclaturas são relevantes para as questões de gênero, já que quando é escolhido, por exemplo, o nome de uma rua, assume-se um compromisso sobre algo ou alguém que mereceria ser eternizado do presente momento para o ecoar da história. Ora, a existência de um número significativamente maior de topônimos masculinos do que femininos acaba sendo um retrato histórico de uma sociedade patriarcal, na

⁵ Artigo disponível em: DOI: <https://doi.org/10.12957/palimpsesto.2021.57187>. Acesso: ago. 2022

⁶ Artigo disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/264>. Acesso: ago. 2022

qual as mulheres eram esposas e filhas, enquanto os homens eram desbravadores e conquistadores.

Embora haja um número maior de artigos científicos e informações encontradas em periódicos do que de teses e dissertações na literatura científica nacional sobre o tema, não foram localizadas grandes divergências sobre os resultados alcançados e sobre as problematizações realizadas pelos autores e pelas autoras que abordaram tal fenômeno.

3.3 Reflexões acerca da Toponímia Feminina e o gênero

Inicialmente é válido destacar a importância de reconhecer as construções socioculturais que definem papéis de gênero desiguais e restritivos para as mulheres, perpetuando a desigualdade de gênero nas relações sociais. Segundo a perspectiva feminista, as expectativas de que as mulheres sejam submissas, passivas e dependentes, enquanto os homens são ativos, dominantes e independentes, limitam as oportunidades das mulheres e as expõem a violência e discriminação.

É fundamental combater essas construções culturais para criar uma sociedade mais igualitária, na qual as mulheres possam desempenhar qualquer função que desejem, sem serem discriminadas ou subjugadas devido ao seu gênero

De acordo com Osterne e Silveira (2012), as construções socioculturais das identidades e imagens femininas que definem seus papéis como passivas e submissas ajudam a construir desigualdades nas relações de gênero. Conforme os apontamentos de Louro (2003), a teorização do conceito de gênero é relevante para a segunda onda do movimento feminista contemporâneo.

Chegando ao fim dos anos de 1960, as feministas se voltaram para construções teóricas apropriadas sobre a natureza oprimida das mulheres. Um texto de referência para os estudos de gênero é *Gender: A Useful Category for Historical Analysis*, publicado em 1986 pela historiadora americana Joan Wallach Scott (1995) (ZIBEL, 2007). Na visão de Scott (1995), a inclusão de experiências de mulheres na pesquisa depende do desenvolvimento de gênero como categoria analítica. Além disso, qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, “um significa um estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75).

Scott (1995, p. 75) citado por Louro (1997) define gênero como uma construção social. O termo "gênero" torna-se uma forma de denotar uma construção cultural - uma criação social completa dos papéis apropriados de homens e mulheres. Com isso, é importante lembrar que mulheres e homens são representados de forma diferente em divergentes populações e dentro de uma determinada sociedade em um determinado momento histórico.

O conceito de gênero de Scott (1995) propõe duas perspectivas analíticas: a primeira identifica o gênero como uma base característica das afinidades sociais a partir das percepções entre os sexos; e a segunda tem o gênero enquanto principal meio de dar explicações para às vinculações de poder. Em outras palavras, o conceito de gênero de Joan Scott consiste em dois aspectos analíticos: "diferença" e "relacional". A diferença enfoca a construção social sexuais, enquanto a relacional se concentra nas analogias sociais entre homens e mulheres e como elas são afetadas pelas construções culturais do gênero. Juntas, essas duas perspectivas permitem uma compreensão mais completa de como as identidades de gênero são construídas e como elas afetam as relações de poder entre homens e mulheres. O conceito de gênero de Scott é importante para a análise de questões de gênero e a luta contra a desigualdade de gênero.

A primeira perspectiva aponta os quatro elementos básicos da discussão da autora. O primeiro elemento refere-se a "símbolos culturalmente utilizáveis que evocam representações simbólicas (e possuem frequências contraditórias)" (SCOTT, 1995, p. 86). O segundo elemento tem a ver com "conceitos normativos que expressam interpretações do significado de símbolos que buscam limitar e conter suas possibilidades metafóricas" (SCOTT, 1995, p. 86).

Pode-se dizer que tais conceitos estão incorporados na doutrina jurídica, religiosa, científica, educacional ou política. Por exemplo, nas escolas brasileiras do século XIX, os conceitos de geometria eram ensinados aos meninos, enquanto os conceitos de bordado e costura eram ensinados às meninas (LOURO, 1997).

Continuando a análise, Scott (1995), a autora propõe um terceiro elemento para superar a visão limitada de que o gênero se estrutura apenas pelo parentesco (família e centrado na família), tornando necessário incluir a organização econômica e política na discussão.

Finalmente, o quarto elemento centra-se na identificação subjetiva. Esses quatro elementos compõem a primeira parte da definição de gênero, e nenhum deles pode funcionar sem os outros elementos. Além disso, temos uma segunda parte do conceito de gênero, que considera "gênero como o principal meio pelo qual as relações de poder ganham sentido" (SCOTT, 1995, p. 86).

Scott (1995) seguiu o pensamento de Foucault (1979, p. 131) sobre o tema do poder, para quem o poder não é singular, ele é alcançado por meio das relações entre os indivíduos. Além disso, Foucault (1979, p. 175) caracteriza o exercício do poder como "essencialmente condenável". Se for condenável, há o direito de dominar e obedecer ao poder.

Para o filósofo Michel Foucault (1979), uma sociedade sem relações de poder consiste em uma sociedade de ilusão. Para ele, a estrutura social será recoberta por uma miríade de relações de poder que não se concentram em um só lugar, atuam como uma força que permeia

todo o corpo social. O poder não é apenas um exemplo negativo, mas uma força produtiva capaz de produzir coisas, prazer, construir conhecimento e desenvolver discurso. As relações de poder existem nas mais diversas práticas sociais, como a nomeação de ambientes, entendida aqui como os aspectos que perpassam as relações de poder. Nessa perspectiva, a existência do componente de poder encontra-se na escolha dos topônimos.

Butler (2003) no primeiro capítulo do livro "Problemas de Gênero", intitulado "Sujeitos do Sexo/Gênero/Desejo", discute a construção social de gênero e a sua relação com a noção de "sexo" como uma categoria biológica. Ela argumenta que o gênero é uma construção social e cultural que é performaticamente produzida através de ações e comportamentos repetitivos, e não uma identidade essencial ou natural.

Além disso, Butler questiona a noção de que o gênero seja uma expressão de uma identidade de sexo biológico, argumentando que o gênero e o sexo são independentes e que o gênero pode desafiar ou deslocar o significado da categoria biológica de "sexo". Assim, a autora também debate a relação entre gênero, desejo e poder, argumentando que a construção social de gênero é produzida através de relações de poder, e que as normas sociais de gênero regulam as expressões de desejo e afetividade. Ela sugere que as categorias de gênero são reguladas por normas sociais rígidas, e que a resistência à essas normas são cruciais para a liberdade individual e a igualdade social.

Neste sentido, no capítulo intitulado "Poder" do livro "Teoria Feminista - Da margem ao centro", a autora bell hooks examina a essência e as dinâmicas do poder nas sociedades patriarcais e destaca a relevância da luta contra a opressão de gênero para a libertação das mulheres. Ela argumenta que o poder patriarcal é exibido através da combinação de força física e cultural, e que as mulheres são vítimas de opressão sistêmica em todas as áreas da vida.

Além disso, hooks (2019) enfatiza a importância da luta contra a opressão de gênero como uma luta contra o poder patriarcal, e defende que é necessário desafiar as estruturas sociais e culturais que perpetuam a opressão de gênero. Ela também menciona a importância da compaixão e da união na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Na sociedade brasileira, as relações de gênero têm sido historicamente assimétricas. Traços como vulnerabilidade, modéstia, competência emocional acima da inteligência e subordinação sexual às ocupações maternas estão todos associados ao imaginário feminino. Por outro lado, a força física, a sexualidade autoritária, agressiva, racional e descontrolada estão associadas aos homens (SCOTT, 1995). As características únicas desses gêneros são herdadas da cultura ocidental.

Uma das formas de expor a importância, o reconhecimento e a dedicação das mulheres na sociedade é registrar seus nomes e suas histórias. No que se refere às relações de gênero e topônimos, ao longo da história, os topônimos não registraram muitos nomes femininos. A exemplo disso, quando Nader (2007) investigou a relação entre gênero e nomes de lugares públicos em Vitória entre 1970 e 2000, ela encontrou poucos lugares com nomes femininos, antes de 1970.

Segundo Dick (2003), os espaços públicos tornam-se monumentos, compreensivelmente porque remetem à prática de indivíduos que um dia colaboraram para a construção de um determinado local. Um logradouro, enquanto obra pública, dificilmente escapa ao seu carácter monumental, tanto para os responsáveis pela sua construção, como para aqueles cujo nome pode servir de homenagem. Assim, como pode ser visto acima, até certo ponto, quem está implícito no nome do lugar e o que é significativo para um país, estado, região ou cidade.

Segundo Ramos (2010), os topônimos funcionam como afirmações de poder, reprodução social e homenagem, e o que eles representam na vida combinados com a identidade da sociedade que ele serve para ser homenageado. A nomeação de um lugar público acaba por inspirar uma relação de poder que colabora a decifrar a origem do nome de um lugar e o propósito e poder por trás do ato de nomear um lugar público. Nesse sentido, a cidade é um lugar de memória, ausência e poder.

Pode-se dizer que um topônimo foi estabelecido como um lugar estratégico de poder, pois é um topônimo que estabelece a ordem de lugar ao nomeá-lo. No entanto, tão interessante quanto a análise tende a influenciar as estruturas de poder de determinados grupos sociais é apontar os deslocamentos, limitações e conflitos de ideias, valores e interesses, ou seja, há um propósito por trás de cada nome. A partir do momento em que um lugar recebe o nome, o espaço reflete tudo o que simboliza costumes, atitudes, modos, moral, crenças e emoções. (FOUCAULT, 1979).

Outro fator que ajuda a explicar a ausência de topônimos femininos é que o gênero raramente é considerado pelos poderes a qual são responsáveis pelas nomeações. Geralmente os gestores eleitos ou comissionados nos poderes são majoritariamente homens e, assim, veem os méritos de validar o respeito em outros homens.

Vale ressaltar também que, por muito tempo, a rua foi considerada um espaço masculino, um espaço para os homens circularem, fazerem trocas comerciais e conversarem com outros homens. Nesse sentido, seria lógico nomear esses espaços com nomes de homens, pois esses são como a “[...] corporificação do mundo público e do poder” (NADER, 2007).

Giulani (2011) também destaca que a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho é fruto de uma educação machista que defende que as mulheres devem optar por carreiras na docência, na prestação de serviços sociais ou na saúde, uma vez que essas tarefas se presume ser o papel da mulher no espaço doméstico, da ampliação do espaço público para ocupações tradicionais que se desenvolveram.

É possível destacar essas diferenças no processo histórico que privilegiou os homens para que a sociedade não proporcionasse a homens e mulheres as mesmas oportunidades de inclusão social e cidadania. Apesar das mudanças de costumes e valores nas últimas décadas, é visível a discrepância nas nomeações de lugares em várias esferas de estudo.

De acordo com Nader (2007, p. 54), um lugar público pode ser considerado um lugar de memória porque “permite que a comunidade presencie seu próprio caminho, veja seu passado na mercadoria de uso coletivo”. Para o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 25), a sociedade precisa preservar sua memória, e para isso constrói museus, medalhas, monumentos, bibliotecas e dicionários, pois “a memória existe em certos lugares, tal como a história se torna um acontecimento”.

Por outro lado, segundo Halbwachs (1990, p. 81-2), a memória coletiva “é diferente da história em pelo menos dois aspectos, o que permaneceu vivo no passado ou poderia viver na consciência do grupo”. “Gênero é uma categoria de análise histórica” (LOURO, 1997).

Acredita-se que “as relações de gênero são construídas por meio de elaborações culturais de papéis sociais impostos a homens e mulheres” (OSTERNE; SILVEIRA, 2012, p. 103). Nas origens da sociedade brasileira, os papéis de mulheres e homens foram criados de acordo com suas características biológicas, masculinas e femininas, criando assim relações de gênero desiguais e assimétricas.

As cidades são estruturas humanas e revelam a desigualdade de gênero por meio de topônimos urbanos, seja pelo número de topônimos com nomes próprios femininos, seja pela localização desprivilegiada dos espaços públicos urbanos. Além disso, as mulheres são reverenciadas por seu parentesco ou ocupação (às vezes historicamente feminina) com alguém que conhecem, como freiras, irmãs, professoras e afins.

De acordo com Dauzat (1926), pesquisas fornecem muitos exemplos de cidades gaulesas cujos nomes celtas foram substituídos por nomes latinos. As estratégias de romanização - factos culturais como edifícios, anfiteatros, arenas e banhos, estradas, reconhecimento da cidadania etc. - incluíam também nomes. Foi preservado, dando à cidade o nome de um general ou imperador, o nome de Roma, sua língua, sua cultura e a ideologia subjacente de um governo indiscutível. O autor acrescenta, ainda, que os nomes romanos de

deuses e imperadores, na Idade Média, foram substituídos por nomes religiosos cristãos e posteriormente por nomes de reis ocidentais. Os nomes de lugares são, de fato, um discurso cuja importância e persistência os tornam um poderoso veículo para a ideologia. Se o nome for inofensivo, não há necessidade de alterá-lo.

Os topônimos carregam poder, não apenas construído ao longo dos séculos, mas também indiscutivelmente aceito por quem precisa designar um determinado lugar por um nome conhecido, que não suscite suspeitas. Somos criaturas limitadas pelo espaço, não menos que o tempo, e o nome do espaço faz parte da nossa identidade, assim como o espaço é essencial à nossa existência.

Dick (1990) discute que os motivos dos topônimos associados à história do país são inquestionáveis, e os nomes revelam num continuum de ideologias: um foco descritivo nos topônimos indígenas (os mais antigos) mostra a importância de identificar com precisão o sexo de um nome de lugar. Muitas vezes, essa identificação precisa poder significar sobrevivência, bem como outros aspectos a serem considerados nesse processo, visto que as mudanças podem significar rupturas com suas memórias.

Cabe destacar também que o ato de dar nomes a lugares de pessoas, além de constituir uma referência, também constitui um gesto propício à formação cívica; isso porque os nomes das cidades se impõem como recurso didático, ou seja, esses nomes constituem uma ferramenta de ensino que mostra o reconhecimento desses indivíduos que representam valores específicos.

3.4 Considerações tópicas

Abordou-se, neste capítulo, a pesquisa toponímica sob a ótica do gênero, especialmente a feminina. Apresentou-se um levantamento das produções de dissertações, teses e artigos publicados na área, ressaltando os dados levantados em bibliotecas de várias instituições públicas de ensino, CAPES e outras bases, como a SCIELO. Esse levantamento nos possibilitou estabelecer uma base sólida para a correlação entre gênero e toponímia para avançar nos conhecimentos, não só da junção de temáticas, mas também sobre a toponímia em geral.

4 METODOLOGIA E OS PROCEDIMENTOS

A metodologia adotada na pesquisa onomástica deve considerar a diversidade cultural e linguística das comunidades locais e levar em conta a dimensão social e política dos nomes geográficos" (Machado, 2020).

Esta seção tem por objetivo contextualizar o espaço onde se encontram os dados da pesquisa, evidenciando o instrumento e a modelagem de análise na coleta de dados, assim como apresentar os enfoques metodológicos que subsidiaram este trabalho.

4.1 Abordagem metodológica

O método de análise nas pesquisas toponomásticas é o indutivo a partir das proposições feitas por Dick (2006) cuja referência se dá pela observação dos topônimos dentro da sua particularidade por meio da base taxonomia onomástica.

Para elucidar claramente a ideia deste método é válido as palavras de Xavier (2011, p. 38) quando diz “[...] a indução é o processo mental em que o indivíduo parte de dados particulares vistos com certa repetição. A constância das repetições leva o pesquisador inferir uma lei ou verdade geral [...]”. Por esta linha de raciocínio, se propõe investigar as singularidades dos topônimos a fim de objetivar o perfil toponímico das nomeações que poderão ser reveladas com o método indutivo por meio da abordagem qualitativa.

Para tanto, delineamos a construção dos objetos de pesquisa e a contextualização dos métodos, acentuando brevemente a teoria marxista da história como ciência histórica e realçamos a dialética materialista enquanto conjunto que não se prende a regras para gerar uma compreensão do objeto. Luduvic (2022, p.24) vai dizer que “[...] o método dialético materialista é, antes de mais nada, a definição e a aplicação dos fundamentos teóricos da ciência da história, onde a estrutura e a dinâmica do objeto pesquisado condicionam os procedimentos metodológicos do pesquisador”. Nesse processo “[...] tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão que há entre elas” Marx, *apud Netto* (2011, p. 25).

4.2 Técnicas de pesquisa

Considerando a natureza dos objetos de investigação aqui propostos (os nomes femininos em escolas municipais de Palmas), utilizou-se como técnica de pesquisa os procedimentos da pesquisa documental e o levantamento bibliográfico minucioso. Da pesquisa bibliográfica compreende-se que é uma das formas indispensáveis para sustentar um trabalho, pois cria condições para o estudo da literatura orientando as pertinentes indagações que permeiam o trabalho.

Desta forma, nas palavras de Fonseca (2002)

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 32).

Não obstante, dessa visão de Lakatos e Marconi (2002, p.24) dizem que a pesquisa bibliográfica “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema de pesquisa”. Gil (2007, p. 44) colabora com essa ideia chamando atenção para o que considera ser "característico" quanto aos fatores que nesse “tipo de pesquisa são sobre investigações sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema”.

Neste sentido, este estudo buscou-se realizar um levantamento minucioso de algumas das questões mais relevantes que contemplam os estudos onomásticos, tendo como pano de fundo a abordagem da toponomástica em autores como: Andrade (2010), Seabra (2004, 2006) Alves de Carvalho (2022) e Dick (1990, 1992, 1998 e 2002), entre outros.

Fonseca (2002) esclarece as especificidades da pesquisa bibliográfica e documental:

A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

Assim, com posse desta base metodológica adentremos ao campo de pesquisa e demais dados necessários.

4.3 Lócus da pesquisa

4.3.1 História de Palmas/TO

A pesquisa foi realizada no estado do Tocantins com área de estudo nas escolas municipais da capital Palmas. Da criação do município é importante ressaltar a Lei nº 62/1989 que dispõe sobre a nomeação da capital do Tocantins de Palmas, cujo escrito diz no: “Art. 1º. Fica denominado com o topônimo de Palmas, a Capital do Estado do Tocantins”.⁷

O local escolhido para abrigar a nova capital contou com um quadrilátero de 12x32 km, o qual “incluía terras das duas margens do Rio Tocantins, situadas nos municípios de Taquaruçu do Porto e Porto Nacional”, diz Teixeira (2009):

Todavia decidiu-se que a cidade seria construída em uma faixa de terra situada entre a margem direita do Rio Tocantins e a Serra do Lajeado, próximo ao antigo povoado de Canela, no município de Taquaruçu do Porto. De fato, essa região central, ainda pouco desenvolvida, mas com um povoamento considerável em torno de cidades como Porto Nacional, Miracema do Tocantins e Paraíso do Tocantins, poderia ser positivamente influenciada pela presença da capital. Uma forte rede de cidades poderia ser formada no coração do Estado sob o impulso multiplicador da capital. A Constituição Estadual, promulgada em 5 de outubro de 1989, definiu Palmas como a capital do Estado, estabelecendo a data de 1º de janeiro de 1990 para a transferência da capital de Miracema do Tocantins para Palmas. Antes, em 29 de dezembro de 1989, o município de Taquaruçu do Porto teve sua sede transferida para o local onde estava sendo construída a capital e seu nome mudado para Palmas. A pedra fundamental de construção da cidade foi lançada em 20 de maio de 1989. (TEIXEIRA, 2009, p. 93).

Palmas foi pensada para ser uma cidade aberta, a partir da constituição da Comissão de Implantação da Nova Capital em 1989, de modo que Palmas foi fundada por razões político-administrativas, acolhendo os governos estadual e municipal.

Com a criação do estado do Tocantins, Miracema do Tocantins se tornou a primeira capital, mas logo perdeu esse título quando Fenelon Barbosa, então prefeito do município recém-emancipado de Taquaruçu do Porto, aceitou que a cidade se tornasse um distrito de Palmas. Dessa forma, a sede administrativa de Taquaruçu do Porto foi transferida para Palmas, que estava se formando como um novo município. Fenelon Barbosa tornou-se, então, o primeiro

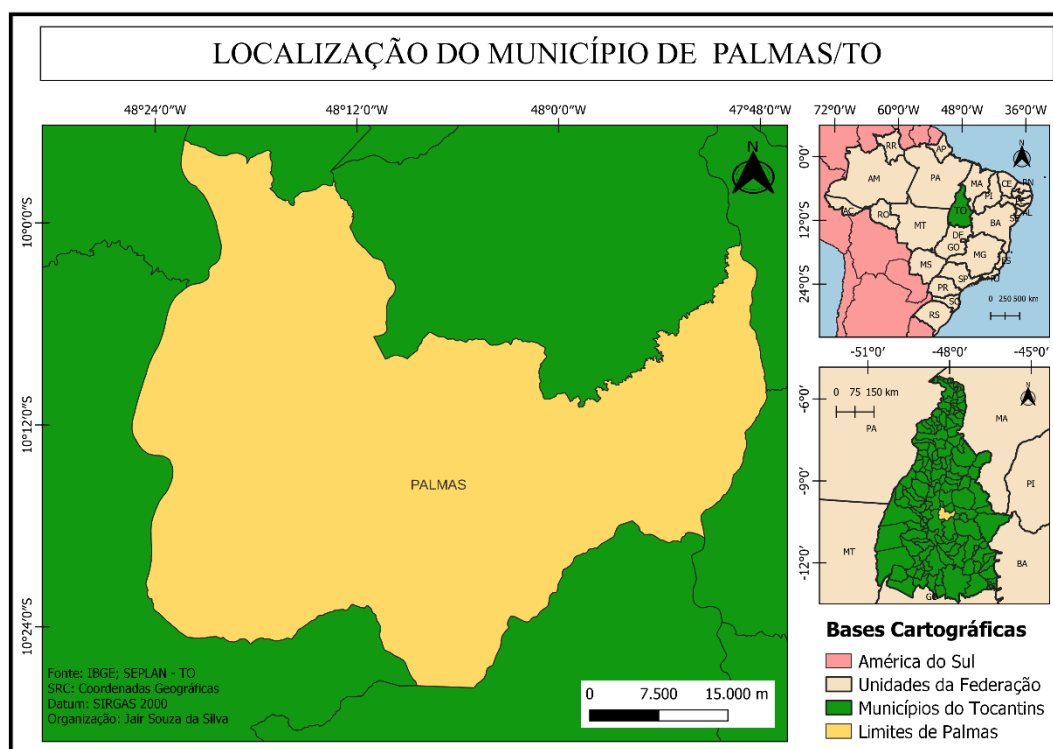
⁷ Estes dados foram coletados no site <https://www.al.to.leg.br/arquivos/6322.pdf> e <https://al.to.leg.br/legislacaoEstadual?pagPaginaAtual=201>. Acesso em 12 set de 2022.

prefeito da capital mais jovem do Brasil, de 1989 a 1992, juntamente com os vereadores e parlamentares nomeados para Taquaruçu⁸.

Desde então, a história política de Palmas tem vem se construindo por meio do voto da população palmense, no qual já se passaram além do primeiro prefeito, seis gestores, sendo eles: Eduardo Siqueira Campos (1993 a 1996); Odir Rocha (1997 a 2000); a primeira mulher prefeita da capital Nilmar Ruiz (2001 a 2004); Raul Filho foi prefeito por dois mandatos (2005 a 2008 e 2009 a 2012); Carlos Amastha (2013 a 2016), sendo reeleito em 2017, porém se afastou da gestão ficando apenas de 2017 a 2018. A vice, Cinthia Ribeiro, assumiu o posto de 2018 a 2020. Ela foi reeleita e é atual prefeita desde 2021⁹.

A seguir, o mapa de Palmas, situando a disposição geográfica da capital tocantinense:

Figura 2 – Localização Geográfica atual de Palmas



Fonte: IBGE (2023).

⁸ Na época Taquaruçu já não pertencia a Porto Nacional, portanto a nomenclatura era e ficou apenas Taquaruçu. Esta mudança na nomenclatura pode ser conferida no site do IBGE, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/bras-il-to/palmas/historico>. Acessado em jan 2023.

⁹ Estes dados foram coletados no site da prefeitura de Palmas e se agregaram ao conhecimento popular da pesquisadora. Para mais informações: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/palmas-32-anos-na-capital-desde-a-fundacao-pioneiro-narra-era-uma-grande-aventura/27682/>.

4.3.2 O Estado do Tocantins

Nesta abordagem histórica, não se dará ênfase ao processo formativo de criação do estado do Tocantins, evidentemente se reconhece todo o processo histórico dos movimentos que propiciaram a eclosão no norte goiano, mas partimos da última constituição brasileira a qual permitiu a criação de novos estados oportunizando dentre inúmeras lutas o estado do Tocantins.

O estado do Tocantins é a mais nova unidade administrativa da República Federativa do Brasil e foi criado pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, com votação em primeiro turno datada de 1 de junho daquele ano. Foi instalado em 1 de janeiro de 1989 na região Norte do Brasil”. (RODRIGUES, 2008, p.34).

Neste sentido,

[...] creditou-se na figura de Siqueira Campos a liderança no processo de luta pela separação do norte de Goiás, considerada pobre e atrasada quando comparada ao sul, embora os movimentos em prol da separação tivessem vindo de diversas lideranças políticas e estudantis agregadas. É notável como a imagem de Siqueira Campos como pioneiro-construtor do novo Estado está impregnada no imaginário popular, a ponto de muitos o denominarem o criador do Tocantins. (REIS, 2010, p.02).

Com o Ato das disposições constitucionais transitórias de 1988, a eleição que elegeu os primeiros representantes tocaninenses consagrou como Governador o senhor José Wilson Siqueira Campos, um vice, três senadores, oito deputados federais e vinte e quatro estaduais. O governador da época, até então, conhecido popularmente, exaltava um discurso de pertencimento com as terras que hoje chamamos de Tocantins.

E aqui chamamos atenção a territorialidade no aspecto da identidade:

Para compreender o conceito de território, deve-se partir da seguinte premissa: que ele é um espaço definido e delimitado pelas relações de poder, de dominação e de apropriação. Nesse caso, qualquer espaço delimitado e apropriado pelas relações de poder é considerado território. Assim, não só a nação, as regiões, os estados, os municípios se caracterizam em territórios, mas também outros espaços de influência de grupos como bairros e/ou comunidades que se estabelecerem por meio do domínio e da posse de um determinado espaço. (DIAS, 2017, p. 104).

Quando aprofundamos nos discursos fundadores desta federação, observamos que ocorre uma exploração de significações, não só naquilo que se diz respeito à territorialidade, mas também dos conjuntos de elementos simbólicos que referenciam a tríade representação-lugar-identidade. Esse efeito implica no indivíduo o sentimento de ser/estar, a liga que favorece o pertencimento com o lugar.

Nesse processo de legitimação e cosmogonia, reivindica-se a representação de que

[...] o elemento simbólico é a bandeira que representa o estado. A bandeira tem o lema “Tocantins, um lugar que o sol é para todos” em que sugere um lugar democrático e de justiça social. Além dela, tem-se o brasão com a frase em tupi-guarani: CO YVY ORE RETAMA, que significa “Essa Terra é minha”, a qual indica, ideologicamente, a apropriação do território pelo povo. (DIAS, 2017, p.111).

As referidas expressões consolidam afirmações de pertencimento cuja alteridade se projeta na concepção identitária das circunstâncias históricas. Vista deste modo como articulação de sentido para legitimar o lugar como espaço representativo.

4.4 Análise dos dados: elaboração e modelagem de base toponímica

Para a organização e catalogação dos dados obtidos utilizar-se-á como base o modelo apresentado por Andrade (2010). Dispõe-se deste método por compreender que “as fichas constituem uma análise detalhada do topônimo, com informações que o integram à sociedade e à cultura, ou seja, as fichas ultrapassam a mera função nomenclatórias” (Seabra, 2006, p.1949). Por essa razão elas podem servir como instrumento de análise e descrição do estudo de um topônimo como podemos observar no padrão a seguir.

Quadro 2 - Ficha lexicográfico-toponímica de Andrade (2010)

1	Localização/ Município	Localização geográfica do município.
2	Topônimo	Nome do lugar
3	Acidente Humano	Categoria do acidente
4	Taxionomia	Classificação do topônimo segundo o seu aspecto semântico, seja de origem física ou antropo cultural.
5	Etimologia	História ou origem das palavras
6	Entrada Lexical	Elemento linguístico de base/ entrada do topônimo
7	Estrutura Morfológica	Formação morfo-lexical
8	Histórico	Informações sócio-históricas e culturais do topônimo
9	Informações Complementares	Acréscimo de informações coletadas em outros materiais de apoio: livros, dicionários, links, bases de dados
10	Contexto	Elementos extralinguísticos
11	Fonte	Fontes de pesquisa das referências

12	Pesquisador	Quem desenvolveu a pesquisa
13	Revisor	Orientador da pesquisa
14	Data de Coleta	Momento em que foi coletado os dados.

Fonte: Andrade (2010, p. 201)

Seguindo essa mesma ótica de análise, Pereira (2016) fez um levantamento dos “Nomes da Escolas de Tempo Integral Padrão Urbana” no município de Palmas e utilizou como modelo as ficha lexicográfica-toponímica da seguinte maneira.

Quadro 3 - Fichas lexicográfico-toponímica de Pereira (2016)

Escola	Nome da escola
Município	Nome do município
Localização	Localização da escola
Topônimo/Antropônimo	Designação do lugar ou pessoa
Taxionomia	Classificação do topônimo sob a origem de natureza física ou antroponímica cultural, de acordo com o modelo taxionômico proposto por Dick (1990)
Ano de Início	Ano de início das atividades escolares
Prefeito	Prefeito (a) que assinou a lei de criação/denominação da unidade escolar
Histórico	Informações históricas do topônimo
Informações Contextuais	Dados complementares da escola
Fonte	Fontes da busca dos dados
Pesquisador	Quem desenvolveu a pesquisa
Revisor	Orientador da pesquisa

Fonte: Pereira (2016, p.41)

Tendo por base as fichas apresentadas, optamos por produzir outra ficha que atendesse as demandas específicas da abordagem neste estudo:

Quadro 4 - Ficha Lexicográfica-Toponímica desta Pesquisa

Topônimo	Registro fotográfico da mulher nomeada
Foto da unidade educacional	

Localização	Lei de Criação/Lei de Denominação	Taxionomia
Biografia/Histórico		
Informações Complementares		
Fonte		
Pesquisadora	Revisora	Data da Coleta

Fonte: Autoria Própria (2022)

A compreensão dessa ficha se dá da seguinte maneira:

- Topônimo: nome da unidade educacional;
- Foto: da fachada da unidade educacional
- Foto: da mulher homenageada;
- Localização: dará conta da localização espacial da escola
- Lei de Criação/Lei de Denominação: lei que dispõe o funcionamento ou criação da escola;
- Taxionomia: interpretação dos nomes a partir das taxes toponímicas proposta por Dick (1990);
- Biografia/Histórico: apresentação do histórico escolar da instituição educacional e/ou biografia da mulher homenageada;
- Informações complementares: elementos como telefone, gestor (a), curiosidade do espaço, trabalhos toponímicos desenvolvido e afins;
- Fonte: referências bibliográficas;
- Pesquisadora: a autora;
- Revisora: orientadora;
- Data da coleta: dia, mês, ano que foi coletado as informações.

4.4.1 Elucidações sobre a taxinomia

A proposta de classificação de Dick (1990) é uma importante contribuição para a toponímia brasileira, permitindo uma organização e análise mais sistemática dos nomes de lugares, bem como uma melhor compreensão da relação entre a linguagem e o ambiente físico e cultural.

Quadro 5 - Taxionomia de Dick 1990

TAXIONOMIAS TOPONÍMICA	
NATUREZA FÍSICA	NATUREZA ANTRPOCULTURAL
Astrotopônimos	Animotopônimos
Cardinotopônimos	Antropotopônimos
Cromotopônimos	Axiotopônimos
Dimensiotopônimos	Corotopônimos
Fitotopônimos	Cronotopônimos
Geomorfotopônimos	Dirrematopônimos
Hidrotopônimos	Ecotopônimos
Litotopônimos	Ergotopônimos
Meteorotopônimos	Etnotopônimos
Morfotopônimos	Hierotopônimos
Zootopônimos	Hagiotopônimos
	Mitotopônimos
	Historiotopônimos
	Hodotopônimos
	Numerotopônimos
	Poliotopônimos
	Sociotopônimos
	Somatotopônimos

Fonte: Dick (1990)

Quadro 6 - Taxes proposta por Dick 1990

TAXES E CLASSIFICAÇÃO TOPONÍMICA	
NATUREZA FÍSICA	NATUREZA ANTROPO CULTURAL
Astrotopônimos – topônimos relativos aos corpos celestes em geral	Animotopônimos – topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual.
Cardinotopônimos – topônimos relativos às posições geográficas em geral.	Antropotopônimos – topônimos relativos aos nomes próprios individuais.
Cromotopônimos – topônimos relativos à escala cromática.	Axiotopônimos – topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais.
Dimensiotopônimos – topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, altura, profundidade.	Corotopônimos – topônimos relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões, continentes.
Fitotopônimos – topônimos de índole vegetal.	Cronotopônimos – topônimos que encerram indicadores cronológicos representados, em

	Toponímia, pelos adjetivos novo/nova, velho/velha.
Geomorfotopônimos – topônimos relativos às formas topográficas.	Dirrematotopônimos: topônimos constituídos por frases ou enunciados linguísticos.
Hidrotopônimos – topônimos resultantes de acidentes hidrográficos em geral.	Ecotopônimos – topônimos relativos às habitações de um modo geral.
Litotopônimos – topônimos de índole mineral.	Ergotopônimos – topônimos relativos aos elementos da cultura material.
Meteorotopônimos – topônimos relativos a fenômenos atmosféricos.	Etnotopônimos – topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas).
Morfotopônimos – topônimos que refletem o sentido de formas geográficas.	Hierotopônimos: topônimos relativos aos nomes sagrados de diferentes crenças. Subdividindo em: <ul style="list-style-type: none"> a) Hagiotopônimos: topônimos relativos aos santos e santas do hagiolégio romano. b) Mitotopônimos: topônimos relativos às entidades mitológicas.
Zoototopônimos – topônimos de índole animal.	Historiotopônimos: topônimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como às datas correspondentes.
	Hodotopônimos: topônimos relativos às vias de comunicação rural ou urbana.
	Numerotopônimos: topônimos relativos aos adjetivos numerais.
	Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial.
	Sociotopônimos: topônimos relativos às atividades profissionais aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, pátio, praça).
	Somatotopônimos: topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal.

Fonte: Dick (1990)

A proposta de Dick é uma importante contribuição para a toponímia brasileira, permitindo uma organização e análise mais sistemáticas dos nomes de lugares, bem como uma melhor compreensão da relação entre a linguagem e o ambiente físico e cultural. Feito tais

esclarecimentos, seguiremos ao próximo capítulo, no qual a classificação das taxes dividida no âmbito de suas naturezas poderão ser aplicadas nas fichas-lexicográficas.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

A inclusão de toponímia feminina nos nomes de ruas e outros espaços públicos é uma forma de promover a equidade de gênero e de valorizar a participação feminina na história e cultura locais" (Ferretti, 2021).

Nesta seção, analisamos os nomes das escolas em distintas vertentes dispondo especialmente de um olhar mais afincado para a toponomástica feminina. Além disso, procuramos compreender a função toponímica dos nomes das escolas e traçar o perfil toponímico, por meio das fichas lexicográficas-toponímicas.

5.1 Toponímia Feminina em Palmas/TO

Para iniciarmos a descrição dos dados, apresentamos, a seguir a relação dos nomes das escolas municipais de Palmas. Totalizando 80 (oitenta) unidades educacionais.

Quadro 7 - Relação das escolas municipais em Palmas/TO

UNIDADES EDUCACIONAIS		
NOMES FEMININOS	NOMES MASCULINOS	NOMES LÚDICOS ¹⁰
Centro Municipal De Educação Infantil Ana Luísa Rodrigues Valdevino	Centro Municipal De Educação Infantil Amâncio José De Moraes	Centro Municipal De Educação Infantil Aconchego
Centro Municipal De Educação Infantil Ana Luíza De Araújo Napunuceno	Centro Municipal De Educação Infantil João E Maria	Centro Municipal De Educação Infantil Cachinhos Dourados
Centro Municipal De Educação Infantil Irmã Maria Custódia De Jesus	Centro Municipal De Educação Infantil Matheus Henrique De Castro Dos Santos	Centro Municipal De Educação Infantil Cantiga De Ninar
Centro Municipal De Educação Infantil Romilda Budke Guarda	Escola De Tempo Integral Almirante Tamandaré	Centro Municipal De Educação Infantil Cantinho Da Alegria
Centro Municipal De Educação Infantil Vitória-Régia	Escola Municipal Antônio Carlos Jobim	Centro Municipal De Educação Infantil Cantinho Do Saber
Escola Municipal Anne Frank	Escola Municipal Antônio Gonçalves De Carvalho Filho	Centro Municipal De Educação Infantil Cantinho Feliz

¹⁰ A classificação lúdica foi escolhida como referência para considerar as escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) que não se enquadram em nosso estudo, mas fazem parte do corpus deste trabalho.

Escola Municipal Beatriz Rodrigues Da Silva	Escola Municipal Aurélio Buarque De Holanda	Centro Municipal De Educação Infantil Carrossel
Escola Municipal Benedita Galvão	Escola Municipal Carlos Drummond De Andrade	Centro Municipal De Educação Infantil Castelo Encantado
Escola Municipal De Tempo Integral Caroline Campelo Cruz Da Silva	Escola Municipal Crispim Pereira Alencar	Centro Municipal De Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho
Escola Municipal De Tempo Integral Cora Coralina	Escola Municipal Darcy Ribeiro	Centro Municipal De Educação Infantil Ciranda Cirandinha
Escola Municipal De Tempo Integral Eurídice Ferreira De Mello	Escola Municipal De Tempo Integral Anísio Spínola Teixeira	Centro Municipal De Educação Infantil Contos De Fada
Escola Municipal De Tempo Integral Olga Benário	Escola Municipal De Tempo Integral Aprígio Thomaz De Matos	Centro Municipal De Educação Infantil Criança Feliz
Escola Municipal De Tempo Integral Profª Margarida Lemos Gonçalves	Escola Municipal De Tempo Integral Daniel Batista	Centro Municipal De Educação Infantil Da Mamãe
Escola Municipal De Tempo Integral Professora Sueli Pereira De Almeida Reche	Escola Municipal De Tempo Integral João Beltrão	Centro Municipal De Educacao Infantil Estação Criança
Escola Municipal De Tempo Integral Santa Bárbara	Escola Municipal De Tempo Integral Luiz Gonzaga	Centro Municipal De Educação Infantil Fontes Do Saber
Escola Municipal Francisca Brandão Ramalho	Escola Municipal De Tempo Integral Luiz Nunes De Oliveira	Centro Municipal De Educação Infantil Miudinhos
Escola Municipal Lúcia Sales Pereira Ramos	Escola Municipal De Tempo Integral Luiz Rodrigues Monteiro	Centro Municipal De Educação Infantil Mundo Feliz
Escola Municipal Maria Julia Amorim Soares Rodrigues	Escola Municipal De Tempo Integral Marcos Freire	Centro Municipal De Educação Infantil Paraíso Infantil
Escola Municipal Maria Rosa De Castro Sales	Escola Municipal De Tempo Integral Monsenhor Pedro Pereira Piagem	Centro Municipal De Educação Infantil Pequenos Do Cerrado
Escola Municipal Maria Veronica Alves De Sousa	Escola Municipal De Tempo Integral Pe Josimo Moraes Tavares	Centro Municipal De Educação Infantil Pequeno Príncipe
Escola Municipal Professora Rosemir Fernandes De Sousa	Escola Municipal De Tempo Integral Professor Fidêncio Bogo	Centro Municipal De Educação Infantil Pequenos Brilhantes
Escola Municipal Professora Savia Fernandes Jacome	Escola Municipal De Tempo Integral Vinícius De Moraes	Centro Municipal De Educação Infantil Príncipes E Princesas
	Escola Municipal Estevão Castro	Centro Municipal De Educação Infantil Recanto Infantil

	Escola Municipal Henrique Talone Pinheiro	Centro Municipal De Educação Infantil Sementes Do Amanhã
	Escola Municipal Jorge Amado	Centro Municipal De Educação Infantil Sementinhas Do Saber
	Escola Municipal Lucas Ruan Araújo Alves	Centro Municipal De Educação Infantil Sítio Do Pica-Pau Amarelo
	Escola Municipal Mestre Pacífico Siqueira Campos	Centro Municipal De Educação Infantil Sonho De Criança
	Escola Municipal Monteiro Lobato	Centro Municipal De Educação Infantil Sonho Encantado
	Escola Municipal Pastor Moisés Martins Da Rocha	Escola Municipal Degraus Do Saber
	Escola Municipal Pastor Paulo Leivas Macalão	
	Escola Municipal Paulo Freire	
	Escola Municipal Thiago Barbosa	

Fonte: Autoria Própria (2022)

A partir do mapeamento das instituições de ensino, foi constatado uma maior presença de nomes masculinos, seguida pelos nomes lúdicos¹¹ (sobretudo no caso dos CMEI), com uma menor presença de nomes femininos.

É possível constatar especificamente no contexto das instituições com nomes femininos, que apenas 5 delas são CMEI, e outras 17 são enquadradas como escolas municipais. Se tais dados forem comparados com as instituições de nomes masculinos, percebe-se que há um volume menor de CMEI que homenageiam homens (3 instituições do total).

Considerando a totalidade dos nomes femininos analisados, em comparação aos nomes masculinos, observa-se que as instituições que levam nomes próprios masculinos evidenciam 32 unidades educacionais dentre as 50 escolas e CMEIs do município.

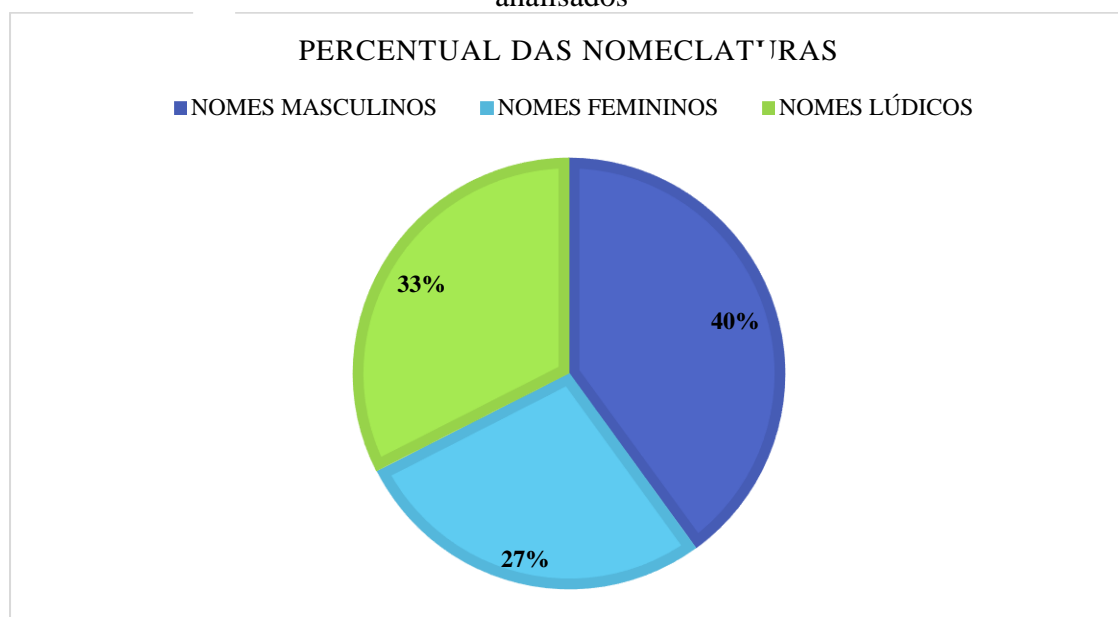
Já os nomes lúdicos, a exemplo de instituições como CMEI Aconchego, Cachinhos Dourados, Cantiga de Ninar e Escola Degrau do Saber buscam mais remeter ao momento da

¹¹ Como exemplos de nomes lúdicos podem ser citadas instituições como Centro Municipal De Educação Infantil Aconchego, Centro Municipal De Educação Infantil Cachinhos Dourados, Centro Municipal De Educação Infantil Cantiga De Ninar e Centro Municipal De Educação Infantil Cantinho Da Alegria.

infância do que necessariamente homenagear homens ou mulheres em suas denominações e desta forma, se encarregam de nomear 26 unidades educacionais.

Exemplificando esta conformidade em um gráfico, a seguir apresenta-se em porcentagem como os nomes categorizado por nomes masculinos, nomes femininos e nomes lúdicos. Vejamos:

Gráfico 1 – Percentual de nomes femininos, masculinos e lúdicos nas escolas e CMEIs analisados

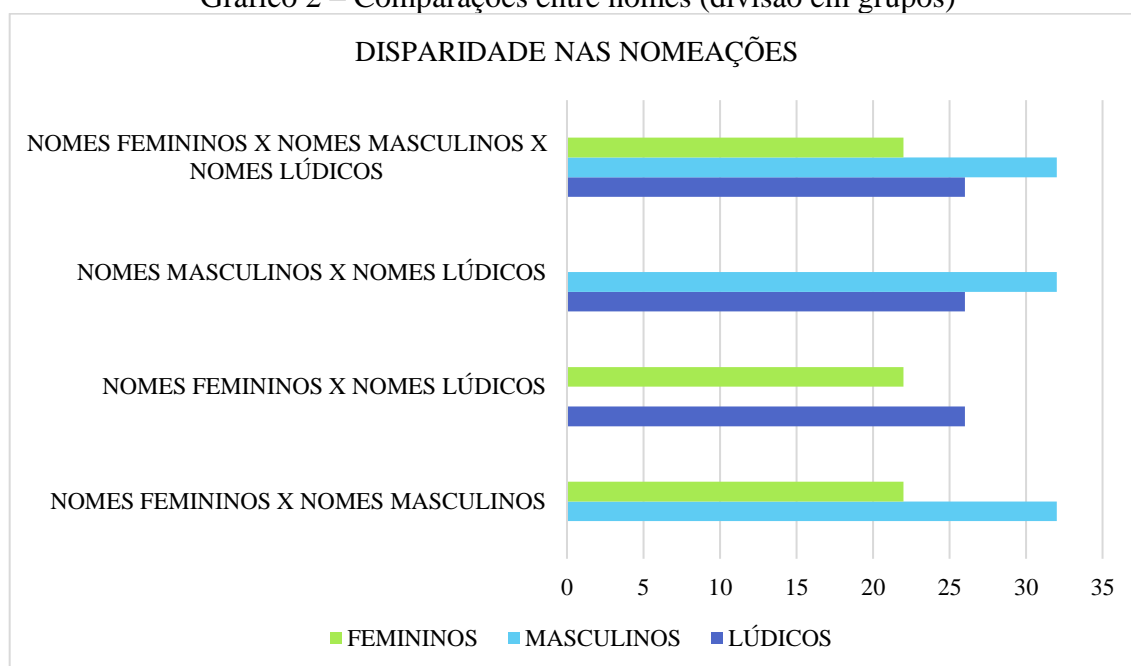


Fonte: Autoria Própria (2022)

Conforme notado, das 80 instituições, apenas 22 unidades, correspondente a 27%, recebem denominações femininas. 26 unidades receberam nomeações que caracterizamos como sendo nomes lúdicos, cerca de 33%. E 32 instituições, cerca de 40%, com nomes masculinos.

Abaixo, no gráfico 2, identificamos a disparidade entre os nomes masculinos, lúdicos e femininos, observa-se como se dispõe as nomenclaturas em grupos quando se faz comparações entre eles.

Gráfico 2 – Comparações entre nomes (divisão em grupos)



Fonte: Autoria Própria (2022)

Percebe-se que as disparidades nas nomeações ocorrem em uma diferença expressiva na quantidade de nomes masculinos quando comparado a nomes femininos e lúdicos. Nas categorias nomes masculinos x nomes lúdicos e nomes femininos x nomes masculinos há um sobressalto das nomeações com nomes próprios masculinos.

Visualizando os nomes femininos no comparativo, percebe-se uma preferência para as nomeações masculinas e lúdicas em detrimento aos nomes femininos. E neste sentido, cabe ressaltar o apagamento uma consequência de práticas históricas que desvalorizam e subestimam o papel das mulheres na sociedade.

O baixo quantitativo de unidades educacionais que faça a representatividade feminina pode ser visto como uma forma de discriminação e exclusão, uma vez que as mulheres são deixadas de fora dos espaços públicos e têm sua contribuição para a história e a cultura ignorada.

É fato que diversos fatores devem ser ponderados quando se pensa a nominações de lugares e que distintos elementos contribuem e influenciam no favoritíssimo dos nomes, mas é de suma importância que aqueles cuja função permeia nomear espaços públicos considere, dignifique e viabilize representações femininas.

5.2 Os nomes femininos em estudo: movimento das nomeações

Nesta seção apresentamos a ideia da movimentação política como influência nas nomeações de escolas, especialmente no que diz respeito às crenças e valores que são levados em consideração. Para esclarecer melhor esse ponto, podemos dizer que a perspectiva adotada na discussão busca entender como os nomes femininos são atribuídos aos lugares de ensino, levando em conta sua localização geográfica, etapa de ensino oferecida e gestão executiva municipal. Dessa forma, é possível analisar e abarcar como a mínima valorização dos nomes de mulheres ocorrem nas escolas e CMEI, logo foram selecionados apenas os nomes das unidades com logradouros femininos que compreende aos estudos onomásticos.

Quadro 8 - Movimento das nomeações

REGIÃO	UNIDADE EDUCACIONAL	ETAPAS DE ENSINO	PREFEITO (A) DA ÉPOCA
NORTE	Escola Municipal de Tempo Integral Cora Coralina	Ensino Fundamental	Odir Rocha
	Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva	Ensino Fundamental	Raul Filho
CENTRAL	Escola Municipal Francisca Brandão Ramalho	Ensino Fundamental	Raul Filho
	Centro Municipal de Educação Infantil Romilda Budke Guarda	Educação Infantil	Cinthia Ribeiro
	Escola Municipal de Tempo Integral Olga Benário	Ensino Fundamental	Odir Rocha
	Escola Municipal Anne Frank	Ensino Fundamental	Odir Rocha
SUL	Centro Municipal de Educação Infantil Irmã Maria Custódia de Jesus	Educação Infantil	Raul Filho
	Escola Municipal Maria Júlia Amorim Soares Rodrigues	Ensino Fundamental	Nilmar Ruiz
	Escola Municipal de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Mello	Ensino Fundamental	Derval de Paiva (Prefeito de Palmas em exercício na época)
	Escola Municipal Professora Rosemir Fernandes de Sousa	Ensino Fundamental	Odir Rocha
	Escola Municipal Maria Verônica Alves de Sousa	Ensino Fundamental	Raul Filho

	Colégio Esportivo Militar do Corpo de Bombeiros (Cemil) Professora Margarida Lemos Gonçalves	Ensino Fundamental	Carlos Amastha
	Centro Municipal de Educação Infantil Ana Luísa Rodrigues Valdevino	Educação Infantil	Carlos Amastha
	Centro Municipal de Educação Infantil Vitória-Régia	Educação Infantil	Cinthia Ribeiro
	Escola Municipal Benedita Galvão	Ensino Fundamental	Fenelon Barbosa
	Escola Municipal Lúcia Sales Pereira Ramos	Ensino Fundamental	Raul Filho
	Escola Municipal Maria Rosa de Castro Sales	Ensino Fundamental	Nilmar Ruiz
	Escola Municipal de Tempo Integral Santa Bárbara	Ensino Fundamental	Nilmar Ruiz
	Escola Municipal Professora Sávia Fernandes Jácome	Ensino Fundamental	Raul Filho
	Escola Municipal de Tempo Integral Caroline Campelo Cruz da Silva	Ensino Fundamental	Raul Filho
	Centro Municipal de Educação Infantil Ana Luíza de Araújo Nepunuceno	Educação Infantil	Carlos Amastha
CAMPO¹²	Escola Municipal de Tempo Integral Professora Sueli Pereira de Almeida Reche	Ensino Fundamental e Educação Infantil	Raul Filho

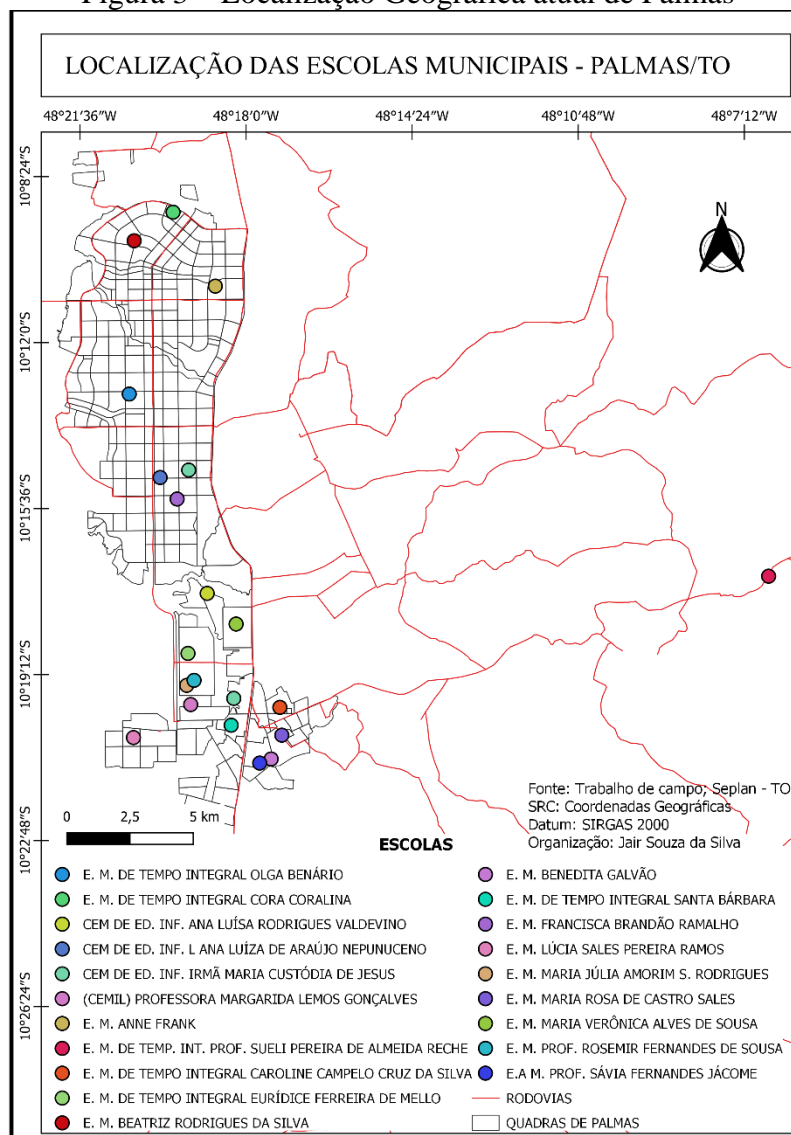
Fonte: Autoria Própria (2022)

Ao analisar as categorias apresentadas no quadro acima, é possível perceber que as escolas e CMEIs estão distribuídos em diferentes regiões da cidade, incluindo a região norte, central, sul e campo. Nota-se que as instituições com nomes femininos estão concentradas na

¹² A expressão "Educação do Campo" é mais abrangente do que "Educação Rural" e engloba diversas realidades do campo, como as áreas de assentamento, comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, entre outras. A Educação do Campo busca uma educação mais contextualizada, que leve em consideração as especificidades das comunidades do campo, valorizando suas culturas e saberes locais. Além disso, a expressão "Educação Rural" muitas vezes é associada a uma visão tradicional e ultrapassada de educação, que se limita a ensinar técnicas agrícolas e pecuárias, sem levar em consideração a complexidade das questões sociais, econômicas, políticas e ambientais que afetam as populações do campo. Portanto, a opção por adotar a expressão "Educação do Campo" em vez de "Educação Rural" mostra um compromisso em promover uma educação mais inclusiva, democrática e participativa, que considere as múltiplas dimensões da vida no campo e contribua para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. O que é caso do programa de ensino da educação municipal.

região norte, com duas escolas que oferecem ensino fundamental, enquanto na região central há quatro unidades, sendo uma de educação infantil e três de ensino fundamental. Já na região sul, há quatro CMEIs e onze escolas de ensino fundamental, e na região do campo, há uma escola que atende à educação infantil e ensino fundamental. Para observar a disposição geográfica observe o mapa a seguir:

Figura 3 – Localização Geográfica atual de Palmas



Fonte: Trabalho de campo; Seplan-TO (2023).

A partir da análise do quadro 8, podemos observar a inauguração de diversas instituições de ensino durante a gestão de diferentes prefeitos em Palmas - TO. Embora não adentremos nas questões partidárias, é notável que cada prefeito deixou sua marca ao entregar novos estabelecimentos educacionais públicos para a sociedade palmense.

Tomando essa perspectiva, o primeiro prefeito da capital, Fenelon Barbosa, que exerceu o mandato de 1989 a 1992, inaugurou uma escola com nome feminino, enquanto seu sucessor, Eduardo Siqueira Campos (1993 a 1996), não teve este olhar para os nomes femininos.

Odir Rocha, que atuou como prefeito entre 1997 e 2000, inaugurou 04 escolas com denominação feminina. A primeira mulher prefeita da capital, Nilmar Ruiz, que administrou a cidade de 2001 a 2004, estabeleceu 03 escolas, sendo duas delas em homenagem a mulheres da comunidade e uma em homenagem a uma santa.

Raul Filho, prefeito entre 2005 e 2012, inaugurou algumas unidades educacionais com nomes de mulheres, consagrando 08 unidades entre CMEIs e escolas com nomes femininos. Durante seu primeiro mandato, seu vice-prefeito, Derval de Paiva, enquanto prefeito interino de Palmas, inaugurou a escola municipal Eurídice Ferreira de Mello. Carlos Amastha, que atuou como prefeito de 2013 a 2018, nomeou 03 instituições com nomes femininos e sua sucessora, Cinthia Ribeiro (2018 até os dias atuais), inaugurou 02 CMEIs com nomes de mulheres.

Nesse sentido, é importante destacar o papel da política na promoção da igualdade de gênero. As políticas públicas e as leis podem ser instrumentos poderosos para incentivar a inclusão de nomes femininos e garantir a representatividade das mulheres na toponímia.

Ao focarmos em compreender as motivações toponímicas em relação ao norte analítico desta seção, podemos constatar que os nomes de mulheres homenageadas se dividem em quatro categorias: menções religiosas, profissionais, nomes de mulheres históricas nacionalmente reconhecidas e nomes de mulheres populares na comunidade palmense. O quadro a seguir apresenta a classificação desses nomes.

Quadro 9 - Classificação dos nomes femininos nas escolas do município de Palmas

NOMES HISTÓRICOS	MENÇÃO RELIGIOSA	NOMES CIENTÍFICOS	MENÇÃO PROFISSIONAL	NOMES POPULARES
Escola Municipal Anne Frank	Centro Municipal De Educação Infantil Irmã Maria Custódia De Jesus	Centro Municipal De Educação Infantil Vitória-Régia	Escola Municipal De Tempo Integral Professora Margarida Lemos Gonçalves	Centro Municipal De Educação Infantil Ana Luísa Rodrigues Valdevino
Escola Municipal De Tempo Integral Cora Coralina	Escola Municipal De Tempo Integral Santa Barbara		Escola Municipal Professora Savia Fernandes Jacome	Centro Municipal De Educação Infantil Ana Luíza De Araújo Napunuceno
Escola Municipal De Tempo Integral Olga Benário			Escola Municipal De Tempo Integral Professora Sueli Pereira De Almeida Reche	Centro Municipal De Educação Infantil Romilda Budke Guarda

			Escola Municipal Professora Rosemir Fernandes De Sousa	Escola Municipal Beatriz Rodrigues Da Silva
				Escola Municipal Benedita Galvão
				Escola Municipal De Tempo Integral Caroline Campelo Cruz Da Silva
				Escola Municipal De Tempo Integral Eurídice Ferreira De Mello
				Escola Municipal Francisca Brandão Ramalho
				Escola Municipal Lucia Sales Pereira Ramos
				Escola Municipal Maria Julia Amorim Soares Rodrigues
				Escola Municipal Maria Rosa De Castro Sales
				Escola Municipal Maria Veronica Alves De Sousa

Fonte: Autoria Própria (2022)

Ao analisar as motivações toponímicas das instituições educacionais em Palmas-TO, é possível constatar que as homenagens prestadas se dividem em diversas categorias. Dentre elas, destaca-se a homenagem a nomes históricos reconhecidos nacionalmente, presente em três escolas da cidade. Além disso, há também a presença de menções religiosas em duas unidades educacionais. Já a homenagem a uma planta da região amazônica, a Vitória-régia, deu nome a um CMEI em Palmas que aqui foi caracterizada como nome científico¹³.

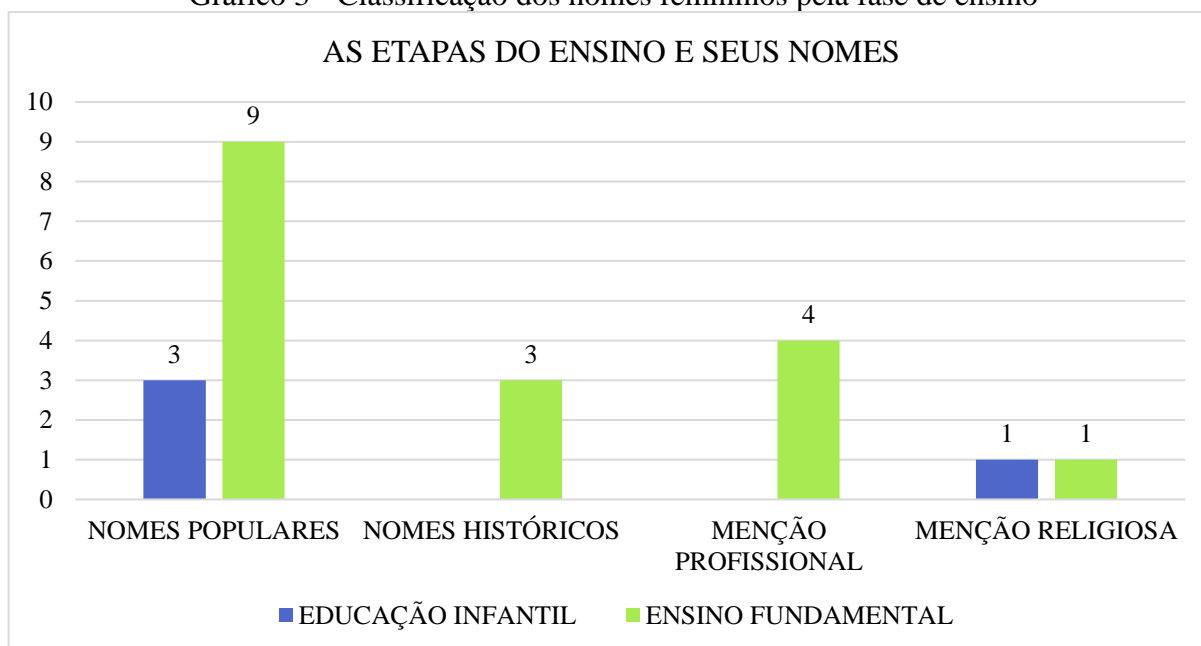
Quanto às menções profissionais, foram homenageadas quatro professoras em escolas da cidade. Por fim, é importante ressaltar que a maioria das instituições educacionais em

¹³ A lei nº 2.544 de 26 de fevereiro de 2020, cria e denomina, no âmbito do município de Palmas, o centro de educação infantil, no qual, o Projeto Político Pedagógico da instituição (2022) descreve que “O nome do CMEI foi escolhido em eleição composta por representantes da comunidade e membros da Secretária Municipal de Educação que em reunião, propuseram a vitória-régia por ser conhecida como a maior planta aquática do mundo possuindo a maior flor das américas, encontrada na região Norte do Brasil”. Deste modo, a análise compreendeu que o nome da instituição não corresponde os estudos antrotoponomástico e se classifica a outras vertentes de estudos, aqui caracterizada como nome científico.

Palmas, doze ao todo, foram nomeadas em homenagem a mulheres populares na região, o que evidencia a valorização da figura feminina na cidade.

Com o intuito de compreender melhor as homenagens às mulheres na comunidade de Palmas, vamos analisar como os nomes são classificados em duas etapas do ensino: educação infantil e ensino fundamental. Essa análise será baseada no quadro acima e levará em consideração as seguintes categorias: nomes populares, nomes históricos, nomes que mencionam a profissão das mulheres antes do seu nome e as menções religiosas.

Gráfico 3 - Classificação dos nomes femininos pela fase de ensino



Fonte: Autoria Própria (2022)

A análise desses dados nos permite observar algumas tendências e características das homenagens prestadas às mulheres nas instituições de ensino em questão. Em relação aos nomes populares, podemos ver que há uma maior presença de mulheres homenageadas nas escolas do que creches (CMEI). Isso pode indicar uma maior sensibilidade e proximidade das escolas com a realidade das comunidades locais, o que se reflete na escolha de nomes populares que têm maior identificação e reconhecimento pelos moradores da região.

Os nomes históricos também são mais presentes nas escolas e as professoras homenageadas têm suas profissões mencionadas antes de seus nomes. Isso pode refletir uma tentativa de valorizar a história e as conquistas de mulheres que se destacaram em suas profissões e contribuíram para o desenvolvimento da educação e da sociedade como um todo.

Já nas menções religiosas, é interessante observar que a titularidade de "Irmã" e "Santa" evocam atenção antes do nome próprio. Isso pode indicar a valorização de mulheres que tiveram uma trajetória marcada pela religiosidade e pelo compromisso com a caridade e a solidariedade.

Em suma, esses dados revelam que as homenagens às mulheres nas instituições de ensino são diversificadas e buscam contemplar diferentes aspectos de suas vidas e contribuições. Além disso, é possível perceber que as escolhas de nomes refletem uma sensibilidade às demandas e anseios das comunidades locais, bem como uma preocupação em valorizar as conquistas e trajetórias de mulheres que se destacaram em suas áreas de atuação.

Todavia, é fundamental que os gestores públicos, juntamente com a comunidade escolar, atuem no sentido de revisar e atualizar os nomes das escolas, de forma a incluir mais mulheres e promover a equidade de gênero na educação. Além disso, a luta pela igualdade de gênero nas nomeações de espaços públicos como as unidades educacionais deve ser uma causa coletiva, que envolve a participação ativa da sociedade civil na defesa dos direitos das mulheres e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária

5.3 Análises e resultados: fichas lexicográficas-toponímicas nomes femininos nas escolas de Palmas/TO

Analisando o conjunto de nomes femininos que foram homenageados nas nomeações de escolas em Palmas, apresentamos as fichas lexicográficas-toponímicas como instrumento para o aprofundamento do conhecimento acerca das mulheres que receberam tais homenagens. Por meio das fichas, é possível acessar informações detalhadas sobre a história, trajetória e contribuições dessas mulheres, assim como conhecer as escolas que levam seus nomes e sua localização geográfica em Palmas.

Quadro 10 - Escola na Região Norte – Beatriz Rodrigues da Silva

<p>ESCOLA MUNICIPAL BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Fonte: Google Maps</p>		<p>Beatriz Rodrigues da Silva</p>  <p>Fonte: Arquivo escola (PPP, 2022)</p>
<p>Localização</p> <p>Endereço: Quadra 405 Norte, APM 01, Alameda 15, Lote 01, CEP: 77.002-006</p>	<p>Lei de Denominação</p> <p>1368/05</p>	<p>Taxionomia</p> <p>Antropotopônimo</p>
<p>Biografia</p> <p>Nasceu no Rio de Janeiro, no dia 15 de novembro de 1909, Beatriz Rodrigues da Silva. Filha de Antônio Rodrigues da Silva, português, e Feliciano Araújo Lemos, carioca, cresceu em Osvaldo Cruz, subúrbio da cidade. Criada em uma família católica, a jovem teve contato com a fé evangélica na Igreja Congregacional, frequentada por seus vizinhos. Mais tarde, seus pais também se converteram ao protestantismo. Beatriz foi batizada na Igreja Batista em Ricardo de Albuquerque, pelo pastor Francisco Fulgencio Soren, em 27 de fevereiro de 1921, quando ainda era adolescente. Na igreja, conheceu o missionário da Junta de Richmond, L. M. Bratcher, que percebeu seu potencial para se tornar uma missionária. Em pouco tempo, Bratcher a convidou para estudar no Colégio Batista no Rio de Janeiro. Após sete anos de estudo, Beatriz tornou-se professora e missionária, afirmando que foi nas aulas de Bratcher que descobriu sua vocação para a evangelização. Logo após a formatura, Beatriz começou a lecionar na Escola Batista da Igreja de Ricardo de Albuquerque. Em setembro de 1935, foi apresentada como a mais nova missionária da JMN na Reunião da Convenção Batista do Distrito Federal e deveria seguir para Piabanhá para desenvolver uma missão entre os índios xerentes. Em 21 de setembro de 1935, apresentou-se como missionária à Junta de Missões Nacionais e, em 25 de janeiro de 1936, embarcou no navio Itapé rumo a Belém (PA). De lá, seguiu em uma pequena embarcação pelo rio Tocantins até chegar em Tocantínia, antigo Norte Goiano, atual estado do Tocantins, onde permaneceu por 60 anos, até falecer em 29 de julho de 1996. Ao longo de sua vida, dona Beatriz recebeu diversas honrarias no Tocantins, incluindo as comendas "Ordem do Mérito do Tocantins" e "Ordem do Mérito do Tocantins - Grau Cavaleiro". Em 1989, participou do lançamento da pedra fundamental de Palmas, capital do Tocantins, e em dezembro de 1990, com o coral da Primeira Igreja Batista de Tocantínia, participou do "Primeiro Natal de Palmas". Em março de 1991, com o mesmo coral, participou da instalação da Academia Tocantinense de Letras. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022)</p> <p>Histórico</p> <p>A Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva foi inaugurada em 21/01/2006 e o nome recebido foi sugestão de um vereador, como homenagem à educadora Beatriz Rodrigues, reconhecida pelo valoroso papel que desempenhou na educação tocantinense. A unidade de ensino regular iniciou sua prestação de serviço em 2006 apenas no período diurno, com 21 turmas distribuídas de 2º a 9º ano e o total de 683 alunos. Atualmente conta com 24 turmas diurnas, de 4º a 9º ano e no período noturno com 8 turmas da Educação de Jovens e Adultos EJA, modalidade que começou a ser ofertada a partir de 2014. A unidade escolar está localizada na quadra Arno 42, com uma área total de 14.982 m² e espaço ainda disponível para edificação. A área edificada conta com estrutura em boas condições sendo 1 quadra poliesportiva coberta sem arquibancada, 1 sala de professores, 1 sala de direção, 1 sala de coordenação pedagógica, 1 sala de orientação educacional, 1 sala de recursos multifuncionais, 1 secretaria, 1 cantina, 1 depósito para alimentos; 1 depósito para materiais de limpeza, 1 depósito para arquivos da Secretaria, 1 depósito para artigos esportivos, 1 sala multimídia com lousa digital e Datashow, 1 biblioteca: 12 salas de aula, 1 banheiro feminino com 4 compartimentos, 1 banheiro masculino</p>		

com 4 compartimentos; 1 banheiro feminino para servidoras com 2 compartimentos; 1 banheiro para servidor masculino com 2 compartimentos; e 1 pátio coberto com carteiras para alimentação que fica no centro dos blocos que constitui um refeitório. A escola tem como foco principal o fazer pedagógico. Já no primeiro ano de funcionamento de ensino desta instituição, em 2006, foram executados os projetos: Valorização da Mulher; Festival de Talentos; Datas Comemorativas; Feira Cultural; Folclore: Copa do Mundo: Eleição; O uso do Gibi no Auxílio à Leitura e à Escrita; na área de Ciências, o projeto Semeando Conhecimento, Colhendo Qualidade de Vida. No decorrer dos anos vários projetos vem sendo desenvolvidos e a tecnologia passou a ser mais presente na vida do educador e educando, num paralelo de ligação diária entre ambos, tornando o aprendizado e o fazer pedagógico numa forma mais atrativa, lúdica e contextualizada de ensino a qual encontram-se em execução: O uso das tecnologias digitais foi implementado nas diversas disciplinas através de aulas show utilizando de lousa digital, data show, aplicativos entre outros recursos; e tem sido dado mais ênfase a estratégia de preparo dos alunos para a realização de simulados internos e externos tais como SAEP-Sistema de Avaliação Educacional de Palmas e SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) que resulta no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB), a qual são organizadas aulas de reforço no contraturno e sábados, gincanas de conhecimento, e ainda a execução de diversos projetos tais como: Ensino de Libras combinado a matemática e inglês, Consciência Negra, Formatura, Coral de Libras. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022)

Informações Complementares

Telefone: (63)3218-5299

E-mail: escbeatrizrodrigues@semed.palmas.to.gov

Diretor: Francisco da Silva de Oliveira Filho

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em 21 dez 2022.

PALMAS. Projeto Político Pedagógico Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva. Palmas: Semed, 2022.

PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em: 21 dez 2022.

Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 21.12.2022
--	---------------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 11 - Escola na Região Norte – Cora Coralina



<p>ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL CORA CORALINA</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Fonte: Foto retirada do Google Maps</p>	<p>Cora Coralina</p>  <p>Fonte: Google imagens¹⁴</p>
---	--

¹⁴ Imagem de Cora Coralina, disponível em: <https://images.app.goo.gl/UMJh71MEfymxqSdS6>. Acesso em 10 jan 2023.

Localização Endereço: Qd. 603 Norte, Alameda 07, nº 142, CEP: 77.001-884	Lei de Criação 604/96 Lei de Denominação 827/99	Taxionomia Antropotopônimo
Biografia/Histórico¹⁵ De acordo com a Lei de criação N°604/96 a instituição foi autorizada para ser construída, em 08 de julho de 1999 com a Lei de Denominação 827/99 deu-se o nome à Escola Municipal de “Cora Coralina”. A Câmara Municipal de Palmas aprovou e o prefeito na época Manoel Odir Rocha sancionou a lei. Ainda em redação dada pela Lei Ordinária nº 1587, de 28 de novembro do ano de 2008 a escola passou a ser denominada de Escola Municipal de Tempo Integral Cora Coralina. (CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS, 1996)		
Informações Complementares E-mail: escoracoralina@semed.palmas.to.gov.br Telefone: (63)3218-5436/98446-4438 Diretora: Eugirleene Pinheiro Silva Carvalho		
Fonte CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/ . Acesso em 10 jan 2023. PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf . Acesso em 10 jan 2023.		
Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 10.01.2023

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 12 - Escola na Região Central - Anne Frank

ESCOLA MUNICIPAL ANNE FRANK Fachada da Unidade  Fonte: Foto retirada do Google Maps		Anne Frank  Fonte: Autora, 2022 ¹⁶
Localização Endereço: Qd. 110 Norte, Alameda 07, Lote 34, CEP: 77.006-12	Lei de Criação 921/00 (604/96) Lei de Denominação 626/97	Taxionomia Antropotopônimo

¹⁵ Não nos foi concedido acesso ao histórico da instituição até a finalização desta pesquisa mesmo com autorizações de acesso emitida pela SEMED e inúmeras tentativas de contatos presencial e digital.

¹⁶ Foto feita do quadro que a escola possui na parte administrativa do qual conta com esta fotografia juntamente com uma frase: “Todo mundo tem dentro de si um fragmento de boas notícias. A boa notícia é que você não sabe quão extraordinário pode ser! O quanto você pode amar! O que você pode executar! E qual é o seu potencial!”.

Biografia

Annelies Marie Frank (Anne Frank) nasceu em Frankfurt, na Alemanha sendo filha de pais judeus. Com o início da Segunda Guerra Mundial (1939/1945), sua família imigrou para a Holanda, onde no período de 10/07/1942 até 04/08/1944 viveram refugiados em um esconderijo. Ali, Anne Frank passou os últimos anos de sua vida, denominando esse espaço "Anexo Secreto", que segundo ela também seria o nome do seu livro após término da guerra. Era uma adolescente que dos 13 aos 15 anos escreveu seu diário, os seus anseios, medos, paixões, desejos, angústias e sonho. Como gostava muito de ler seu desejo era ser jornalista e escritora. Via seu esconderijo como uma aventura cheia de perigo e romance. Ela escreveu no seu diário todas as peripécias passadas no sótão, onde vivenciou os horrores da guerra, vendo os judeus sendo torturados, não sendo ninguém poupado, desde doentes, grávidas, crianças, velhos, todos marchavam rumo à morte. No dia 04/08/1944 o esconderijo foi descoberto pela polícia, prendeu os ocupantes, mandando-os para o campo de concentração. Ela provavelmente faleceu, no final de fevereiro ou início de março de 1945, vítima do no campo de concentração (Bergen-Belsen). A primeira publicação dos escritos deixados por Anne Frank foi em 1947. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Histórico

A escola é mantida pelo poder público municipal, estruturada por uma Associação Comunidade Escola (ACE), que responde pelos atos administrativo, pedagógicos e financeiros, registrada no CNPJ Nº 011.934.605/00011-12 sendo regulamentada para funcionamento pela Resolução Nº 1106/03 de 5 de março de 2003. A Escola Municipal Anne Frank iniciou suas atividades na antiga quadra 106 Norte (antiga ARNE 12), onde era conhecida como Escola da ARNE 12, com a construção de 6 salas, construídas pela empresa FCJ Construtora Ltda, conforme contrato nº 173/93 e entregue em 6 de janeiro de 1994, sob a direção das professoras Tereza Nell Wiczorek e contou com outras diretoras: Maria Tolentino e Maria Laura Spricigo, Ivete Antunes Correa, Lenilda Batista de Sousa Ferreira, Maria de Fátima Oliveira da S. Netto, Cleudemar Abreu Lopes, Alice Harumi Izu Furukawa, Cimar Imaculada Cunha Mota, Leticia Milhomem Marinho e, atualmente, Kássia Carla Alves Fernandes. As atividades escolares iniciaram-se na 106 Norte (antiga ARNE 12) até março de 1997, quando foi transferida para o atual endereço e cujo nome foi substituído para Escola Municipal Anne Frank. Seu nome foi escolhido pelo Prefeito Eduardo Siqueira Campos, aprovado em reunião ordinária na Câmara Municipal de Palmas - TO. Atualmente a Escola Municipal Anne Frank está localizada na quadra 110 Norte, Alameda 07 Lote 34 em Palmas, Estado do Tocantins, central da cidade, atendendo na sua grande maioria alunos de classe média. Contando com 12 salas de aula, 01 sala de apoio, 01 biblioteca, 01 mini auditório, 01 cozinha com depósito, refeitório aberto, 06 banheiros, sendo que destes, 02 atendem aos funcionários e 04 atendem aos alunos (02 masculino e 02 feminino), pátio descoberto, 02 praças (que são utilizadas como espaço de construção do conhecimento, através de leituras, jogos e para a espera dos pais), 01 sala de professores, 01 sala da direção, 01 secretaria com 01 sala de arquivos, 01 sala de supervisão pedagógica, 01 sala da orientação educacional, 01 sala de Recursos Multifuncionais (SRM), 01 sala de Coordenação Financeira, 01 sala de dança, 01 almoxarifado e 01 dispensa. Atualmente a escola oferece no seu âmbito educacional o Ensino Fundamental nos Anos Iniciais (2º ao 5º Ano) e Anos Finais (6º ao 9º Ano), nos turnos matutinos e vespertinos, atendendo uma faixa de 841 alunos. Contando com um quadro de 43 funcionários, sendo 45 efetivos e 05 contratados assim distribuídos: 1 Diretora, 1 Secretária, 2 Supervisoras Pedagógicas, 1 Orientadora Educacional, 1 Coordenador Financeiro, 1 Coordenador de Apoio, 1 Bibliotecária, 4 Técnicos Administrativos Educacionais, 25 Professores 08 ASG/AAE/Vigia. Os servidores possuem formação exigida para a atuação dos cargos em que estão lotados, sendo que 17 possuem Ensino Médio completo: Ensino Superior, a maioria com Pós-graduação e um profissional com Mestrado. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Informações Complementares

Telefone: (63)3218-5377

E-mail: escannefrank@semed.palmas.to.gov.br

Diretora: Kássia Carla Fernandes Alves

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em 07 out 2022

PALMAS. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Anne Frank. Palmas: SEMED, 2022.

PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 07 out 2022.

Pesquisadora

Revisora

Data da Coleta

Naelana Pereira	Karylleila Andrade	07.10.2022
-----------------	--------------------	------------

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 13 - Escola na Região Central - Olga Benário

<p>ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL OLGA BENÁRIO</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada do Google Maps</p>		<p>Olga Benário</p>  <p>Fonte: Google imagens¹⁷</p>
<p>Localização</p> <p>Endereço: 603 Sul, Alameda 02, APM 10 (antiga Arse 61), CEP: 77.016-358</p>	<p>Lei de Criação 912/00</p> <p>Lei de Denominação 626/97</p>	<p>Taxionomia Antropotopônimo</p>
<p>Biografia</p> <p>A escola recebeu este nome em homenagem à revolucionária Olga Benário que nasceu na Alemanha, cujo ideal era a luta pelo bem-estar social. Olga Benário era judia alemã e comunista, viveu no Brasil na clandestinidade, ao lado, de Luís Carlos Prestes, onde criou o movimento revolucionário, até que foi expulsa pelo governo brasileiro e entregue ao governo nazista da Alemanha que a procurava desde 1928, estando grávida de 7 meses de Anita. Em outras palavras, Olga Benário foi uma ativista comunista alemã de origem judaica que teve grande importância na luta revolucionária brasileira. Ela foi casada com Luís Carlos Prestes, um dos líderes da Aliança Nacional Libertadora (ANL), um movimento de esquerda que lutava contra a ditadura do Estado Novo no Brasil. Em 1936, Olga foi presa e deportada para a Alemanha nazista, onde foi torturada e mantida em campos de concentração. Infelizmente, em 1942, ela foi assassinada em uma câmara de gás pelo regime nazista, deixando sua filha, Anita Leocádia Prestes, que mais tarde se tornaria uma historiadora e professora universitária de destaque. Olga Benário Prestes é lembrada como uma heroína da luta contra o fascismo e uma defensora da justiça social. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p> <p>Histórico</p> <p>Localizada na Quadra ARSO 61 (603 Sul), Al 02, APM 10, no Plano Diretor Sul de Palmas, Estado do Tocantins, a Escola Municipal Olga Benário foi fundada em 1997 sob a administração do Irmão Pedro. Inicialmente tinha o objetivo de atender as pessoas residentes em Taquarussu Grande, Canela, São João e Jaú e foi inaugurada em 30/12/1996. Iniciando suas atividades no ano de 1997, sob a lei de criação no 626/97, parecer no 05/97, resolução 005/97. A Escola Municipal Olga Benário iniciou seu atendimento com turmas do ensino fundamental, no formato parcial e turmas de EJA – Educação de Jovens e Adultos, no entanto, no ano de 2010 foram realizadas análises para que a mesma se tornasse uma escola com atendimento em tempo integral, sendo este novo formato implementado em 2011, de forma adaptada, uma vez que o espaço físico disponível diferia das escolas consideradas “padrões” para o oferecimento de uma educação em tempo integral. Inicialmente o número de alunos matriculados em nossa Unidade Escolar equivalia cerca de 518 alunos, com 23 turmas em regime parcial do 1o ao 9o ano. Em 2011 nos tornamos escola de tempo integral</p>		

¹⁷ Imagem de Olga Benário, disponível em: <https://cdn.brasildefato.com.br/media/7ae9fbe7e2ad4d5faa8567b4e94303ad.jpg>. Acesso em 20 jan 2023.

adaptada, com uma média de 530 (quinhentos e trinta) alunos do ensino fundamental atendidos por ano, sendo que de 2011 a 2015 atendemos alunos de 1o aos 9o anos, em 2016 atendemos alunos de 1o aos 8o anos e desde 2017 atende alunos de 1o aos 5o anos, totalizando 15 (quinze) turmas, com carga horária de atividades escolares das 8h às 17h. No mês de abril de 2022 a instituição passou por uma reforma e ampliou sua capacidade de atendimento ao público gerando mais oportunidade de ensino para alunos da primeira fase do ensino fundamental correspondente do 1º ao 5º ano. Com tal melhoria a escola ganhou cinco novas salas, dois banheiros, além de melhoras na sua estrutura como um todo, sendo estas benfeitorias capaz de atender 630 estudantes em tempo integral. Com lei Nº626, de 06 de janeiro de 1997 sob a Medida Provisória nº 41, de 19 de dezembro de 1996, tendo a força de Lei, a Câmara Municipal de Palmas aprovou a escola integrante da Rede de Ensino, a ter a denominação: Escola da ARSO 61: OLGA BENÁRIO. De acordo com a lei N.º 921, de 28 de julho de 2000, a unidade passou a ser intitulada Escola Municipal Olga Benário da Quadra 603 Sul. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Informações Complementares

E-mail: escolgabenario@semed.palmas.to.gov.br

Telefone: (63)3218-5378/3322-5378

Diretora: Cândida Cecília Massugossa Arruda

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em 20 jan 2023.


PALMAS. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Olga Benário. Palmas: SEMED, 2022.

PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 20 jan 2023.

Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 20.01.2023
--	---------------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 14 - CMEI na Região Central - Romilda Budke Guarda


<p>CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ROMILDA BUDKE GUARDA</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada do Google Maps</p>		<p>Quadro no hall de entrada do CMEI</p>  <p>Fonte: Autora, 2022¹⁸</p>
<p>Localização</p> <p>Endereço: 1.006 Sul (Arse 102), Alameda 11, APM 16</p>	<p>Lei de Criação/Lei de Denominação</p> <p>2.399</p>	<p>Taxionomia</p> <p>Antropotopônimo</p>

¹⁸ Não foi possível evidenciar a fotografia de Romilda Budke Guarda, pois todo registro que a instituição possui referente a Mulher nomeada é este quadro.

<p style="text-align: center;">Biografia</p> <p>O nome para o CMEI foi uma opção em homenagem póstuma à senhora Romilda Budke Guarda, em gratidão à sua essencial participação na cidade de Palmas. Romilda se estabeleceu na cidade em 1997 e rapidamente se tornou uma líder comunitária. Sua vida foi guiada pela retidão, moralidade e altruísmo, tendo se dedicado de maneira voluntária ao processo de arborização de alguns espaços da Capital, o que contribuiu substancialmente para a estética da cidade e para a preservação do meio ambiente em prol da ecologia. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p> <p style="text-align: center;">Histórico</p> <p>O CMEI Romilda Budke Guarda foi estabelecido através da Lei Nº 2.399 em 09 de julho de 2018 e está situado na alameda 11, APM 16, Arse 102 (1006 Sul). O CMEI oferece vagas para duas turmas de Berçário, oito turmas de maternas e quatro turmas de Pré-escola, e conta com um quadro de 65 funcionários, incluindo seis membros do setor administrativo, 14 agentes administrativos educacionais (AAEs), 35 professores e dez monitores de desenvolvimento infantil (MDIs). As instalações do CMEI incluem cinco salas administrativas, oito salas de aula, um ateliê, um refeitório, seis banheiros infantis, dois banheiros para o pessoal administrativo, uma cozinha, uma sala de servidores, uma lavanderia, um lactário, um depósito pedagógico, um depósito de limpeza, um depósito de alimentos e um parque infantil de madeira. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p>		
<p style="text-align: center;">Informações Complementares</p> <p style="text-align: center;">Telefone: (63)3212-3439 E-mail: cmeiromildabudke@semed.palmas.to.gov.br Diretora: Evanilha Ribeiro Pinto</p>		
<p style="text-align: center;">Fonte</p> <p>CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/. Acesso em 20 jan 2023.</p> <p>PALMAS. Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Romilda Budke Guarda. Palmas: Semed, 2022.</p> <p>PALMAS. Prefeita Cinthia Ribeiro entrega Centro de Educação Infantil Romilda Budke. PSDB Mulher. Palmas, 03 de jul/2020. Disponível em: https://www.psdb.org.br/mulher/prefeita-cynthia-ribeiro-entrega-centro-de-educacao-infantil-romilda-budke. Acesso em: 20 jan 2023.</p> <p>PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 20 jan 2023.</p>		
<p style="text-align: center;">Pesquisadora Naelana Pereira</p>	<p style="text-align: center;">Revisora Karylleila Andrade</p>	<p style="text-align: center;">Data da Coleta 20.01.2023</p>

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 15 - Escola na Região Central - Francisca Brandão Ramalho

<p style="text-align: center;">ESCOLA MUNICIPAL FRANCISCA BRANDÃO RAMALHO</p> <p style="text-align: center;">Fachada da Unidade</p>  <p style="text-align: center;">Foto retirada do Google Maps</p>		<p style="text-align: center;">Francisca Brandão Ramalho</p> 
--	--	--

		Fonte: Autora, 2022 ¹⁹
Localização Endereço: Qd. 1.204 Sul, APM 05, Alameda 01, s/nº, CEP: 77.019-530	Lei de Criação/Lei de Denominação 1552	Taxionomia Antropotopônimo
<p style="text-align: center;">Biografia</p> <p>A professora Francisca Brandão Ramalho nasceu em primeiro de novembro de 1960 em Vitorino Freire do Maranhão. Graduada em matemática pela Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS. Seus pais: Otacílio Vasconcelos Brandão e Rosa Maria Xavier Brandão. Começou a ministrar aulas no de reforço para seus colegas aos 12 anos de idade. Sua matéria preferida era matemática. Ainda jovem mudou para Imperatriz no Maranhão e fez curso de técnico em magistério. Casou-se com João da Mata de Oliveira Ramalho em 1987 e foi mãe de 2 filhos. Em 1994, passou a morar em Palmas-TO. Logo começou a trabalhar e prestou serviço nas escolas municipais Anne Frank, Luiz Gonzaga, Olga Benário e Antônio Carlos Jobim. Sendo concursado em 1998 como professora de séries iniciais. Tinha como característica pessoal o gosto pela leitura, lia gibis, romance e outros gêneros. Faleceu no dia 15/04/2007. A lei nº 1552 de 11 de junho de 2008, deu nome à escola municipal Francisca Brandão Ramalho. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p> <p style="text-align: center;">Histórico</p> <p>No dia 4 de junho de 2008 a escola inaugurou com uma estrutura que contava com biblioteca, refeitório, laboratório de informática, piscina, bloco administrativo contendo: banheiros, copa, sala de professores, sala de reuniões, sala da direção, sala da orientação educacional, sala da coordenação pedagógica, secretaria e oito salas tendo a capacidade de atendimento para uma média de 300 crianças considerando turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. No ano de 2018, após uma reforma em sua estrutura, a instituição passou a ser o Centro de Educação Inclusiva (CEI), a partir disso, a unidade educacional contou com uma equipe de multiprofissionais que tinha como premissa a responsabilidade de acolher, diagnosticar, organizar e sequenciar planos de ações que acompanhassem crianças que necessitassem de atendimento individualizado e especializada nas faixas etárias referente ao atendimento inicial da unidade. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p>		
<p style="text-align: center;">Informações Complementares</p> <p style="text-align: center;">Telefone: (63)3214-6373/3217-1062 E-mail: escfranciscabrandao@semed.palmas.to.gov.br Diretor: Odenilson Pereira de Sousa</p>		
<p style="text-align: center;">Fonte</p> <p>CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/. Acesso em 07 out 2022.</p> <p>PALMAS. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Francisca Brandão Ramalho. Palmas: SEMED, 2022.</p> <p>PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 07 out 2022.</p>		
Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 07.10.2022

Fonte: Autoria Própria (2022)

¹⁹ Quadro no hall de entrada da escola que conta a biografia da nomeada juntamente com fotografia.



Quadro 16 - CMEI na Região Sul - Ana Luísa Rodrigues Valdevino

<p>CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANA LUÍSA RODRIGUES VALDEVINO</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada do Google Maps</p>		<p>Ana Luísa Rodrigues Valdevino</p>  <p>Fonte: Arquivo escola (PPP, 2022)</p>
<p>Localização</p> <p>Endereço: Rua Olga Cavalcante, APM 04, Setor Bertaville.</p>	<p>Lei de Criação</p> <p>2.313/17</p>	<p>Taxionomia</p> <p>Antropotopônimo</p>
<p>Biografia</p> <p>Ana Luísa Rodrigues Pereira Valdevino nasceu no dia 14 de julho de 1997. A Síndrome de Down não a impediu de ser feliz. Aos dois meses de vida, começou a estimulação precoce na rede hospitalar oficial do Distrito Federal, onde bravamente superou as expectativas dos profissionais, mesmo com os problemas de saúde. Aos três anos começou sua vida escolar e era sempre a primeira a participar dos teatrinhos e das comemorações oficiais. Dava o máximo de si e aprendeu tudo que estava dentro das suas possibilidades. Amava cantar o hino nacional e quando era a sua vez de carregar a bandeira nacional se enchia de orgulho e emocionava toda a escola, era um exemplo de amor à pátria. Tudo o que aprendeu era motivo de orgulho para si e sua família. Ana Luísa espalhou alegria e paz por onde passou e ensinou o que é amar, com palavras de carinho demonstrava a todos que a união deveria estar sempre acima de tudo. Considerava o pai o seu super-herói. No dia 23 de março de 2017, em sessão solene na Câmara de Vereadores de Palmas houve uma homenagem ao Dia Internacional da Síndrome de Down, Ana Luísa foi citada pelo irmão o então Vereador Diogo Fernandes, que apresentou, na ocasião, um projeto de lei que visava garantir número de vagas em concursos públicos municipais para os portadores da síndrome, na forma de política pública inclusiva. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022)</p> <p>Histórico</p> <p>O CMEI Ana Luísa Rodrigues Valdevino nasce da necessidade do atendimento educacional na comunidade do setor Bertaville e região. Uma unidade construída por muitas mãos, tem como marca registrada a participação das famílias em todo seu processo de desenvolvimento até a inauguração. No segundo semestre de 2019 inicia-se a tramitação para inauguração do CMEI, realizando-se encontros com a comunidade para definir o nome, entre tantas outras questões coletivas. No dia 10 de janeiro de 2020 ocorreu a primeira reunião da ACCEI dando abertura aos processos burocráticos e estruturais. Com as aquisições, planejamentos e muita determinação, dado ao contexto pandêmico vivenciado naquele tempo, o prédio foi entregue à comunidade em 20 de maio de 2021 em um evento muito emocionante. Consecutivamente em agosto daquele ano, iniciou o ano letivo atendendo 08 turmas sendo elas divididas no período integral (Berçários I e II) e parciais (Maternais I e II). Para tanto, vem expandindo e inovando nas questões de ordem técnicas-pedagógicas como também em materialidade e estrutura física procurando sempre atender aos anseios e necessidades das crianças proporcionando melhorias no atendimento e qualidade do ensino. O CMEI foi inaugurado no dia 20 de maio de 2021 atendendo as reivindicações da comunidade local, construído na gestão do prefeito Carlos Amastha, sendo finalizada na gestão da Prefeita Municipal Cinthia Ribeiro sob a lei de criação nº 2.313/17, exigidas durante plenária do orçamento participativo, beneficiando às crianças que necessitavam de atendimento escolar, atendendo também aos anseios das famílias que não tinham onde deixar as crianças e na formação integral do caráter educativo-pedagógico, oportunizando o processo de ensino e aprendizagem articulado nos termos do respeito, valores, cultura, e costumes. A instituição teve como diretora primeira diretora a senhora Márcia Aparecida da Paz desde o mês de dezembro de 2019 até os dias atuais. Recentemente o CMEI Ana Luísa reestruturou o Conselho Escolar, que conta com 15 membros e já apresenta grandes contribuições tais como no acompanhamento das licitações e na prestação de contas, dentre outros. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p>		

<p align="center">Informações Complementares Telefone: (63)99229-2381 Email: cmeianaluisavaldevino@semed.palmas.to.gov.br Diretora: Márcia Aparecida da Paz</p>		
<p align="center">Fonte PALMAS. Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Ana Luísa Rodrigues Valdevino. Palmas: Semed, 2022. PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 04 abr 2022.</p>		
<p align="center">Pesquisadora Naelana Pereira</p>	<p align="center">Revisora Karylleila Andrade</p>	<p align="center">Data da Coleta 04.04.2022</p>

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 17 - Escola na Região Sul - Maria Verônica Alves de Sousa

<p align="center">ESCOLA MUNICIPAL MARIA VERÔNICA ALVES DE SOUSA</p> <p align="center">Fachada da Unidade</p>  <p align="center">Foto retirada do Google Maps</p>		<p align="center">Maria Verônica Alves de Sousa</p>  <p align="center">Fonte: Arquivo escola (PPP, 2022)</p>
<p align="center">Localização Endereço: Rua 12, APM 08, Bairro Aurenly IV, CEP: 77.060-034</p>	<p align="center">Lei de Criação/Lei de Denominação 1.854</p>	<p align="center">Taxionomia Antropotopônimo</p>
<p align="center">Biografia</p> <p>Maria Verônica (1954-2002) foi uma atuante líder comunitária frente aos desafios que os pioneiros da capital Palmas tiveram que enfrentar no início de sua implantação, entre eles o da criação de uma Unidade Educacional no setor Aurenly IV, bairro onde residiu até o dia do seu falecimento. Maria Verônica Alves de Sousa era natural de Santa Filomena no estado do Piauí, Nasceu no dia 31 de janeiro de 1954, filha de pais analfabeto e com poucos recursos não teve oportunidade de estudar, casou-se com o senhor José Afonso Pereira de Sousa com quem teve seis filhos, migrou-se ainda jovem para o estado do Tocantins na época o Estado do Tocantins ainda fazia parte do Estado de Goiás, residindo de 1975 a 1982 na cidade de Paraíso TO. Lá ela conheceu o deputado federal Moisés Avelino que posteriormente veio se tornar governador do Estado do Tocantins, algum tempo depois Maria Verônica, mudou-se para a cidade de Ourilândia do Norte, localizada no Sul no Estado do Pará, onde permaneceu por cerca de 7 anos. Em 1989, voltou ao Tocantins trazendo consigo diversas famílias entre eles: A senhora Zuleide de Oliveira Silva, Antônia de Sousa Castro, Osmar de Sousa castro, Belchior Antônio de Paula, Estevam Leite entre outros totalizando 20 famílias, contou para isto com auxílio do Então deputado Moisés Avelino com que mantinha alianças políticas, cujo objetivo era promover o desenvolvimento da capital em formação, Palmas (hoje capital do TO). Essas famílias incluídas a de Maria Verônica vieram ao Tocantins, atraídos pelo progresso e novas oportunidades de emprego, uma vez que eram todos oriundos de estados vizinhos e enfrentavam diversas dificuldades, inclusive financeiras,</p>		

possuíam pouco estudo e, portanto, quase nenhuma qualificação profissional, no entanto eram determinados, corajosos e muito envolvidos nas causas sociais, característica esta que Maria Verônica como líder comunitária possuía. Ao chegarem à Capital por volta do ano de 1990, enfrentaram muitos desafios, falta de infraestrutura, calor e poeira, mas por outro lado receberam como incentivos: lotes, material de construção e até emprego. Maria Veronica trabalhou como copeira na assembleia legislativa do Tocantins, onde teve oportunidade de conhecer e conviver com vários parlamentares que sensibilizados com sua história de luta e suas vivências com os mais carentes promovia assim ações comunitárias de assistência social como doações de cestas básicas, acesso a serviços de saúde etc. Como vemos essa guerreira se esforçou de várias formas para a conquista de melhorias para sua comunidade, chegou até a ser candidata a vereadora, mas infelizmente não teve êxito. Mesmo assim não desistiu, batalhou incansavelmente pela construção de uma escola de Ensino Fundamental no bairro Novo Horizonte que atendesse a comunidade do Novo Horizonte e Irma Dulce. Maria Verônica veio a falecer no dia 13 de maio 2002 vítima de um infarto fulminante, com apenas 48 anos de idade, a morte de Maria Verônica causou muita comoção entre seus companheiros porque era uma inspiração para eles apesar disso, eles continuaram lutando, E finalmente no ano de 2012 na gestão do então prefeito Raul Lustosa Filho, foi realizada na associação de moradores do Jardim Aurenny IV uma assembleia com representantes da prefeitura vereadores, professores e líderes comunitários, mediada pelo Sr. Antônio Casebre presidente da associação de moradores. Naquela ocasião o nome de Maria Verônica foi sugerido pelo secretário de governo senhor Carlos Braga e depois de realizada uma votação onde ela concorria com outros candidatos ela saiu vitoriosa, fato que se deu devido seu esforço como reconhecimento foi instituído a lei N 1.854 de trinta de dezembro de 2011, que denominou a Escola da Rede pública municipal que leva o nome de Mara Veronica Alves de Sousa, Em março de 2013 a escola é inaugurada e passa a atender Educação infantil e os dois primeiros anos do Ensino fundamental. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Histórico

A escola está localizada na Rua 12, APM 08, S/N no Bairro Jardim Aurenny IV. Inaugurada em 28 de dezembro de 2012, recebe esse nome em homenagem a Senhora Maria Veronica Alves de Sousa pelas lutas e conquistas realizadas no referido bairro. Denominada como "Escola da Infância", as atividades letivas tiveram início em 15 de março de 2013, atendendo alunos da educação infantil (Pré-escolar I e II) e do ensino fundamental os alunos do 1º e 2º ano, nos turnos matutino e vespertino. Com o tempo e atendendo a demanda a escola passou a atender do 1º a 5º ano. A Situação Legal é estabelecida pela: Lei de denominação nº 1.854 de 30/12/2011. A escola tem como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal de Palmas e seus recursos são administrados pela "Associação Comunidade Educacional da Escola Maria Verônica Alves de Sousa". Atualmente a escola atende 24 turmas de 1º a 5º ano, sendo que 3 turmas de 1º 6 turmas de 2º, 6 turmas de 3º, 5 turmas de 4º e 4 turmas de 5º ano. A unidade teve como sua 1 gestora Educacional a qual permaneceu por 8 anos desde sua construção a senhora Kelma Sousa Teixeira. Atualmente a escola atende cerca 700 alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental possui em seu quadro atual 51 servidores, sendo 42 concursados e apenas nove contratos, temos como Gestora Educacional a Sra. Márcia Aparecida Collaviti. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Informações Complementares

E-mail: escmariaveronica@semed.palmas.to.gov.br

Telefone: (63)3224-1968

Diretora: Márcia Aparecida Collaviti Duarte

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em PALMAS. Projeto Político Pedagógico da escola Municipal Maria Veronica Alves de Sousa. Palmas: Semed, 2022. PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 07 out 2022.

Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 07.10.2022
--	---------------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 18 - Escola na Região Sul - Eurídice Ferreira de Mello

<p>ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL EURÍDICE FERREIRA DE MELLO</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada do Google Maps</p>		<p>Eurídice Ferreira de Mello</p>  <p>Fonte: Google imagens²⁰</p>
<p>Localização Endereço: Rua 22, APM 05, Bairro Aurenny III, CEP: 77.062-072</p>	<p>Lei de Criação 1559/08 Lei de Denominação 1564/08</p>	<p>Taxionomia Antropotopônimo</p>
<p>Biografia</p> <p>A MULHER DONA LINDÚ – Por 13 dias, Dona Lindú e a família atravessam o País em um caminhão de pau-de-arara, rumo ao ‘Sul Maravilha’. O destino final: Santos, no litoral paulista. Lá, reencontra o marido, Aristides Inácio da Silva. Mas o reencontro não duraria muito. Em 1955, a sertaneja forte se impõe contra o marido agressor e sai de casa com os filhos. A recusa de Dona Lindu a apanhar do marido marcará para sempre a vida dos filhos entre eles Luiz Inácio Lula da Silva que anos depois se tornaria Presidente da República. Analfabeta, a nordestina fazia questão que seus filhos estudassem. Mais tarde, incentivaria Lula a se inscrever no curso profissionalizante. Já na presidência da República, Lula cria a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), e políticas públicas voltado para as mulheres como a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), uma histórica reivindicação de movimentos feministas para a implementação de um instrumento legal que assegurasse direitos e a defesa de vítimas de violência doméstica e familiar. Estas são algumas das influências de Dona Lindú no presidente do Brasil. A homenagem a Dona Lindú é, em última instância, uma homenagem a todas as mulheres nordestinas de fibra, que precisaram emigrar com a família em busca de novas oportunidades. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p> <p>Histórico</p> <p>Em 21 de janeiro de 2008, ocorreu na Escola Municipal Cora Coralina a primeira reunião para criar a Associação Comunidade Escola Municipal de Tempo Integral da Região Sul. A reunião contou com a presença de representantes de pais das comunidades da região do bairro Aurenny III e representantes dos profissionais da educação através de servidores da SEMED. Na reunião, foi criado o estatuto da Associação Comunidade Escola – A.C.E. da Escola de Tempo Integral da Região Sul, e houve a eleição e posse dos membros da Associação Comunidade Escola, do Conselho Escolar Comunitário e do Conselho Fiscal. A A.C.E. foi composta pelos seguintes membros: Idelma Pereira de Bastos Santos como presidente, Berenice de Fátima Barbosa de Castro Freitas como vice-presidente, Maria Helena Gusmão Alves como secretária, José Ribamar Moraes Farias como 2º secretário, Inês Barbosa de Sousa como 1ª tesoureira, Guelbher Rodrigues Silva como 2º tesoureiro e Sebastiana Vany G. Costa como assessora de comunicação. Em 10 de julho de 2008, foi publicada a Lei de Criação nº1559-08 da Escola Municipal de Tempo Integral da Região Sul, Aurenny III. Em 21 de agosto, foi publicada a Resolução nº 011 - Conselho Municipal de Educação, autorizando o funcionamento da escola por quatro anos para o curso de Ensino Fundamental. Em 28 de agosto de 2008, foi publicada a Lei de Denominação nº1564, dando o nome à Escola Municipal de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Mello, em homenagem a Eurídice Ferreira de Mello, também conhecida como Dona Lindú, que era mãe do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A escola está localizada na Rua 22 APM 05 s/n Jardim Aurenny III – CEP: 77062-072, em uma área de abrangência de 8.344,82m². A filosofia da escola</p>		

²⁰ Imagem de Eurídice Ferreira de Mello, disponível em: <https://abrir.link/f2eiA>. Acesso em 30 jan 2023.

é contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos por meio de um trabalho educativo sério que leve em conta sua experiência de vida e realidade, permitindo que atinjam um certo nível de domínio do conhecimento universal. O objetivo é que os alunos se empenhem em novas leituras da realidade, realizando-se como indivíduos e cidadãos, tendo acesso ao conhecimento de um modo interdisciplinar e crítico. O objetivo geral da escola é instrumentalizar os educandos com o domínio do conhecimento científico, assistindo-os integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, permitindo o contato com o mundo da tecnologia, cultura, esporte e lazer, para torná-los cidadãos aptos a atuar com autonomia de forma consciente, crítica, criativa e coletiva. A Escola Municipal de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Mello é administrada pela equipe técnico-pedagógica da unidade escolar e pela Associação Comunidade Escola. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Informações Complementares

E-mail: esceuridicedemesemed.palmas.to.gov.br

Telefone: (63)3225-3828/3218-5524

Diretora: Cícera Ribeiro F. Mota Soares

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em 30 jan 2023.


PALMAS. Projeto Político Pedagógico da escola Municipal Maria Veronica Alves de Sousa. Palmas: Semed, 2022.

PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 30 jan 2023.

Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 30.01.2023
--	---------------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Autoria Própria (2022)


Quadro 19 - Escola na Região Sul - Rosemir Fernandes de Sousa

<p>ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL PROFESSORA ROSEMIR FERNANDES DE SOUSA</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada do Google Maps</p>		<p>A escola não possui nenhum registro fotográfico da nomeada que esteja visível em sua estrutura aberta ao público, e nada foi encontrado em outros canais de informação.</p>
<p>Localização Endereço: Rua 30, APM 06, Bairro Jardim Aurenny III, CEP: 77.062-056</p>	<p>Lei de Criação 921/00 Lei de Denominação 642/97</p>	<p>Taxionomia Axiotopônimo/ Antropotopônimo</p>

<p align="center">Biografia/Histórico²¹</p> <p>Criada através da Lei N° 921 de julho de 2000 a escola recebeu sua nomeação através da Lei N° 642/97 de maio no ano de 1997, na qual anteriormente era conhecida como escola do jardim III passando a ser denominada de Escola Municipal Professora Rosemir Fernandes de Souza. (CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS, 1997).</p>		
<p align="center">Informações Complementares</p> <p align="center">E-mail: escrosemir@semed.palmas.to.gov.br Telefone: (63)3218-5290/3571-2673 Diretor: Wender Fernandes Martins Reis</p>		
<p align="center">Fonte</p> <p>CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/. Acesso em 31 jan 2023.</p> <p>PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 31 jan 2023.</p>		
<p align="center">Pesquisadora Naelana Pereira</p>	<p align="center">Revisora Karylleila Andrade</p>	<p align="center">Data da Coleta 31.01.2023</p>

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 20 - Escola na Região Sul - Maria Júlia Amorim Soares Rodrigues

<p>ESCOLA MUNICIPAL MARIA JÚLIA AMORIM SOARES RODRIGUES</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada do Google Maps</p>		<p>A escola não possui nenhum registro fotográfico da nomeada e nada foi encontrado nos registros públicos.</p>
<p>Localização</p> <p>Endereço: Rua 22, APM 02, Quadra 42 A, Bairro Aurenny III, CEP: 77.062-072</p>	<p>Lei de Denominação</p> <p>1193/03</p>	<p>Taxionomia</p> <p>Antropotopônimo</p>
<p>Biografia/Histórico²²</p> <p>A Lei nº 1193, de 30 de junho de 2003, é um documento que tem como objetivo denominar a Escola do Setor Jardim Aurenny III, localizada na área AV, em Palmas, Tocantins. De acordo com a lei, a escola passa a se chamar Escola Municipal Maria Júlia Amorim Soares Rodrigues. Aprovada pela Câmara Municipal de Palmas e sancionada pela prefeita municipal à época, a Lei nº 1193 representa uma homenagem à memória de Maria Júlia Amorim Soares Rodrigues. Com a mudança do nome da escola, acredita-se que a comunidade escolar e a população em geral possam conhecer mais sobre a vida e os feitos desta personalidade. (CAMARA</p>		


²¹ Não nos foi concedido acesso ao histórico da instituição até a finalização desta pesquisa mesmo com autorizações de acesso emitida pela SEMED e inúmeras tentativas de contatos presencial e digital.

²² Não nos foi concedido acesso ao histórico da instituição até a finalização desta pesquisa mesmo com autorizações de acesso emitida pela SEMED e inúmeras tentativas de contatos presencial e digital.

MUNICIPAL DE PALMAS, 2003).		
<p align="center">Informações Complementares E-mail: escmariajulia@semed.palmas.to.gov.br Telefone: (63)3225-2294 Diretor: Elis Raik Miranda de Carvalho</p>		
<p align="center">Fonte</p> <p>CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/. Acesso em 31 jan 2023.</p> <p>PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 31 jan 2023.</p>		
<p align="center">Pesquisadora Naelana Pereira</p>	<p align="center">Revisora Karylleila Andrade</p>	<p align="center">Data da Coleta 31.01.2023</p>

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 21 - Escola na Região Sul - Margarida Lemos Gonçalves

<p align="center">COLÉGIO ESPORTIVO MILITAR DO CORPO DE BOMBEIROS (CEMIL) PROFESSORA MARGARIDA LEMOS GONÇALVES</p> <p align="center">Fachada da Unidade</p>  <p align="center">Foto retirada do Google Maps</p>		<p align="center">Margarida Lemos Gonçalves</p>  <p align="center">Fonte: Google imagens²³</p>
<p align="center">Localização</p> <p>Endereço: João Pires Querido Filho, APM 12, Setor Lago Sul, CEP: 77.270-000</p>	<p align="center">Lei de Criação/Lei de Denominação</p> <p align="center">1963/2013</p>	<p align="center">Taxionomia</p> <p align="center">Axiotopônimo/ Antropotopônimo</p>
<p align="center">Biografia</p> <p>Margarida Lemos Gonçalves foi uma educadora, missionária batista, oradora, conferencista e pesquisadora brasileira nascida em 5 de fevereiro de 1927 em Vitória, no Espírito Santo. Ela estudou no Colégio Americano Batista, em Vitória e no Colégio Batista Brasileiro, no Rio de Janeiro. Embora pretendesse estudar medicina, Margarida sentiu o chamado missionário para trabalhar no interior do país depois de ouvir a missionária Beatriz Rodrigues da Silva falar sobre a necessidade de mestres na região do Tocantins. Em 1948, com 21 anos de idade, Margarida apresentou-se à Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira e seguiu para a região do rio Tocantins. Ela começou a trabalhar em Carolina, no Maranhão, onde desenvolveu o ensino religioso e alfabetização de adultos na pequena escola conhecida como "A Escola dos Pés Descalços", que mais tarde passou a se chamar "Margarida Lemos Gonçalves". Em 1951, Margarida foi transferida para</p>		

²³ Imagem de Margarida Lemos Gonçalves, disponível em: <https://zacamartins.files.wordpress.com/2010/12/margarida-lemos.jpg>. Acesso em 30 jan 2023.

Tocantinia, onde ao lado da missionária e professora Beatriz Rodrigues da Silva, iniciou o trabalho no Colégio Batista do Tocantins, onde se dedicou ao ensino, religioso e secular. Margarida foi professora e diretora do colégio durante 35 anos e instituiu o Curso Ginásial e o 2º Grau com os cursos Técnicos: Secretariado e Administração. Além de sua atuação no Colégio Batista, Margarida também realizou trabalho evangelístico na Primeira Igreja Batista de Tocantinia. Em 1987, ela foi para Santarém, no Pará, onde permaneceu por dois anos atuando na liderança da Primeira Igreja Batista de Santarém. Com a criação do estado do Tocantins, em 1988, Margarida foi convidada para atuar na educação em Palmas. Margarida faleceu em 2011, deixando um legado de dedicação à educação e evangelização. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Histórico

A escola teve sua inauguração marcada pela programação de aniversário da capital em 2015. Situada em um setor que carecia de uma unidade de ensino mais acessível para comunidade, a escola iniciou seus trabalhos em agosto do referido ano de sua inauguração. Com previsão de atendimento para cerca de 1.200 estudantes distribuídos em turmas do 1º ao 9º ano do ensino fundamental, a escola possui 9.772,50 m² em área planejadas sendo elas: 20 salas de aulas, 04 laboratórios, salas de músicas, artes, cultura, dança, coral, de artes marciais, auditório, enfermaria, sala de primeiros - socorros, consultório odontológico, biblioteca, ateliê de costura, sala administrativa, de arquivos históricos e instrumentos musicais, além de outras estruturas. A escola homenageia Margarida nos aspectos de sua vida pessoal e profissional. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Informações Complementares

E-mail: escmargaridalemos@semed.palmas.to.gov.br

Telefone: (63)3214-8462/3212-1407

Diretor: Samuel Marques Sousa

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em 10 jan 2023.

PALMAS. Projeto Político Pedagógico da Colégio Esportivo Militar do Corpo de Bombeiros (CEMIL) Professora Margarida Lemos Gonçalves. Palmas: Semed, 2022.

PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 10 jan 2023.

PREFEITURA DE PALMAS. Notícias. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/palmas-ganha-uma-nova-escola-de-tempo-integral/10239/>. Acesso em 10 jan 2023.

Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 10.01.2023
--	---------------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Autoria Própria

Quadro 22 - Escola na Região Sul - Lúcia Sales Pereira Ramos

<p>ESCOLA MUNICIPAL LÚCIA SALES PEREIRA RAMOS</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada do Google Maps</p>	<p>Não foi encontrado registro fotográfico da nomeada.</p>
--	--

Localização Endereço: Quadra T-22, LO 05, APM 37, Jardim Taquari, CEP: 77.063-242	Lei de Criação/Lei de Denominação 1924/12	Taxionomia Antropotopônimo
<p style="text-align: center;">Biografia</p> <p>A instituição recebe o nome de Lúcia Sales Pereira Ramos em homenagem a professora que trabalhava no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Recanto Infantil (localizado no bairro Aurenny III). Falecida no ano de 2012 no mês de agosto, ela prestou trabalhos a rede municipal de ensino de Palmas por cerca de 10 anos, sendo homenageada pelo reconhecimento do seu trabalho em prol da Educação no município de Palmas – TO. (PALMAS, 2012).</p> <p style="text-align: center;">Histórico</p> <p>No dia 20 de novembro de 2012, foi criada e denominada através da lei de número 1924 a Escola Municipal Lúcia Sales Pereira Ramos, localizada no Jardim Taquari. Inicialmente, a escola tinha previsão de atendimento escolar para 420 crianças nas idades de 05 a 07 anos. Com a intenção política de transformá-la em uma escola de tempo integral, a unidade foi entregue à comunidade do Taquari como uma escola padrão, devido às dificuldades enfrentadas na época com a queda do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Atualmente, a escola continua a atender como escola de ensino fundamental I, atendendo turmas de 1º a 3º ano e contando com cerca de 675 crianças. (PALMAS, 2012).</p>		
<p style="text-align: center;">Informações Complementares</p> <p style="text-align: center;">E-mail: escluciasales@semed.palmas.to.gov.br Telefone: (63)3015-7382 Diretora: Lígia Alves Borges</p>		
<p style="text-align: center;">Fonte</p> <p>CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/. Acesso em 31 jan 2023.</p> <p>PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 31 jan 2023.</p> <p>PREFEITURA DE PALMAS. Notícias escola Lucia Sales. disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/populacao-do-taquari-recebe-escola-municipal-lucia-sales-pereira-ramos/17307/. Acesso em 31 jan 2023.</p>		
Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 31.01.2023

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 23 - Escola na Região Sul - Santa Bárbara

<p style="text-align: center;">ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL SANTA BÁRBARA</p> <p style="text-align: center;">Fachada da Unidade</p>  <p style="text-align: center;">Foto retirada do Google Maps</p>	<p style="text-align: center;">Santa Bárbara</p> 
--	--

		Foto: Max Haack/Ag. Haack ²⁴
Localização Endereço: Rua 07, APM L, s/nº, 5ª Etapa, Setor Santa Bárbara, CEP: 77.060-322	Lei de Criação 1202/03 Lei de Denominação 1647-1587	Taxionomia Hagiotopônimo
Biografia/Histórico <p>O Setor Santa Bárbara nasceu de uma invasão de pessoas em situação de vulnerabilidade social, carentes por habitação e por pessoas oportunistas que se beneficiavam da especulação imobiliária. Em decorrência do crescimento acelerado do bairro, os benefícios foram se consolidando, dentre eles: o saneamento básico, energia, asfalto, educação, segurança e comércios. Devido ao aumento populacional foi necessário a intervenção dos governos municipais, estadual e federal no sentido de assegurar os direitos dos moradores. A falta de condições e a insegurança por morar em terreno irregular levaram a população do bairro a residir em barracos de lonas e construções mal-acabadas, sendo estas, inadequadas para habitação. Em virtude dessas necessidades houve a intervenção do poder público na aquisição de residências populares a centenas de moradores. O setor não possuía escola para atender a comunidade, e as crianças eram obrigadas a estudarem em escolas de setores vizinhos, gerando a superlotação nas salas de aula daquelas escolas. Outro problema advindo da falta de uma escola no setor era o perigo enfrentado pelas crianças ao atravessar avenidas e marginais para chegar ao destino escolar, e, diante da necessidade foi construída entre os anos 2001 e 2002 a Escola Municipal Santa Bárbara. Os moradores dessa comunidade tinham em geral baixo nível de escolaridade o que levou a escola implantar programas pedagógicos de correção de fluxo. Com a política educacional voltada a multidisciplinaridade em 2008 foi implantada nesta unidade escolar o projeto de escola semi-integral em que os alunos iam para casa fazer as refeições básicas e voltavam para a escola para estudar novas disciplinas do currículo escolar. Em 2010 a escola transformou-se em Escola de Tempo Integral Adaptada, atendendo ao novo projeto de escola do governo municipal da época, na qual, as crianças passaram a receber alimentação fornecida peça Unidade Educacional, não sendo mais necessário deslocar-se em período de aula, o que contribuiu de forma significativa com as mães que estavam inseridas no mercado de trabalho e não tinham com quem deixar seus filhos. A primeira diretora da unidade foi Jovina Alves Lacerda que permaneceu na direção por um ano, e em seguida foram Isabel Gonçalves Correa (eleição), Gislene Pires Camargo, Ademildo Kuhn, Adriano Silva de Moraes, Débora Gomes Reis Martins (eleição), Isabel Gonçalves Correa (nomeação), Zilmenes Santana Souza (nomeação), e Adriana Pereira do Nascimento Martins (atual gestora). A Escola Municipal de Tempo Integral Santa Bárbara situa-se à Rua 07, APM L, Bairro Setor Santa Bárbara, tem como entidade mantenedora a Secretaria Municipal da Educação nos termos da Legislação em vigor, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e é regida pelas Normas Internas Escolar. Oferta o ensino fundamental do 1º ao 5º ano, é reconhecida pela Resolução n.º 134/2003, Lei de Criação n.º 1.202 de 08 de julho de 2003, com CNPJ n.º 05.590.023.0001-17, código do INEP 17051398. A unidade escolar funciona em prédio próprio, foi inaugurada em 2002, sendo que, ao longo desses anos recebeu melhorias em sua estrutura física como ampliações e reformas. Conta com 76 (setenta e seis) funcionários, entre Professores, Técnicos Administrativos Educacional (TAE), Agentes Administrativos Educacional (AAE), vigias diurno e noturno, equipe administrativa e diretiva. Possui um terreno de 970 m² com mais de 80% da área construída. A unidade escolar conta com: 19 salas de aula, 01 Biblioteca, 01 Laboratório de informática, 01 Auditório, 01 Quadra poliesportiva, 02 Banheiros masculinos (Alunos), 02 Banheiros femininos (Alunos), 03 Banheiros Servidores, 01 Secretaria escolar, 01 Sala da direção, 01 Sala da supervisão e orientação, 01 Sala de recursos multifuncionais, 01 Sala de professores, 01 Cozinha com depósito e panela, 01 Panificação, 01 Refeitório, 01 Guarita, 01 Sala de descanso para os agentes, 01 Sala de figurino. Os espaços possuem iluminação, e condicionadores de ar nas seguintes salas: biblioteca, sala dos professores, auditório, sala de informática, sala de recursos, secretaria, sala da direção, sala da orientação/supervisão e todas as salas de aula. Além de climatizadas, as salas contam ainda com cortinas e ventiladores, evitando os transtornos causados pela incidência de raios solares, em determinada parte do dia. Os alunos desta unidade escolar são atendidos em período integral das 08h às 17h, com 604 (seiscentos e quatro) alunos do Ensino Fundamental I, do 1º ao 5º ano matriculados (dados de maio de 2022). Atualmente a escola possui capacidade para 620 alunos. A Unidade Escolar passou por reforma em 2014, passando a ter algumas melhorias nos setores: a secretaria escolar voltou a funcionar no prédio da escola e a sala dos professores, a biblioteca e a sala da supervisão e orientação além da reforma, receberam mobiliários novos trazendo mais conforto aos professores, alunos e servidores em geral. Na atual gestão, foi instalada na cozinha, coifa e exaustor, foi adquirida a máquina de lavar louça, três freezers,</p>		

²⁴ Foto Santa Barbara. Disponível em: <http://glo.bo/1SBHNT3> . Acesso em: 22 mar 2023.

dois refrigeradores, dois liquidificadores industrial, um forno industrial de 10 esteiras, uma amassadeira para 25kg, um armário de crescimento de massa de pão 20 esteiras. Foram adquiridos também um bebedouro e mais cadeiras com mesas para o refeitório. A escola também adquiriu equipamentos como DVD's, 02 datas show, 2 TVs de 43", 02 TVs de 50", 01 TVs de 55", Microsystems, esqueletos, globo-terrestres, caixa de som amplificada, máquinas fotográficas, microscópio e acervo para a biblioteca. Foi adquirido um novo reservatório de água e o jardim foi revitalizado. Ainda em 2021, foram realizadas diversas melhorias nas dependências do ambiente escolar, tais como reforma de salas, troca de portas e janelas e aparelhamento das salas de aula e dos administrativos, montagem da sala de panificação, além de troca do piso da biblioteca e mobiliários. Atualmente a UE encontra-se em processo de construção de um novo bloco, sendo 05 salas de aula, 02 banheiros coletivo para alunos e 01 passarela, ligando os blocos antigos ao novo bloco e a quadra, além de reforma integral da quadra poliesportiva e pintura da escola. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Informações Complementares

E-mail: escsantabarbara@semed.palmas.to.gov.br

Telefone: (63)3215-6098/3217-9023

Diretora: Adriana Pereira do Nascimento

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em 10 jan 2023.


PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 10 jan 2023.

PALMAS. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Tempo Integral Santa Bárbara. Palmas: Semed, 2022.

Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 10.01.2023
--	---------------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 24 - CMEI na Região Sul - Irmã Maria Custódia de Jesus

<p>CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL IRMÃ MARIA CUSTÓDIA DE JESUS</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada do Google Maps</p>		<p>Maria Custódia de Jesus</p>  <p>Fonte: Arquivo escola (PPP, 2022)</p>
<p>Localização End.: Rua Belém, APM 03, Aureny II</p>	<p>Lei de Criação 1559/08 Lei de Denominação 1482/07</p>	<p>Taxionomia Hierotopônimo/ Antropotopônimo</p>

<p style="text-align: center;">Biografia</p> <p>A instituição foi nomeada com a alcunha de Irmã Maria Custódia de Jesus, personagem a qual prestou relevantes serviços sociais e religiosos, sendo também uma das articuladoras do movimento de instalação do CMEI na comunidade. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p> <p style="text-align: center;">Histórico</p> <p>O CMEI foi inaugurado no dia 04 de setembro de 2007 atendendo as reivindicações da comunidade local, construído na gestão do Prefeito Municipal Raul de Jesus Lustosa Filho sob a lei nº 1482/07, exigidas durante plenária do orçamento participativo, beneficiando às crianças que necessitavam de atendimento escolar, atendendo também aos anseios das famílias que não tinham onde deixar as crianças e na formação integral do caráter educativo-pedagógico, oportunizando o processo de ensino e aprendizagem articulado nos termos do respeito, valores, cultura, e costumes. No ano de sua inauguração atendeu 238 crianças, e atualmente, conta com 380 crianças matriculadas. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p>		
<p style="text-align: center;">Informações Complementares</p> <p style="text-align: center;">Telefone: (63)3218-5595</p> <p style="text-align: center;">E-mail: cmeiirmamariacustodia@semed.palmas.to.gov.br</p> <p style="text-align: center;">Diretora: Evercina Barbosa Cirqueira</p>		
<p style="text-align: center;">Fonte</p> <p>CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/. Acesso em 16 jan 2023.</p> <p>PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 16 jan 2023.</p> <p>PALMAS. Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal De Educação Infantil Irmã Maria Custódia de Jesus. Palmas: Semed, 2022.</p>		
<p style="text-align: center;">Pesquisadora</p> <p style="text-align: center;">Naelana Pereira</p>	<p style="text-align: center;">Revisora</p> <p style="text-align: center;">Karylleila Andrade</p>	<p style="text-align: center;">Data da Coleta</p> <p style="text-align: center;">16.01.2023</p>

Fonte: Autoria Própria (2022)


Quadro 25 - Escola na Região Sul - Sávia Fernandes Jácome

<p style="text-align: center;">ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SÁVIA FERNANDES JÁCOME</p> <p style="text-align: center;">Fachada da Unidade</p>  <p style="text-align: center;">Foto retirada do Google Maps</p>		<p style="text-align: center;">Sávia Fernandes Jácome</p>  <p style="text-align: center;">Fonte: Arquivo escola (PPP, 2022)</p>
<p style="text-align: center;">Localização</p> <p>Endereço: Rua NC 06, APM-J, Setor Bela Vista, CEP: 77.064-712</p>	<p style="text-align: center;">Lei de Denominação</p> <p style="text-align: center;">1748/10</p>	<p style="text-align: center;">Taxionomia</p> <p style="text-align: center;">Axiotopônimo/ Antropotopônimo</p>

<p style="text-align: center;">Biografia</p> <p>Savia Fernandes Jácome é filha de Eva Fernandes Jácome e Renato Souza Jácome, nasceu no dia 11 de fevereiro de 1974 na cidade de Porto Nacional-TO. Concluiu o Ensino Médio em Porto Nacional. Mudou-se para Palmas em 1991. Em janeiro de 2010, assumiu na secretária Estadual de Educação função de Assessora de currículo. Casou-se e era mãe de dois filhos. Faleceu na cidade de Goiânia no dia 27 de abril de 2010 provocado por um aneurisma fulminante. Daí então, terminou sua curta carreira profissional e uma existência inexplicavelmente efêmera. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p> <p style="text-align: center;">Histórico</p> <p>A Prefeitura de Palmas, por meio da Secretaria Municipal da Educação, entregou à comunidade do Setor Bala Vista em 28 de dezembro de 2012 a obra totalmente equipada e custeada com recursos do Município que previa o atendimento a educandos do Ensino Fundamental. No espaço de educação, cultura e lazer é ofertado o ensino para alunos de 9 a 15 anos, dentro de uma concepção pedagógica progressista, cujo foco central é a formação do estudante e o cuidado com seu desenvolvimento integrado à família e à sociedade. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p>		
<p style="text-align: center;">Informações Complementares</p> <p style="text-align: center;">E-mail: escsaviafernandes@semed.palmas.to.gov.br Telefone: (63)3571-2355/3225-0645 Diretora: Télia Batista Cavalcante</p>		
<p style="text-align: center;">Fonte</p> <p>CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/. Acesso em 16 jan 2023.</p> <p>PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 16 jan 2023.</p> <p>PALMAS. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Professora Sávila Fernandes Jácome. Palmas: Semed, 2022.</p>		
<p style="text-align: center;">Pesquisadora Naelana Pereira</p>	<p style="text-align: center;">Revisora Karylleila Andrade</p>	<p style="text-align: center;">Data da Coleta 16.01.2023</p>

Fonte: Autoria Própria (2022)



Quadro 26 - Escola na Região Sul - Benedita Galvão

<p style="text-align: center;">ESCOLA MUNICIPAL BENEDITA GALVÃO</p> <p style="text-align: center;">Fachada da Unidade</p>  <p style="text-align: center;">Foto retirada do Google Maps</p>			<p>A escola não concedeu nenhum registro fotográfico da nomeada e nada foi encontrado nos arquivos públicos digitais.</p>
<p style="text-align: center;">Localização Endereço: Rua NC 12, Quadra 41, Lote 11, Setor Bela Vista</p>	<p style="text-align: center;">Lei de Criação/Lei de Denominação 239/92</p>	<p style="text-align: center;">Taxionomia Antropotopônimo</p>	

<p align="center">Biografia/Histórico²⁵</p> <p>A escola recebe a nomenclatura em 10 de agosto de 1992 sob a lei Nº 239/92 da qual aprova e sanciona em seu Art. 1º a criação da instituição que já estava em funcionamento com a denominação de Escola Municipal Benedita Galvão localizada em Taquaralto; ação ocorrida no 3º ano de Palmas e 4º ano do Estado do Tocantins. (CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS, 2003).</p>		
<p align="center">Informações Complementares</p> <p align="center">E-mail: escbeneditagalvao@semed.palmas.to.gov.br Telefone: (63)3218-5369/3572-1163 Diretora: Débora Gomes dos Reis Martins</p>		
<p align="center">Fonte</p> <p>CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: https://legislativo.palmas.to.gov.br/. Acesso em 31 jan 2023.</p> <p>PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 31 jan 2023.</p>		
<p align="center">Pesquisadora Naelana Pereira</p>	<p align="center">Revisora Karylleila Andrade</p>	<p align="center">Data da Coleta 31.01.2023</p>

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 27 - Escola na Região Sul - Caroline Campelo Cruz da Silva

<p align="center">ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL CAROLINE CAMPELO CRUZ DA SILVA</p> <p align="center">Fachada da Unidade</p>  <p align="center">Foto retirada do Google Maps</p>		<p align="center">Quadro no hall de entrada da escola²⁶</p>  <p align="center">Fonte: Autora, 2022</p>
<p align="center">Localização</p> <p>Endereço: Rua SF 11, APM 07, Setor Santa Fé II, CEP: 77.064-140</p>	<p align="center">Lei de Criação/Lei de Denominação</p> <p align="center">1750/10</p>	<p align="center">Taxionomia</p> <p align="center">Antropotopônimo</p>

²⁵ Não nos foi concedido acesso ao histórico da instituição até a finalização desta pesquisa mesmo com autorizações de acesso emitida pela SEMED e inúmeras tentativas de contatos presencial e digital.

²⁶ As fotos acima destinadas a Mulher Homenageada foram tiradas do Hall da unidade escolar, tais imagens é uma obra artísticas de um autor que retratou as fases da vida de Caroline desde a infância até a sua futura formação. Infelizmente não souberem informar e não consta no documento fornecido o nome do artista. Porém, segundo relatos informais de uma funcionária da secretária da unidade – foi um artista plástico que fez a obra e doou para a escola. Não há registros de fotografia de Caroline Campelo na unidade.

Biografia

Recebendo o nome de Caroline Campelo em homenagem a filha do vereador Lúcio Campelo, vítima de um trágico acidente enquanto se descolava para a universidade em que estuda em Goiânia, a Escola trouxe para a região Sul, o ensino integral, mostrando-se uma alternativa muito eficiente. Essa modalidade de ensino também proporciona aos alunos mais tempo para o lazer, a cultura e a prática de exercícios físicos. Visando melhor desenvolver os trabalhos educacionais na ETICC, o município de Palmas, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação-SEMED, firmou, em conjunto com a Associação dos Amigos do Batalhão Tocantins -AABTO, Acordo de Cooperação Técnica, atribuindo, desta forma, aos militares R1/R2 do Exército Brasileiro a nobre missão de Coordenação Geral Disciplinar, passando, desta maneira, a assumir a nomenclatura de Escola de Tempo Integral Duque de Caxias Caroline Campelo -ETIDCCC, em homenagem ao patrono do Exército. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Histórico

Inaugurada em 25 de fevereiro de 2011, a Escola de Tempo Integral Duque de Caxias Caroline Campelo, localizada na rua SF11 APM 07, s/n - Setor Santa Fé 2 - Taquaralto, Palmas-TO, tornou-se instrumento indispensável para o desenvolvimento do aluno como um todo. Compreendendo aspectos físicos, intelectuais, sociais e psicológicos. Construída com um investimento de mais de R\$ 9 milhões, a ETI Caroline Campelo atendeu, inicialmente, 1.300 alunos. Atualmente encontram-se matriculados na Unidade Escolar 1074 alunos, do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. O início das aulas em 2011, superou as expectativas de aprendizagem. A estrutura contando com 29 salas de aula, espaço para artes, laboratórios de ciências, línguas e informática. Além de auditório, biblioteca, enfermaria, O bloco esportivo, que conta com piscinas semiolímpica e infantil, quadra poliesportiva coberta, dotada de vestiários para atletas, quadra de tênis e espaço para tênis de mesa, além de um campo para futebol Society e pista de atletismo, proporcionando uma variedade de ensino para todos os alunos. Salas de aula climatizadas proporcionando conforto, bem-estar, melhorando o desempenho escola e tornando o momento de estudo mais prazeroso. A merenda escolar oferecida na escola é importante ao desenvolvimento psicofísico do aluno, auxiliando-o em todos os aspectos: físico motor, intelectual, afetivo emocional, econômico e social. Esses aspectos de bem-estar contribuem para que o aluno tenha condições satisfatórias para aprender. A reforma de escola foi um processo importante para o bem-estar dos alunos, professores e demais profissionais. Além disso, contribuiu para facilitar o aprendizado, a socialização e a formação cultural, dos estudantes. Plano de ação para retomada das atividades escolares devido à pandemia, a equipe da ETI DC Caroline Campelo produziu centenas de máscaras de proteção, que foram distribuídas gratuitamente para os alunos. À Parceria da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e o 22º Batalhão de Infantaria, através da Associação de Amigos do Batalhão Tocantins (AABTO), iniciou em 27 de outubro de 2017. Desde então, vem contribuindo na formação de crianças e adolescentes, por meio de atividades cívicas, musicais, esportivas, e medidas de organização e controle. Colaborando com a construção do Currículo da Unidade Escolar para atender à proposta pedagógica diferenciada, em consonância com o currículo básico, base nacional comum e matérias diversificadas. A valorização do Aluno é feita de forma a incentivar o empoderamento dele, tornando-o inteiramente capaz de comandar uma fração de alunos, falar em público, com o objetivo de prepará-lo para se tornar destaque em qualquer meio social que conviver. Com isso a Equipe da Parceria Militar realizou o 1º Curso de Formação de Fiscais na ETI DC Caroline Campelo. A Escola de Tempo Integral Duque de Caxias Caroline Campelo vem se destacando no esporte, como supracitado, a estudante Maria Eduarda Pereira de Paulo conseguiu o índice técnico nos JETS 2022 e se classificou para os jogos da Juventude que aconteceu em Aracaju (SE). A equipe de Atletismo deu show na etapa estadual do JETS E OS atletas conquistaram 2 medalhas de ouro e 1 de prata. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Informações Complementares

E-mail: esccarolinecampelo@semed.palmas.to.gov.br

Telefone: (63)3014-1128

Diretor: José Ribamar Farias

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em 28 dez 2022.



PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 16 jan 2023.

PALMAS. Projeto Político Pedagógico da Escola de Tempo Integral Duque de Caxias Caroline Campelo. Palmas: Semed, 2022.

Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 28.12.2022
--	---------------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 28 - Escola na Região Sul - Maria Rosa de Castro Sales

<p>ESCOLA MUNICIPAL MARIA ROSA DE CASTRO SALES</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada do Google Maps</p>		<p>Maria Rosa de Castro Sales</p>  <p>Fonte: Google imagens²⁷</p>
<p>Localização</p> <p>Endereço: Av. Copacabana, s/nº, Setor Morada do Sol, Taquaralto, CEP: 77.066-012</p>	<p>Lei de Denominação</p> <p>1157/02</p>	<p>Taxionomia</p> <p>Antropotopônimo</p>
<p>Biografia</p> <p>Segundo uma notícia no site da Prefeitura publicada em abril de 2022 a escola foi criada com a finalidade de atendimento da população que naquela época não usufruía de unidade escolar na região e com a criação da escola esta demanda seria sanada e ainda homenagearia a primeira secretária da educação da Capital e primeira-dama a Senhora Maria Rosa de Castro Sales. Informações recolhidas de sites e arquivos públicos dão conta que Maria Rosa de Castro Sales é uma figura importante na história de Palmas, Tocantins. Ela foi a primeira-dama da capital, além de ser a primeira secretária da educação da cidade. Nascida em uma família humilde na cidade de Porto Nacional, Maria Rosa sempre teve uma forte conexão com a educação. Depois de se formar em pedagogia, ela começou a trabalhar como professora e logo se destacou por sua paixão pelo ensino e pelo compromisso com a formação de seus alunos. Com o tempo, sua carreira na área da educação a levou a cargos de liderança, culminando em sua nomeação como primeira secretária de educação de Palmas. Durante seu mandato, ela implementou políticas inovadoras e eficazes que melhoraram significativamente a qualidade da educação na cidade. Além de suas contribuições para a educação, Maria Rosa também se destacou como primeira-dama de Palmas, onde trabalhou em projetos sociais e de caridade para ajudar as pessoas mais necessitadas da cidade. Apesar de todos os desafios que enfrentou ao longo de sua carreira, Maria Rosa sempre se manteve fiel aos seus valores e dedicada à sua comunidade. Sua paixão pela educação e seu compromisso com o bem-estar dos cidadãos de Palmas a tornaram uma figura respeitada e admirada em todo o estado. Faleceu em maio de 2022 aos 61 anos de idade vítima de um câncer mama, deixou 10 filhos e o esposo Fenelon Barbosa. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p> <p>Histórico</p> <p>De acordo com a lei Nº 1157 publicada no ano de 2002 no dia 18 de setembro, a Prefeitura de Palmas por meio da Advocacia Geral do Município através da Câmara Municipal de Palmas aprovou e sancionou no seu Art.1º a denominação da Escola Municipal Maria Rosa de Castro Sales enquanto unidade municipal de ensino 1º grau situada no setor Maria Rosa. Atualmente a escola atende 1.100 estudantes nas turmas de 1º a 9º ano</p>		

²⁷ Imagem de Maria Rosa de Castro Sales, disponível em: <https://www.ocoletivo.com.br/images/noticia/A5c82791e34111.png>. Acesso em 18 jan 2023.

do ensino fundamental. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Informações Complementares

E-mail: escmariarosa@semed.palmas.to.gov.br

Telefone: (63)3218-5495

Diretor: Fernando Osório Pereira

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em 18 jan 2023.

PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 18 jan 2023.

PALMAS. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Maria Rosa de Castro Sales. Palmas: Semed, 2022

PREFEITURA DE PALMAS. Notícias. Disponível em: <https://www.palmas.to.gov.br/portal/noticias/escola-municipal-maria-rosa-amplia-atendimento-com-a-oferta-de-mais-de-300-novas-vagas/30933/>. Acesso em 18 jan 2023.

Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 18.01.2023
--	---------------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 29 - CMEI na Região Sul - Ana Luíza de Araújo Napunuceno

<p>CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ANA LUÍZA DE ARAÚJO NAPUNUCENO</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada de documento institucional</p>		<p>Ana Luíza de Araújo Napunuceno</p>  <p>Fonte: Arquivo escola (PPP, 2022)</p>
<p>Localização Endereço: Rua 04, APM 07, Taquaruçu</p>	<p>Lei de Criação/Lei de Denominação 1.470</p>	<p>Taxionomia Antropotopônimo</p>
<p>Biografia</p> <p>A escolha do nome do CMEI Ana Luiza de Araújo Napunuceno foi uma homenagem prestada a essa criança que nasceu no dia 24 de março de 2002, aos quatro meses foi diagnosticada com paralisia cerebral e faleceu no dia 15 de novembro de 2013. Ela era estudante da Escola Municipal Crispim Pereira Alencar, onde interagiu com as crianças e ensinava como conviver com as diferenças. Sua história foi marcada por luta pela vida, o que comoveu e mobilizou toda a comunidade de Taquaruçu. O nome do CMEI foi aprovado por força da Lei nº 2.109, de 24 de fevereiro de 2015, de autoria do Vereador Marilon Barbosa Castro, aprovada de forma</p>		

unânime pelos vereadores e promulgada pelo então presidente da Câmara Municipal de Palmas. Rogério de Freitas Leda Barros. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Histórico

O Centro Municipal de Educação Infantil Ana Luiza de Araújo Napunuceno, teve sua origem após o CMEI Cantinho Feliz, em Taquaruçu, não conseguir mais atender a grande demanda de crianças a espera de uma vaga, o que levou as famílias a buscarem as autoridades locais no intuito de solucionar esse problema. A Secretaria Municipal de Educação elaborou o projeto arquitetônico e, no dia 31 de março de 2015 foi assinada a ordem de serviço para a construção da obra. As atividades administrativas iniciaram-se no dia 23 de março de 2016, junto à Secretaria Municipal da Educação/Diretoria Municipal de Educação Infantil, com a nomeação da primeira Diretora, Denise Costa Cardoso, conforme o Ato Nº 355-DSG, e da primeira Secretária Marcelia Barros Maracaipe, conforme o Ato N.º 356-DSG. Ambos do dia 23 de março de 2016, publicados no Diário Oficial do Município de Palmas nº 1.470, no dia 28 de março de 2016. O CMEI foi inscrito no dia 05 de abril de 2016, no CNPJ 24.578.154/0001-23. No dia 31 de maio de 2016, no período vespertino, o CMEI Ana Luiza foi entregue à comunidade de Taquaruçu pelo então Prefeito Carlos Franco Amastha, pelo Secretário da Educação Municipal Danilo de Sousa Melo e pela Diretora Municipal da Educação Infantil Judite Elizabet de Freitas Dall'Agnol. Foram investidos nessa construção R\$ 1.429.545,29 proveniente do Tesouro Municipal. E somente em mês de agosto de 2016, iniciou-se o atendimento com as crianças. Mais um marco na história da Educação Infantil em Palmas/TO. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Informações Complementares

Telefone: (63)3554-1175
E-mail: cmeinaluiza@semed.palmas.to.gov.br
Diretora: Leia Rezende Peris

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em 18 jan 2023..
PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 18 jan 2023.
PALMAS. Projeto Político Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Ana Luíza de Araújo Napunuceno. Palmas: Semed, 2022.

Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 18.01.2023
--	---------------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Autoria Própria (2022)

Quadro 30 - Escola do Campo - Sueli Pereira de Almeida Reche

<p>ESCOLA MUNICIPAL DE TEMPO INTEGRAL PROFESSORA SUELI PEREIRA DE ALMEIDA RECHE</p> <p>Fachada da Unidade</p>  <p>Foto retirada do Google Maps</p>	<p>A escola não possui nenhum registro fotográfico da nomeada e nada foi encontrado nos registros públicos.</p>
--	---

<p>Localização Endereço: TO 030, Km 25,5 (estrada para Buritirana)</p>	<p>Lei de Criação 604/96 Lei de Denominação 1485/92</p>	<p>Taxionomia Axiotopônimo/ Antropotopônimo</p>
<p style="text-align: center;">Biografia</p> <p>Em junho de 2001, a Senhora Sueli Pereira de Almeida Reche assumiu o cargo de Diretora. Em sua gestão a "Escolinha da Serra", como era carinhosamente chamada, cresceu. Ganhou Quadra de Esportes, a Biblioteca Taturubá, Sala de Recursos Multifuncionais, poço artesiano e o Espaço de Recreação. Passou a atender da Educação Infantil à 8ª série, hoje 9º ano do Ensino Fundamental. Deu início à construção do Projeto Político Pedagógico (PPP). Com seu falecimento, a comunidade se mobilizou e pediu a alteração da nomenclatura Boa Esperança para Sueli Reche, em reconhecimento ao seu trabalho e dedicação à educação. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).</p> <p style="text-align: center;">Histórico</p> <p>A Escola Municipal Boa Esperança, nome anterior a atual nomenclatura, foi criada no dia 09 de fevereiro de 1989, pela Prefeitura de Porto Nacional durante a gestão do prefeito Vicente Aires de Oliveira, quando o Distrito de Taquaruçu¹ do Porto era distrito daquele município. Naquela época, o proprietário da fazenda Boa Esperança, o senhor Eduardo Pereira Leite reuniu-se com outros vizinhos e foi à prefeitura do então município solicitar uma escola mais próxima de suas casas para que seus filhos pudessem estudar. O pedido foi aceito e o senhor Eduardo cedeu uma parte de suas terras para que a escola pudesse ser instalada. Inicialmente, os próprios moradores construíram uma escola com estrutura de palha que funcionou assim, até que o então distrito de Taquaruçu do Porto passou a pertencer a Palmas em 1990. Em 1991, durante a gestão do primeiro prefeito de Palmas, Fenelon Barbosa Sales (que era o prefeito de Taquaruçu), a escola foi reconstruída com duas salas de aula, uma cantina, uma secretaria, um depósito e duas casas para servir como alojamento aos funcionários. Sendo a documentação da Escola controlada diretamente pela Secretária Municipal de Educação. Existiam, ainda, outras unidades escolares na zona rural com o mesmo porte e com relativa proximidade com esta, funcionando nas propriedades de fazendas de pessoas que cediam uma determinada área para a viabilização da estrutura escolar, construídas pela comunidade local para seus filhos. Eram elas as escolas Escola Municipal Água Rica e Escola Municipal Altina Parente, que funcionavam na fazenda Piabanha; Escola Municipal Vida e Luz, no Assentamento Entre Rios; Escola Municipal Irma Celina, na fazenda Ponta da Serra, Escola Municipal Todos os Santos, na fazenda de mesmo nome. Escola Municipal Santa Terezinha, na fazenda de mesmo nome, e Escola Estadual São Silvestre, na fazenda Mourão. Os diretores dessas escolas exerciam concomitantemente as funções de professor, merendeiro e auxiliar de serviços. Em 1995, a Secretaria Municipal de Educação reuniu-se com os pais dos alunos e proprietários das terras onde essas escolas funcionavam e propôs a desativação das mesmas e o encaminhamento dos alunos para uma única escola. Sendo a tal proposta justificada pelo baixo número de alunos atendidos por cada escola, pela distância que havia entre as mesmas, e pelo deslocamento de funcionários entre outros impedimentos que dificultavam o bom atendimento destas escolas separadamente. Sendo assim, as escolas foram desativadas e os alunos encaminhados para a Escola Municipal Boa Esperança. Nos anos de 1995, 1996 e 1997, a Escola contou com seis diretores: a senhora Solange, o senhor Sebastião, o senhor Aroldo, a senhora Francileuda, a senhora Sueliane e o senhor José Wilian. Em 1999, de acordo com um funcionário da época, a Secretaria Municipal de Educação desativou a escola e encaminhou os alunos para Taquaruçu e para Palmas, alegando que a mesma estava dando muita despesa e os alunos estavam apresentando baixos níveis de aprendizagem. Outros funcionários afirmaram que a escola ficou fechada para que pudesse ser feita uma reforma. No final do ano de 1999, foram realizadas duas reuniões entre a Secretaria Municipal de Educação e os pais para decidirem sobre o futuro da escola e dos alunos. Ao final, decidiram reativar a escola, que voltou a funcionar em 2000, sob a direção de Marilda Rodrigues da Silva e Sousa. Em 2007, assume a Direção o professor Irapuan Ferreira da Silva aprovado na seleção para o cargo e eleito pela comunidade no ano anterior. Em sua gestão a escola passa a funcionar em regime de Tempo Integral. Houve avanços com a construção do Projeto Político Pedagógico já na perspectiva inclusiva, com a visão de que o processo educacional se dá a partir do momento em que se reconhece as diferenças entre nossos pares e as usamos como princípio de aprendizagem e construção da igualdade de direitos. Em 2009, o professor Fernando da Silva Pereira assumiu a direção da Escola, também pelo processo de seleção e eleição. Em 2010, a professora Lucy Cameiro permaneceu de janeiro a março, em 10 de março de 2010 a professora Maria das Dores Caldas Melo foi nomeada para o cargo de Direção, sendo, em 2011, aprovada no processo seletivo e eleita para o referido cargo, permanecendo na função até janeiro de 2019. Em 15 de fevereiro de 2019 o professor Victor Fonseca foi nomeado como gestor, permanecendo no cargo até o presente momento. Durante o período vem fortalecendo o modelo de gestão democrática e a agroecologia na escola. Nos dias atuais, (2022), a ETI Sueli Pereira de Almeida Reche conta com doze salas de aula climatizadas, uma sala dos professores, uma sala de recursos multifuncionais, dois banheiros</p>		

adaptados, uma cozinha com refeitório, uma quadra coberta e acessibilidade dos espaços. Atende nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Especial (1º ao 9º ano). em regime de Tempo Integral, com um total de 181 alunos matriculados. Vale ressaltar que a Escola foi reconhecida pela Lei de Criação nº 604 de 08/11/1996, Lei de Autorização de funcionamento (Resolução do CME- PALMAS-TO) Nº 13 DE 22/08/2016 e Lei de denominação nº 1485 de 11/07/2007 Situa-se à rodovia TO 030, km 22,5 entre Taquaruçu e Buritirana. (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2022).

Informações Complementares

E-mail: escsuelireche@semed.palmas.to.gov.br

Telefone: (63)3224-4662

Diretor: Victor Alex Lima Fonseca

Fonte

CAMARA MUNICIPAL DE PALMAS. Leis Municipais. Disponível em: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>. Acesso em 18 jan 2023..

PALMAS. Relação das Unidades Educacionais, 2022. Disponível em: https://www.palmas.to.gov.br/media/orgao/documentos/Rela%C3%A7%C3%A3o_Cmeis_e_Escolas_de_Palmas_nWggAse.pdf. Acesso em 18 jan 2023.

PALMAS. Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal de Tempo Integral Professora Sueli Pereira de Almeida Reche. Palmas: Semed, 2022.

Pesquisadora Naelana Pereira	Revisora Karylleila Andrade	Data da Coleta 18.01.2023
--	---------------------------------------	-------------------------------------

Fonte: Autoria Própria (2022)

O propósito inicial das fichas teve como objetivo investigar como foi o processo de escolha e motivação para as designações dos nomes de mulheres das escolas e CMEI da rede municipal pública da cidade de Palmas, a fim de tornar mais acessível à comunidade a história das mulheres. Foi possível observar que os nomes das unidades educacionais tiveram influência na cultura local e nacional, tanto direta quanto indiretamente. Com isso, buscou-se evitar a propagação de informações errôneas e a falta de conhecimento sobre as contribuições dessas mulheres, mesmo que algumas escolas não fornecessem e/ou não obtivessem alguns dados essenciais da mulher nomeada.

5.3.1 Observações sobre as fichas lexicográficas-toponímicas e perfil toponímico

No nosso estudo, analisamos um conjunto de 80 unidades educacionais e encontramos 21 topônimos que têm um caráter feminino. Contudo, eles não se encaixaram na categoria de antrotopônimos conforme havíamos hipotetizado. Na verdade, a maioria foi classificada como antropotopônimos. É importante destacar que os termos "antrotopônimos" e "antropotopônimos" são usados para denominar pessoas e lugares, respectivamente.

Antropônimos são nomes próprios de indivíduos, ou seja, são usados para identificar uma pessoa específica. Por outro lado, antropotopônimos são nomes de lugares que fazem referência a pessoas. Esses nomes podem ser compostos pelo nome de uma pessoa e um termo

geográfico. Em síntese, a diferença fundamental entre antropônimos e antropotopônimos é que o primeiro se refere ao nome próprio de uma pessoa, enquanto o segundo se refere a um nome de lugar que faz referência a uma pessoa.

Em relação à nossa pesquisa, a maioria dos topônimos que identificamos se encaixou na categoria de antropotopônimos, ou seja, são nomes de lugares que fazem referência a pessoas. Embora alguns deles tenham começado com um título, como axiotopônimo, hierotopônimo e hagiopônimo, o traço comum em nosso trabalho é a presença de antropotopônimos.

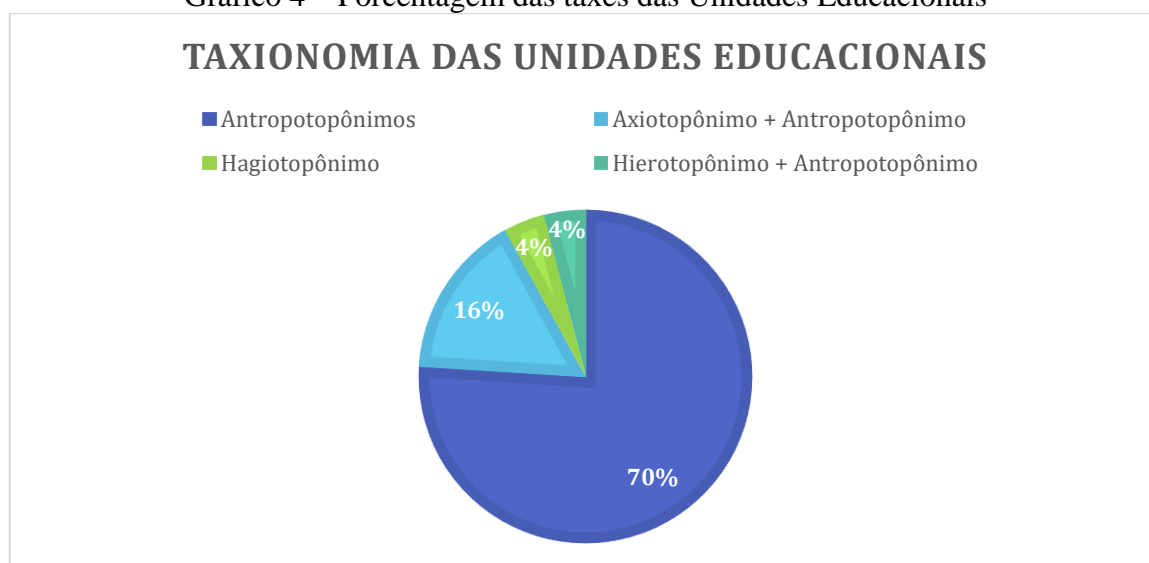
Os dados apresentados indicam que foram identificados 20 antropotopônimos em um conjunto de unidades educacionais. Dentre esses antropotopônimos, há 4 unidades escolares que foram classificadas como axiotopônimos, ou seja, elas levam o nome de uma professora. Essas unidades educacionais, portanto, podem ser consideradas antropotopônimos, já que fazem referência a uma pessoa.

Além disso, há um centro municipal caracterizado como Hierotopônimo, ou seja, que leva o nome de uma irmã. Nesse caso, também se trata de um antropotopônimo, pois o nome do centro faz referência a uma pessoa.

Por fim, há uma escola cujo nome classifica como hagiopônimo, ou seja, faz referência a uma santa. Embora o nome dessa escola não seja um antropotopônimo, ele se encaixa na categoria de topônimo religioso, que é uma outra classificação utilizada na toponímia.

De modo a qualificar essas informações, apresentaremos esses dados em uma representação gráfica a seguir:

Gráfico 4 – Porcentagem das taxes das Unidades Educacionais



Fonte: Autoria Própria (2022)

Ao observar o gráfico, foi identificado que 70% dos topônimos utilizados correspondem a antropotopônimos, ou seja, nomes de pessoas. Esses nomes foram encontrados em um total de 20 unidades educacionais. Além disso, os axiotopônimos, que são topônimos baseados em características ou atributos, representam 16% do total, correspondendo a 4 escolas que receberam nomes de professoras. Já os hierotopônimos, que refletem títulos religiosos como "irmã", equivalem a 4% dos topônimos identificados. Finalmente, o hagiopônimo, que representa nomes de santos, também corresponde a 4% dos topônimos, simbolizando a referência a títulos de "santa".

Esses dados demonstram a diversidade de tipos de topônimos presentes nas unidades educacionais analisadas, desde nomes de professores até referências religiosas. A análise dos topônimos fornece esclarecimentos interessantes sobre a história e a cultura de uma determinada região, além de auxiliar na compreensão da relação entre nomes de lugares e pessoas.

Outro fator preponderante na análise das fichas é que os antropotopônimos estão mais presentes em uma região da cidade, mas presente em todo entorno da cidade, percebe-se pela divisão realizada:

- Região Norte – com duas escolas sendo elas: Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva e Escola Municipal de Tempo Integral Cora Coralina;
- Região Central – com quatro unidades que são: Escola Municipal Anne Frank, Escola Municipal de Tempo Integral Olga Benário, o Centro Municipal de Educação Infantil Romilda Budke Guarda e a Escola Municipal Francisca Brandão Ramalho;
- Região Sul – aglomerando a maior concentração de antropotopônimos com nove instituições: Centro Municipal de Educação Infantil Ana Luíza de Araújo Nepunuceno, Escola Municipal De Tempo Integral Caroline Campelo Cruz Da Silva, Escola Municipal Maria Rosa de Castro Sales, Escola Municipal Lúcia Sales Pereira Ramos, Escola Municipal Benedita Galvão, Centro Municipal de Educação Infantil Ana Luísa Rodrigues Valdevino, Escola Municipal Maria Verônica Alves de Sousa, Escola Municipal de Tempo Integral Eurídice Ferreira de Mello, Escola Municipal Maria Júlia Amorim Soares Rodrigues.

Dentro desta ótica, as escolas caracterizadas pelas taxionomias axiotopônimo, hagiopônimo, hierotopônimo também estão localizadas na região sul.

Neste contexto chama-se atenção para a relevância que é dada para as instituições que se localizam na região sul. É fato que na totalidade das unidades educacionais presente no município (80 repartições educacionais) se tem 36 escolas alocadas nesta região. No qual 15 delas fizeram parte do núcleo de análise deste trabalho e passaram pela classificação de incidências do modelo taxionômico. O que torna evidente o encargo sociocultural que todas elas empregam para o perfil toponímico da cidade, haja visto que nesta região há um número populacional expressivo onde o atendimento educacional é reivindicado.

Assim sendo, pode-se inferir, a partir das fichas-lexicográficas, um perfil toponímico das nomenclaturas das escolas e dos centros municipais de educação cuja características geográficas influenciam na cultura nominativa do município.

Constatamos também que os nomes de todas as escolas examinadas foram estabelecidos pelo poder político através de leis. Por esse ângulo, é observável que as designações repetidamente ocorrem de forma autoritária, ou seja, as lideranças políticas detêm o poder de nomear, sendo que em casos específicos existe uma construção para as homenagens, mas em grande maioria elas ocorrem por interesses políticos.

Deste modo, predispondo a fomentar um perfil toponímico dos nomes das escolas no município de Palmas compete-se a dizer que as fichas-lexicográficas proporcionaram informações valiosas sobre a história e a cultura da região, bem como sobre a evolução das nomeações no sistema educacional local.

Em um enquadramento mais amplo, podemos considerar que o perfil toponímico no escopo de 21 unidades educacionais com nomes femininos que homenageiam líderes comunitárias, uma santa, uma irmã e parentesco/homenagens políticas e históricas, pode caracterizar elementos relevantes como:

- Identidade local: Os nomes femininos homenageiam líderes comunitárias, o que sugere que essas unidades educacionais estão inseridas em comunidades que valorizam e reconhecem a importância do papel das mulheres na liderança local.
- Elementos religiosos: A presença de uma santa e de uma irmã no conjunto de nomes sugere que a religiosidade tem um papel importante na vida das comunidades locais. Além disso, a escolha de homenagear uma ‘santa’ e uma ‘irmã’ pode ser uma forma de reforçar valores como caridade, solidariedade e cuidado com o próximo.
- Valorização de familiares políticos: A escolha de homenagear parentes políticos pode sugerir que essas unidades educacionais estão inseridas em comunidades que estão involuntariamente motivadas a tentar institucionalizar os nomes de seus

parentes políticos. Certamente, há outras pessoas que desempenharam papéis ainda mais importantes do que aquelas que receberam homenagens, mas as que foram homenageados eram parentes do legislador.

- Reconhecimento de mulheres históricas: A homenagem a mulheres com relevância nacional no conjunto de nomes sugere que em dado momento da história do município valorizou-se e reconheceu a importância do papel dessas mulheres na história geral do Brasil.

Em resumo, o perfil toponímico dessas unidades educacionais sugere que o município valoriza a “participação das mulheres” e reconhecem a sua estima na construção do desenvolvimento local. Porém, ficou perceptível o movimento político que as nomeações dessas repartições educacionais recebem. Algumas escolas ganharam homenagem a suas líderes comunitárias, assim como políticos locais e nacionais receberam tributos com as nomeações de mulheres relacionadas a suas vidas. As educadoras também são homenageadas, do mesmo modo que as figuras históricas e religiosas possuem sua parcela de acuidade.

De todo modo, existe uma relação intrinsecamente política entre as homenagens de cunho feminino nas nomenclaturas das unidades municipais. Ainda que as escolas mais antigas tenham seguido um padrão específico de homenagem, as escolas mais recentes diferem-se levemente, o que pode indicar mudanças na abordagem educacional, mas uma preservação do patrimônio cultural local garantindo que os nomes fiquem em evidências de acordo suas crenças e/ou interesses próprios.

Com essa análise, buscou-se resgatar a memória dessas mulheres e valorizar sua contribuição para a história, além de fornecer essas informações para posteriormente ser usadas no ensino e aprendizagem dos alunos. Essa iniciativa deve ser considerada, pois contribui para a valorização da história das mulheres e sua participação em diferentes campos da sociedade. Além disso, permite a construção de uma memória coletiva mais justa e inclusiva, na qual as mulheres são reconhecidas e representadas em suas conquistas e realizações.

É fundamental que as escolas sejam espaços de aprendizagem que valorizem a diversidade e a representatividade histórica, contribuindo para uma formação mais crítica e consciente dos alunos a começar pelas biografias de suas instituições.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos topônimos permite identificar fatos, ideologias e crenças presentes no ato de nomear um local e sua permanência ou não na comunidade. O signo toponímico e a motivação toponímica são importantes para entender a toponomástica, pois o signo toponímico é o nome próprio de um lugar, ou seja, é a palavra ou conjunto de palavras que identificam um local específico. Esse signo pode ser composto por uma palavra simples ou por uma combinação de palavras que indicam características do lugar.

A toponomástica permitiu identificar fatos históricos, ideologias e crenças que influenciaram a escolha dos nomes para estes lugares e pôde ser usada para compreender aspectos socioculturais de uma comunidade. Nesse sentido, a análise dos nomes de escolas com nomes femininos levou em conta não apenas a presença feminina na história e cultura da região, mas também as motivações por trás da escolha desses nomes, que mostraram estar relacionadas aos aspectos geográficos, históricos, culturais, políticos e religiosos.

O presente estudo consistiu no capítulo II, a realização de uma interpretação sobre o Estado da Arte das pesquisas em toponímia, com ênfase nas teses e dissertações. Conforme observado as abordagens em questão apresentaram um crescimento significativo no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), o que não representa o consequente aumento de teses e dissertações que abordam exclusivamente a temática da toponímia feminina.

Isso porque parte significativa destes materiais acolhem análises gerais dos estudos toponímicos, apenas distinguindo e quantificando nomes de logradouros masculinos e femininos, mas sem problematizar a diferença de quantidades (com significativa superioridade de topônimos masculinos). Tampouco fazem menção aos nomes de mulheres presentes nos espaços e lugares, os quais por muitas vezes, quando analisados, se concentram em nomes de santas ou de mulheres que contribuíram para a sociedade em áreas profissionais consideradas historicamente femininas (como professoras) ou mesmo de mulheres que não contam com biografia acessível no contexto atual.

Especificamente se tratando de teses e dissertações buscadas para a análise de conteúdo em bases de dados como as de bibliotecas de teses e dissertações da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), dentre outras, além de Scielo e Google Scholarship, foi constatado o seguinte: há uma escassez generalizada de obras (antigas e recentes) que se propõem a analisar o tema sob a perspectiva dos estudos de gênero. Ao

contrário do que ocorre com a produção científica de artigos e outros periódicos, que apresentam um crescimento cada vez maior, associado ao aumento da relevância social e acadêmica dos estudos feministas.

Contudo, o conteúdo das teses e dissertações analisadas apresenta uma série de aproximações, mesmo com as análises realizadas em diferentes regiões brasileiras – há uma prevalência significativa de topônimos masculinos em detrimento de topônimos femininos. Os estudos destacam a existência de mulheres que dão nome aos logradouros urbanos e rurais, mas que não contam com biografia e perpassam pelo papel profissional que atuaram em profissões consideradas historicamente como femininas e/ou estão ligadas a um homem por questão familiar.

Diante disso, a escassez generalizada de teses e dissertações que tratem exclusivamente das análises em toponímia feminina não se justifica, uma vez que artigos científicos vêm trazendo conteúdos e informações originais, em um esforço de denunciar e problematizar a toponímia masculina como um padrão típico da sociedade patriarcal. Esse esforço também deve se fazer presente em autoras e autores que frequentam os programas de Mestrado e Doutorado, já que estes contam com a oportunidade de elaborarem grandes produções sobre o tema em questão.

A consolidação de um volume maior de publicações científicas sobre a toponímia feminina é amplamente benéfica para a sociedade como um todo e é um indicativo de representatividade de sua evolução e da busca pela maior igualdade entre homens e mulheres. Como visto, os estudos toponímicos reconhecem os nomes dados aos lugares como representantes e representativos da realidade cultural, social e política de diferentes épocas. Portanto, esse maior volume de publicações sugere um caminho para que as mulheres possam se fazer mais presentes nas toponímias brasileiras como um todo, tanto em contexto urbano como em contexto rural.

Espera-se que com a produção de estudos como o presente trabalho ocorra a motivação constante de pesquisadores sobre os estudos onomásticos na perspectiva da toponomástica feminina, direcionando a abordagem para diferentes perspectivas, assim, trazendo contribuições para as análises gerais em toponímia feminina.

No capítulo III desta pesquisa foram utilizados procedimentos viáveis para analisar dos nomes de lugares que se referem as mulheres. A coleta de dados foi feita por meio de pesquisas em arquivos públicos fornecidos pela Câmara Municipal, site da prefeitura e arquivos disponibilizados pelas unidades educacionais, como por exemplo, os projetos políticos pedagógicos, além de inferências orais de pessoas nos órgãos institucionais.

Após a coleta de dados, a classificação e categorização foi realizada por meio de uma análise qualitativa, considerando os históricos, influências culturais e outros fatores que puderam entusiasmar na escolha dos nomes. Além disso, para uma melhor interpretação dos resultados, também foi analisado o montante quantitativo, permitindo visualizar estaticamente as tendências numéricas dos nomes das escolas para identificar e responder as lacunas hipotéticas.

É imprescindível lembrar que a pesquisa toponomástica feminina é uma área de estudo relativamente nova e em constante evolução e que as metodologias e procedimentos de análise de dados podem variar de acordo com o objetivo do estudo e o contexto em que é realizado. Dito isso, é plausível retomar que a corrente filosófica adotada esteve sob a ótica do materialismo histórico-dialético que é uma teoria que busca compreender a sociedade a partir das relações sociais e das condições materiais de existência das pessoas em determinado período histórico.

Deste ponto de vista, correlacionou-se em uma análise mais ampla das representações simbólicas e das condições materiais e históricas que moldam a sociedade em que vivemos. A análise das relações de gênero e das condições de existência das mulheres nos nomes de escolas contribuíram para a compreensão das desigualdades de gênero nas nomeações.

Em outras palavras, pode-se utilizar do materialismo histórico-dialético para compreender os significados e as representações simbólicas que estão presentes nos nomes das instituições de ensino. Os nomes das escolas refletiram os valores, ideologias e projetos políticos de distintas épocas políticas, assim traduzindo as condições materiais e históricas que levaram à escolha dos nomes.

No capítulo IV da pesquisa toponomástica feminina, foram analisados os dados coletados para destacar a importância dos nomes femininos na toponímia. Foi enfatizado que os nomes de lugares têm significado e merecem ser estudados e valorizados.

Ao examinar os nomes das unidades educacionais municipais, podemos ver como a toponímia feminina reflete aspectos importantes da cultura local, como religião, história e relações de gênero. A toponomástica feminina deve ser considerada na discussão sobre gênero na toponímia, uma vez que a representação feminina é frequentemente negligenciada. A maioria dos nomes de lugares é masculina, refletindo a desigualdade de gênero e a invisibilidade das mulheres na história e cultura.

Ao longo deste trabalho, a problemática sempre foi recorrente e tornou evidente que os papéis sociais das mulheres nomeadas nas unidades educacionais seguiram padrões distintos para o poder público. Os fatores que determinaram as nomeações não estavam claros nos

registros institucionais. Em alguns casos, foi necessário buscar informações relevantes sobre a história das mulheres em outras fontes para assim poder realizar o perfil toponímico.

Desta forma, conseguiu-se alcançar os objetivos traçados onde analisou os topônimos femininos das escolas municipais de Palmas, capital do Tocantins, considerando as condições políticas, socioculturais e de gênero que favoreceram essas escolhas. Foram selecionados nomes femininos das escolas para análise, catalogados os dados e analisadas as possíveis razões para a escolha desses topônimos. O estudo também discutiu a importância da memória feminina na toponímia urbana de Palmas e sua contribuição na história e cultura local. Os resultados contribuem para futuras pesquisas sobre toponímia de gênero e para a valorização da memória feminina na toponímia urbana brasileira, bem como elemento de ensino e aprendizado nas instituições por meio da biografia e histórico institucional.

Todavia, infere-se que a análise da toponomástica feminina é uma ferramenta valiosa para compreender a realidade, e a discussão toponímica sob a perspectiva de gênero é um passo importante para os estudos onomásticos, especialmente aqueles voltados para a toponímia feminina porque ajudam a compreender a sociedade através dos nomes de lugares que se impõe com os logradouros nos ambientes públicos.

Investigar a toponomástica feminina é uma forma de ampliar nossa compreensão sobre a participação das mulheres na história e na sociedade. A discussão sobre toponímia pelo viés de gênero não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma maneira de promover representação justa e inclusiva na sociedade.

A nomeação de escolas com nomes femininos pode contribuir para a toponomástica de uma cidade de diversas maneiras. A escolha de nomes femininos para escolas pode ajudar a equilibrar a representatividade de gênero na toponomástica da cidade. Historicamente, muitos nomes de ruas, praças, escolas e outros espaços públicos foram nomeados em homenagem a homens refletindo uma desigualdade de gênero na sociedade. Ao nomear escolas com nomes femininos, com nomes de mulheres importantes da história local ou nacional, as cidades podem dar maior visibilidade às mulheres e suas contribuições serão sempre lembradas pela história e cultura da região.

Além disso, a nomeação de escolas com nomes femininos pode ajudar a diversificar a toponomástica da cidade. Muitas cidades têm nomes repetitivos ou pouco criativos para suas escolas e a propagação de valores, de igualdade e inclusão para as futuras gerações, acaba se perdendo no decorrer do tempo. Portanto, a nomeação de escolas com nomes femininos pode promover a equidade de gênero, diversidade cultural.

6.1 Caminhos a se percorrer

Diante disso, são apresentadas abaixo recomendações/sugestões de estudos futuros que podem ser utilizadas na elaboração de teses e dissertações, de modo a suprir a lacuna existente sobre o tema nessas modalidades de produções científicas:

- ✓ Recomenda-se a elaboração de teses e dissertações que possam comparar e problematizar as questões acerca da toponímia feminina em diferentes regiões brasileiras por período, realizando comparativos sobre os pontos em que houve aumento do número de topônimos femininos em função dos topônimos masculinos, analisando se houve aumento da disparidade ou se o nível de distinção permanece o mesmo;
- ✓ Não obstante, é recomendável a produção de estudos sobre as mulheres que ‘nomearam’ os topônimos em suas localidades, destacando quais foram as contribuições que as levaram a esse patamar de reconhecimento, bem como de uma análise histórica de outras mulheres de relevância social, cultural e política que não foram ‘beneficiadas’ pela toponímia;
- ✓ Sugere-se que sejam realizados outros estudos comparativos sobre a toponímia feminina na forma de teses e dissertações, comparando esta minoria com outras históricas (como por exemplo, topônimos que homenageiam pessoas negras e indígenas) e verificando a questão sobre minorias que vêm ganhando destaque recente nas mídias e na sociedade, como pessoas trans, pessoas com deficiência, imigrantes oriundos de países pobres e moradores de rua.
- ✓ Em uma delimitação mais local, cabe a pesquisa do porquê os nomes de escolas militarizadas invocam o nome da corporação e/ou de um militar antes do nome já denominado nas escolas como é o caso do CEMIL Professora Margarida Lemos e a ETI Duque de Caxias Caroline Campelo.
- ✓ Outro objeto de estudo local que é válido se considerar é uma análise toponomástica feminina de todas as escolas da capital considerando os nomes femininos dado as instituições estaduais e particulares, podendo abranger também todas as unidades educacionais no estado.
- ✓ Assim como, os nomes dos bairros e ruas da capital Tocantinense que tem em seu histórico nomes femininos e vem memorando nomenclaturas femininas à medida que expande sua territorialidade.

Com isso, espera-se que haja mais estudos que considerem outras unidades educacionais, bem como outros fatores urbanos do município, do Estado e do Brasil. É fundamental lembrar aos parlamentares que considerem mais nomes femininos ao nomear locais públicos, a fim de aumentar a representação de gênero em nomes de locais comunitários.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ieda Maria. Lexicologia: uma entrevista com Ieda Maria Alves. **ReVEL**, v. 9, n. 17, 2011.

ANDRADE, Karylleila dos Santos. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: Atito. 1. ed. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2010. 240 p.

ANDRADE, Karylleila dos Santos; NUNES, Veronica Ramalho. Cultura e identidade no estudo dos nomes de lugares. **Revista GTLex**, v. 1, n. 1, p. 164-183, fev. 2016.

ANTIQUERA, Virgílio. **Cada Nome Uma História**: dos Nomes Geográficos de São Bernardo do Campo aos Nomes das Ruas e Vilas do Bairro de Rudge Ramos. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

ARAUJO, Cláudia Medeiros de. **A representação da mulher e as questões de gênero na toponímia urbana - RN**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. 2013.

ASSUNÇÃO, Carlos; ARAÚJO, Carla. Variações conceituais sobre o léxico na segunda metade do séc. X. **Dialnet**, N.º 53 – 2.º semestre de 2017 – Rio de Janeiro.

BBC. **Women won't have equality for 100 years**. 17 nov. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-41844875>. Acesso em: 31 AGO. 2022.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. A ciência da lexicografia. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 28, n. 1, 2001b.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 40, 2001a.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Terminologia e lexicografia. **Tradterm**, 7, 153-181, 2001c.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHINHOS, Patricia; SANTOS, Cezar Alexandre Néri. Os nomes próprios entre o logos e a práxis: A busca pela interdisciplinaridade na Onomástica brasileira. **Domínios de Lingu@gem** | Uberlândia | vol. 15, n. 2 | abr. - jun. 2021.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de. **Hagiotôponímia em Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. 2014.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de.P.M. A esperança na toponímia: um estudo de caso do léxico toponímico de Minas Gerais. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 109-127, 2022

CAVALCANTE, Márcia Suany Dias; SANTOS, Danielle Barbosa dos; SANTOS, Amanda Maria Alexandre. **Toponímia em Destaque**: Um olhar para a história, a cultura e a língua de uma comunidade. In: Anais do XXII Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2018. Disponível em <http://www.filologia.org.br/xxii_cnlf/cnlf/tomo02/060.pdf> Acesso: ago. 2022.

CARVALHO Simone Dornelas de; CORDEIRO, Maryelle Joelma. O topônimo Matipó: história e memória social em Minas Gerais. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 291–323, 2021. DOI: 10.14393/Lex11-v6n1a2020-15. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/57590>. Acesso em: 20 mar. 2022

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 85p, 2007.

COSTA, Lucimara Alves da C. Costa. A motivação toponímica na escolha dos designativos de origem indígena do estado de Mato Grosso do Sul. **Revista do GELNE**, [S. l.], v. 13, n. 1/2, p. 1–11, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9344>. Acesso em: 31 mar. 2022.

DIAS, Cláudia Augusto. Terminologia: conceitos e aplicações. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 90-92, jan./abr. 2000.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Librairie Delagrave, 1926.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. **História & Ensino**, Londrina, n. 6, p. 103-120, 2000.

DIAS, Ana Lourdes Cardoso. Tocantinense ou Goiano? Uma questão de identidade. DOI: doi.org/10.20873/stmmta2017-4046. **Revista do Grupo de Pesquisa Mídias e Territorialidades Ameaçadas**. Espaços e tempos midiáticos. Vol.02. N.1 - Jan/Jul. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/midiaticos/article/download/4046/11467/>. Acesso 10 out 2022.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1986.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**. Coletânea de estudos. São Paulo: Gráfica da FFLCH/USP, 1992, 258p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897**. São Paulo: ANNABLUME, 1996. 393p.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Os nomes como marcadores ideológicos**. In: Acta Semiótica e Linguística - SBPL (Sociedade Brasileira de Professores de Linguística). São Paulo: Plêiade, 1998. v. 7.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Aspectos de etnolingüística na toponímia carioca e paulistana con-trastes e confrontos. **Revista da USP**, São Paulo, (56): p. 180-191, 2002.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de Linguística**. 7. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.

FARIA, Glauciane da Conceição dos Santos. **Tradição e Memória**: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova – Minas Gerais. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. 2017.

FERREIRA, Franciele Rodovalho. **A figura da mulher na toponímia urbana do município de Porto Nacional (TO)**. Palmas, 2019. 155f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Federal do Tocantins, campus de Porto Nacional, 2019.

FERRETTI, F. **As mulheres e a toponímia**: uma reflexão sobre a importância da inclusão feminina na toponímia urbana. In Anais do XXIII Simpósio Brasileiro de Geografia Urbana (pp. 1-10). Universidade Federal de Goiás. (2021).

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1989. 206 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GIULANI, Paola Cappellin. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira**. In: DEL PRIORE, Mary (org.). História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/Unesp, 2011.

GOUVEIA, Gabriel Jardim. **O Topónimo "Fajã" Um património linguístico da Macaronésia?** Dissertação (Mestrado em Estudos Regionais e Locais) - Universidade da Madeira, Faculdade de artes e humanidades - Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas. Funchal, 2021.

GUERRA, Míriam Martinez; ANDRADE, Karylleila Santos. O léxico sob perspectiva: contribuições da Lexicologia para o ensino de línguas. **Domínios de Linguagem**, Uberlândia, v. 6, n. 1, p. 226–241, 2012. DOI: 10.14393/DL12-v6n1a2012-12. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/14573>. Acesso em: 31 ago. 2023.

HALBWACHS, Maurice. A Memória coletiva. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, p. 189, 1990.

HOOKS, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

ISQUERDO, Aparecida Negri. A toponímia como signo de representação de uma realidade. **Fronteiras**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 27–46, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/12920>. Acesso em: 1 abr. 2022.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transformação**, Campinas, 16(3): 231-240, set./dez. 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LUDUVICE, Paulo Vinícius Santos Sulli. **O financiamento da educação básica, os interesses das classes e das frações de classe no Brasil entre os anos de 2006 e 2020 e o papel dos todos pela educação**. Dissertação (Mestrado acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Universitário de Palmas, Curso de Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Educação, 2022.

MACHADO, L. S. Toponímia e práticas sociais: uma abordagem metodológica. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, (233p.), 105-120. (2020).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MELO, Pedro Antônio Gomes. Um recorte do léxico toponímico indígena municipal alagoano: motivações toponímicas. **Rev. Interfaces**, Guarapuava, Vol. 4 n. 2 (dez. 2013).

MELO, Pedro Antônio Gomes. O Dicionário Escolar: O signo toponímico no texto lexicográfico pedagógico de língua portuguesa. **Sinop - Estudos Linguísticos**, v. 8, n. 16, p. 278-291, jul./dez. 2015.

NADER, Penha Mara Fernandes. **A sutileza da discriminação de gênero na nomenclatura dos logradouros públicos**. Vitória-ES. 1970-2000.2007. 102 f. Dissertação (Mestre em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2007

NETTO, João Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Letícia Alves Corrêa. ISQUERDO, Aparecida Negri. **A figura da mulher na toponímia sul-mato-grossense**: questões histórico-ideológicas. Disponível em: <http://www.propp.ufms.br/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=612>. Acesso em: 31 ago. 2022.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira; SILVEIRA, Clara Maria Holanda. Relações de gênero: uma construção cultural que persiste ao longo da história. **O público e o privado**, Ceará, n. 19, p. 21, jan./jun., 2012.

PEREIRA, Naelana Rodrigues. **Os nomes das escolas de tempo integral padrão urbana do município de Palmas**: Um estudo antroponímico. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Letras - Campus Universitário de Porto Nacional. Universidade Federal do Tocantins, 2016.

PINTO, Céli Regina Jardim. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. **Uma história do feminismo no Brasil**. (Coleção história do povo brasileiro). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRUDENTE, Clese Mary; ABBADE, Celina Márcia de Souza. Bahia de todos os cantos e recantos: marcas identitárias e culturais na toponímia da Bahia. **Revista GTLex**, Uberlândia, v. 2, n. 2, p. 219–245, 2019. DOI: 10.14393/Lex4-v2n2a2017-2. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/39881>. Acesso em: 31 mar. 2022.

RAMOS, Ricardo Tupiniquim. **Toponímia dos municípios da Bahia**: descrição, história e mudanças. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA. 2008.

RAMOS, R. T.; BASTOS, G. R. Onomástica e possibilidades de releitura da história. **Revista Augustus**. Rio de Janeiro, ano 15, n. 30, 2010

REIS Patrícia Orfila Barros dos. **A construção do mito do fundador do estado do Tocantins (1988 – 2002)**. X Encontro nacional de história oral - Testemunhos: História e política. Recife, 2010. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1269211351_ARQUIVO_ArtigoRecife.pdf. Acesso 10 out 2022.

ROCHA, Shirlene Aparecida da. A pouca visibilidade da mulher na toponímia de Araçuaí-MG. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, V. 20, Nº. 35, p. 217-239, jan.-abr. 2021. Disponível em: DOI: 10.12957/palimpsesto.2021.57187. Acesso em: 15 jun 2022.

RODRIGUES, Jean Carlos. **Estado do Tocantins**: Política e religião na construção do espaço de representação tocaninense. Tese (Doutorado). Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente (SP), 2008.

SAFFIOTI, HELEIETH. **Gênero e patriarcado violência.**, 2ª ed. São Paulo Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAMPAIO, Carla Fernanda Coelho de Melo. **O perfil toponímico da zona rural da regional Juruá/AC**: análise quantitativa das taxionomias toponímicas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Centro de Educação, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade. Rio Branco, 2018.

SANTOS, Elias de Souza; SILVA, Edgar Souza da. Topônimos Diamantinos: Motivação, Estrutura Morfológica E Etimologia. **RELAcult** - Revista Latino-Americana De Estudos Em Cultura E Sociedade, 5(1), 2019.

SANTOS, Márcia Maria Duarte dos; SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Motivação toponímica da Comarca do Serro Frio**: estudo dos registros setecentistas e oitocentistas em mapas da Capitania de Minas Gerais. Rev. Arquivos, v. 20 n. 2 (2011): CARTOGRAFIA HISTÓRICA - TOMO II.

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. **A Toponímia em Sergipe**: Descrição e análise. Tese (Doutorado em Língua e Cultura). Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura. Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

SILVA, Bruno Sanches Mariante da. **Representações de gênero no espaço urbano: nomeações de ruas em Londrina – PR (1981-2008)**. 187 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, 2013.

SILVA, Stallone Pimenta da. **Toponímia e Identidade: Estudo dos Topônimos das Aldeias Mebêngôkre (Kayapó) no município de São Félix do Xingu/PA**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), no Instituto de Estudos do Xingu (IEX), como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa, São Félix do Xingu, 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SCOTT, Joan Wallach; URSO, Graziela Schneider. Gênero. **Albuquerque: revista de história**, v. 13, n. 26, p. 177-186, 28 dez. 2021.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de (Org.). **O léxico em estudo: Lexicografia. Toponímia. Lexicologia. Etimologia. Neologismo. Cultura. Terminologia**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006. p. 137 - 154.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **A formação e a fixação da Língua Portuguesa em Minas Gerais: a Toponímia da Região do Carmo**. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais: Variante Regional do Atlas Toponímico do Brasil**. XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL), 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigo_403.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. **Referência e Onomástica**. XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL), 2006. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigo_403.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

SEEMANN, Jorn. **A toponímia como construção histórico-cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará**. Revista Vivência, n. 29, p. 207-224, 2005.

SEIDE, Márcia Sipavicius. **Toponomástica e Antroponomástica: Paradigma e Métodos**. Rev. Confluência, 2013.

SEIDE, Márcia Sipavicius; SILVA, Bianca Nagai. **Desigualdade de gênero na toponímia**. Revista GTLex. V.2, n.2, p.133-145, 2020.

SOUSA, Angélica Silva de.; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de.; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021.

SOUSA, Alexandre Melo de. **Geografia e Linguística: intersecções no estudo toponímico**. Perspectiva Geográfica, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 115–128, 2000.

SOUSA, Alexandre Melo de.; MARTINS, Rozangela Melo. A motivação toponímica na escolha dos nomes geográficos de origem indígena da zona rural da regional do baixo Acre. **Revista Tropos**, ISSN: 2358-212X, volume 6, número 2, edição de dezembro de 2017.

SOUZA, Kássia Mariano de.; XAVIER, Vanessa Regina Duarte. Lexicologia e linguística aplicada: algumas aproximações e implicações no ensino de língua materna. **Linguagem: Estudos e Pesquisas**, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 133–144, 2020

TAYLOR, Alice; LAURO, Giovanna; SEGUNDO, Marcio; GREENE, Margaret. **Ela vai no meu barco**: Casamento na infância e adolescência no Brasil. Resultado de pesquisa de método misto. Rio de Janeiro e Washington D.C.: Instituto Promundo & Promundo -US, 2015.

TAVARES, Marilze; VELASCO, Denise de Oliveira Barbosa. **Nomes de mulheres na toponímia urbana de Dourados – MS**. Web-Revista SOCIODIALETO –NUPESD / LALIMU, v. 10, nº 30, abril, 2020. Disponível em: <http://sociodialeto.com.br/index.php/sociodialeto/article/view/264>. Acesso em: 10 jun. 2022.

TEIXEIRA, Luís Fernando Cruvinel. A Formação de Palmas. Dossiê Cidades Planejadas Na Hinterlândia, **Revista UFG**. Ano XI nº6. Junho, 2009.

WELKER, Herbert Andreas. **Dicionários**: uma pequena introdução à lexicografia. 2. ed. revista e ampliada – Brasília: Thesaurus, 2004.

XAVIER, Vanessa Regina Duarte. **Lexicologia, Lexicografia e Filologia**: intersecções e especificidades epistemológicas. In: Anais do SILEL. Volume 2, Número 2. Uberlândia: EDUFU, 2011. Disponível em <<http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2011/1001.pdf>> Acesso: ago. 2022.

XAVIER, Antonio Carlos. **Como fazer e apresentar trabalhos científicos em eventos acadêmicos**. São Paulo: Rêspel, 2011.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil**: um debate. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC, 2007.